

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE  
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Administração Regional do Estado do Paraná



# Relatório de Gestão

---

# 2016

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE**  
**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR**  
**ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

Dispõe sobre o Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 063/2010 da DN TCU 146/2015.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES**

C.F.C. - Centro de Formação de Condutores  
CDB - Certificado de Depósito Bancário  
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil  
CNAP - Catálogo Nacional de Aprendizagem  
CNH - Case New Holland  
CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito  
CTA - Centro de Treinamento Agropecuário  
DC - Desenvolvimento Comportamental  
DETRAN - Departamento de Trânsito  
EAD - Ensino a Distância  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná  
FPR - Formação Profissional Rural  
GEAD – Gerência Administrativa  
GEFIN – Gerência Financeira  
GEPLAN – Gerência de Planejamento  
GETEC – Gerência Técnica  
GPS - Guia da Previdência Social  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ILPF - Integração Lavoura-Pecuária-Floresta  
ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural  
NR - Norma Regulamentadora  
OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná  
PAT - Plano Anual de Trabalho  
PEM - Planejamento Estratégico de Mobilização  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PS - Promoção Social  
RLC - Regulamento de Licitações e Contratos  
SEED - Secretaria de Educação do Estado do Paraná  
SENAR-AR/PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Estado do Paraná  
SRF - Secretaria da Receita Federal  
TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná  
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
UJ - Unidade Jurisdicionada

## **LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS**

Quadro 1 – Competências das Áreas Estratégicas	<b>13</b>
Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos	<b>18</b>
Quadro 3 – Planos X Competências Institucionais	<b>20</b>
Quadro 4 – Execução Física e Financeira das Ações	<b>25</b>
Quadro 5 – Resumo dos Instrumentos Celebrados e dos Montantes Transferidos nos Últimos Três Exercícios	<b>27</b>
Quadro 6 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse	<b>227</b>
Quadro 7 – Situação da Análise das Contas Prestadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão	<b>28</b>
Quadro 8 – Demonstração da Receita – Administração Regional	<b>29</b>
Quadro 9 – Despesas por modalidade de Contratação	<b>30</b>
Quadro 10 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	<b>31</b>
Quadro 11 – FPR p/ Linha de Ação	<b>32</b>
Quadro 12 – PS p/Áreas de Atividades	<b>32</b>
Quadro 13 – Despesas Correntes e de Capital por Hora/Aula 2014 e 2015	<b>59</b>
Quadro 14 – Despesas Correntes e de Capital por Aluno 2014 e 2015	<b>60</b>
Quadro 15 – Receitas e Despesas Totais	<b>60</b>
Quadro 16 – Relação de Dirigentes e Membros do Conselho Administrativo	<b>63</b>
Quadro 17 – Relação de Dirigentes e Membros do Conselho Fiscal	<b>64</b>
Quadro 18 – Sistema de Controles Internos	<b>64</b>
Quadro 19 – Conselho de Administração	<b>66</b>
Quadro 20 – Identificação do Órgão	<b>67</b>
Quadro 21 – Força de Trabalho	<b>70</b>
Quadro 22 – Distribuição da Lotação Efetiva	<b>70</b>
Quadro 23 – Detalhamento da Estrutura de Funções Gratificadas	<b>70</b>
Quadro 24 – Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos	<b>71</b>
Quadro 25 – Imóveis Próprios e Locados de Terceiros	<b>72</b>
Quadro 26 – Relação de Sistemas	<b>73</b>

Quadro 27 – Receitas de Contribuições Mensais 2015 e 2016	<b>80</b>
Quadro 28 – Despesas Mensais 2015 e 2016	<b>81</b>
Quadro 29 – Aplicações Financeiras Banco do Brasil	<b>82</b>
Quadro 30 – Aplicações Financeiras Caixa Econômica	<b>83</b>
Quadro 31 – Medidas Adotadas para Apuração e Ressarcimento de Danos ao Erário	<b>89</b>
Figura 1 – Organograma Senar/AR-PR	<b>12</b>
Gráfico 1 – Número de Eventos Previstos X Realizados 2015	<b>55</b>
Gráfico 2 – Número de Participantes Previstos X Realizados 2015	<b>55</b>
Gráfico 3 – Carga Horária Total Prevista X Realizada 2015	<b>56</b>
Gráfico 4 – Carga Horária Total Ministrada por Número de Colaboradores	<b>57</b>
Gráfico 5 – Número Médio de Eventos Realizados por Municípios Atendidos	<b>57</b>

## **LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES**

APÊNDICE 1 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	<b>90</b>
APÊNDICE 2 – NOTAS EXPLICATIVAS	<b>94</b>
ANEXO 1 – RELATÓRIO DE AUDITORES INDEPENDENTE	<b>107</b>

## SUMÁRIO

<b>2. APRESENTAÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>3. VISÃO GERAL</b>	<b>11</b>
3.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	11
3.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE	11
3.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	11
3.4 ORGANOGRAMA	12
3.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	18
<b>4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS</b>	<b>19</b>
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	19
4.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício	19
4.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	20
4.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	20
4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS	21
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	24
4.3.1 Execução Física e Financeira das Ações da Lei Orçamentária Anual de Responsabilidade da Unidade	24
4.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário	27
4.3.3 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos	27
4.3.4 Informações sobre a Realização das Receitas	29
4.3.5 Informações sobre a Execução das Despesas	30
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL	32
4.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	54
4.5.1 Indicadores de Eficácia da Gestão	54
4.5.1.1 Número de Eventos Realizados	54
4.5.1.2 Número de Participantes Concluintes	55

4.5.1.3 Carga Horária Total dos Eventos	56
4.5.2 Indicadores de Eficiência da Gestão	56
4.5.2.1 Carga Horária Total Ministrada/Número de Colaboradores	57
4.5.2.2 Número Médio de Eventos Realizados/Número de Municípios Atendidos	57
4.5.3 Supervisão Regional	58
4.5.4 Medidas de Economicidade da Gestão	58
4.5.4.1 Metas Físicas e Financeiras Realizadas	58
4.5.4.1.1 Despesas Correntes e de Capital por Hora Aula	59
4.5.4.1.2 Despesas Correntes e de Capital por Aluno	60
4.5.4.2 Receitas e Despesas Totais	60
<b>5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS</b>	<b>61</b>
5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	61
5.1.1 Conselho Administrativo	61
5.1.2 Superintendência	62
5.1.3 Conselho Fiscal	63
5.2 INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS	63
5.3 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	64
5.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ELÍCITOS ADMINISTRATIVOS	64
5.5 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	64
5.6 POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADO	66
5.7 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	68
<b>6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO</b>	<b>70</b>
6.1 GESTÃO DE PESSOAS	70
6.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade	70
6.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal	71
6.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal	71
6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA	72



6.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	72
6.2.2 Informações sobre os Imóveis Locados de Terceiros	72
<b>6.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>73</b>
6.3.1 Principais Sistemas de Informações	73
6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	74
<b>6.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE</b>	<b>78</b>
6.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras	78
<b>7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE</b>	<b>79</b>
7.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	79
7.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	79
7.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	79
7.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	79
<b>8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>80</b>
8.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	80
8.2 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	84
8.3 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	84
8.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	84
<b>9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>	<b>85</b>
9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	85
9.2 TRATAMENTOS DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	85
9.2.1 Recomendações da CGU que Permanecem Pendentes de Cumprimento	85
9.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	89
9.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTONO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	89
<b>10. ANEXOS E APÊNDICES</b>	<b>90</b>

## 2. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar os elementos identificadores da unidade, bem como a análise do planejamento e da gestão orçamentária e financeira, prestando contas dos recursos investidos na instituição e dos resultados alcançados durante o exercício de 2016. Está estruturado em nove capítulos e uma seção de anexos e apêndices. No presente capítulo, temos a apresentação da entidade.

No terceiro capítulo, temos a visão geral da entidade, finalidade, normas e regulamentos vinculados, ambiente de atuação, o organograma e a descrição de atribuições e, por fim, a descrição dos macroprocessos finalísticos da entidade

O detalhamento do planejamento organizacional está presente no quarto capítulo, onde apresentamos também o desempenho orçamentário e operacional. Destaca-se, nesse capítulo, as informações relacionadas a execução do seu Plano Anual de Trabalho, trazendo comparativos entre planejado e executado. O capítulo finaliza com a apresentação dos indicadores de desempenho.

No quinto capítulo estão estruturadas as informações sobre governança, detalhando-se os órgãos e estruturas que dão suporte à manutenção de um ambiente de controle adequado.

O capítulo 6 trata da transparência e publicidade dos atos praticados, canais de acesso ao cidadão, entre outros.

No capítulo 7 temos o desempenho financeiro e informações contábeis, no qual são detalhadas as informações sobre o tratamento contábil da depreciação e amortização de itens do patrimônio, a sistemática de apuração dos custos, além de fazer referência às demonstrações contábeis.

As informações sobre a estrutura de pessoal são apresentadas no capítulo 8. Além das informações sobre os custos e a gestão de riscos com pessoal, estão descritas informações sobre o patrimônio e sobre a gestão da tecnologia da informação, encerrando com dados sobre a gestão ambiental e sustentabilidade.

Por fim, o relatório de gestão traz, em seu capítulo 9, o detalhamento da conformidade da gestão com as demandas dos órgãos de controle. Estão inseridas as informações sobre a situação de cada apontamento oriundo dos trabalhos desses órgãos e as ações realizadas pela entidade com vistas a solucioná-las.

A metodologia adotada neste relatório para as fórmulas de cálculo e o método de medição está centrada nos comparativos das metas quantitativas previstas no PAT e as ações efetivamente realizadas no exercício e ainda no comparativo das ações/atividades realizadas no exercício em relação ao exercício anterior.

### **3. VISAO GERAL**

#### **3.1. Finalidade e competências**

##### **Lei nº 8.315/91, Decreto nº 566/92 e Regimento Interno da Entidade**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Estado do Paraná, entidade sem fins lucrativos, é o órgão de execução descentralizada das ações de formação profissional rural e promoção social previstas no Art. 1º da Lei nº 8.315, de 23.12.91 e criada por ato do Conselho Deliberativo conforme disposto no inciso X do Art. 8º do Regimento Interno do SENAR – Administração Central.

Constituem público alvo do SENAR-PR as pessoas, físicas e jurídicas, envolvidas, direta ou indiretamente, nas atividades produtivas agrossilvipastoris e agroindustriais.

Constitui objetivo do SENAR-PR o desenvolvimento de ações educativas em todos os níveis e modalidades de ensino.

No desenvolvimento de seus objetivos, caberá também ao SENAR-PR promover ou apoiar programas de educação socioambiental relacionada ao meio rural, voltados às instituições de ensino.

Para consecução de suas ações, poderá organizar e executar pesquisas e estudos sobre aspectos vinculados, direta ou indiretamente, às atividades agrossilvipastoris e agroindustriais.

#### **3.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da entidade**

##### **Norma de Criação:**

- Lei nº 8.315/91, publicada no DOU no dia 24/12/1991.
- Decreto nº 566/92, publicado no DOU no dia 11/06/1992.

##### **Demais normas relacionadas à gestão e a estrutura da unidade:**

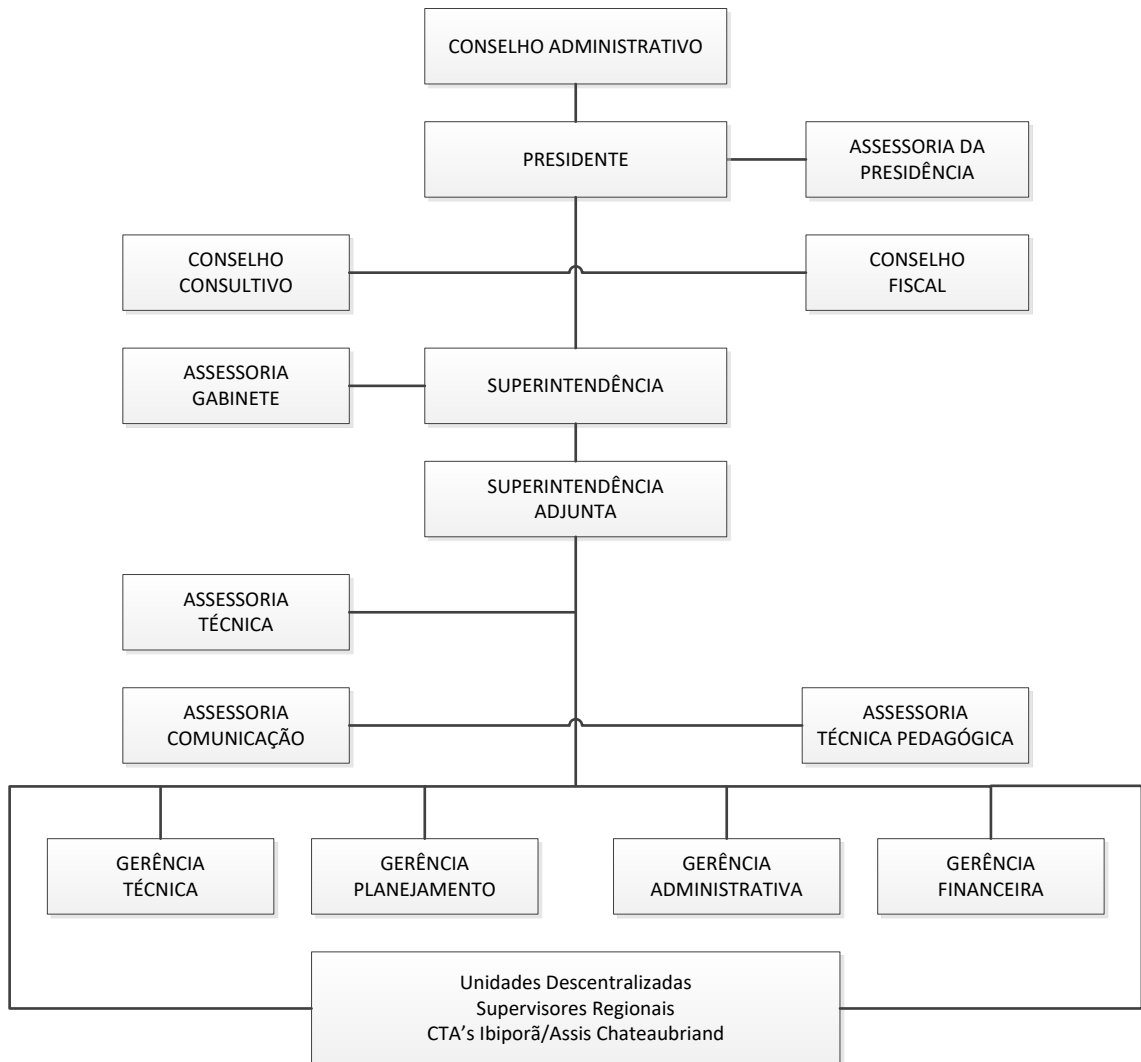
- As competências do SENAR-PR estão definidas no seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Administrativo, em 25 de outubro de 1994, com a última alteração em 24 de novembro de 2015, registrada sob o Nº 1099654 – Cartório de 2º Ofício – Curitiba/PR – Registro de Títulos e Documentos Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

#### **3.3. Ambiente de atuação**

Compreende todo o universo das pessoas físicas e jurídicas envolvidas, direta ou indiretamente, nas atividades produtivas agrossilvipastoris e agroindustriais. A capilaridade do SENAR-PR permite a atuação em todos os municípios do Estado do Paraná.

### 3.4. Organograma

Figura 1 – Organograma



Quadro 1 – Competências das Áreas Estratégicas

ÓRGÃO/ÁREA	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO/FUNÇÃO	DATA DA NOMEAÇÃO / EXONERAÇÃO
Conselho Administrativo	Ao Conselho Administrativo cabe a função de cumprir e fazer cumprir as diretrizes emanadas do Conselho Deliberativo do SENAR - Administração Central e, principalmente, fixar a política de atuação da Administração Regional e estabelecer as normas operacionais que regerão suas atividades.	Ágide Meneguette	Presidente do Conselho Administrativo	04/04/1994
Conselho Fiscal	O Conselho Fiscal Regional é o órgão colegiado de fiscalização dos atos administrativos da Administração Regional, relacionados com atividades econômicas, financeiras e contábeis. É composto por 03 (três) membros titulares e igual número de suplentes, indicados pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, pelo SENAR – Administração Central e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná.	Paulo José Buso Júnior	Presidente do Conselho Fiscal	18/05/2015
Conselho Consultivo	Ao Conselho Consultivo compete auxiliar a administração do SENAR-PR a estabelecer programas, processos metodológicos, além da discussão de temas referentes ao aprendizado rural e a promoção social.	Humberto Malucelli Neto	Presidente do Conselho Consultivo	02/01/2013
Superintendência	A Superintendência é o órgão de execução da Administração Regional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Administrativo.	Humberto Malucelli Neto	Superintendente	02/01/2013
Superintendência Adjunta	Superintendente Adjunto que substitui o Superintendente em suas ausências ou impedimentos.	Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque	Superintendente Adjunto	01/02/1995
Assessoria Técnica	Prestar assessoramento à Presidência, à Superintendência e de aprendizagem rural, no que competem ao auxílio e análise no desenvolvimento de projetos, programas.	José Carlos Gabardo	Assessor	01/07/2008

ÓRGÃO/ÁREA	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO/FUNÇÃO	DATA DA NOMEAÇÃO / EXONERAÇÃO
Assessoria Técnica Pedagógica	Prestar assessoramento à Superintendência no desenvolvimento de projetos e ações relativas a área pedagógica e metodológica dos cursos, palestras, formações e treinamentos de formação profissional rural e promoção social realizados pelo SENAR.	Patrícia Lupion Torres	Assessora	Contrato
Assessoria de Comunicação	<p>Divulgar as ações desenvolvidas, como também, promover assessoria de imprensa propriamente dita;</p> <p>Produzir e editar matérias jornalísticas, divulgadas por meio do Boletim Informativo, o qual é veiculado semanalmente;</p> <p>Produzir e divulgar boletins de rádio, com matérias de interesse regional, estadual, nacional e internacional;</p> <p>Produzir o clipping diário, que reúne notícias divulgadas nos principais jornais do País e a atualização da página do SENAR-PR na internet;</p> <p>Atualizar o mailing com endereços eletrônicos;</p> <p>Fazer a manutenção do arquivo de fotos e o atendimento diário à imprensa;</p> <p>Elaborar e divulgar o material institucional e efetuar a cobertura jornalística de eventos e viagens técnicas;</p> <p>Reproduzir materiais de áudio e vídeo.</p>	Cynthia Calderon	Jornalista	Funcionária
Gerência Técnica	<p>Análise das demandas de novos cursos;</p> <p>Elaboração de estudos sobre conteúdos pertinentes à cursos de FPR e PS;</p> <p>Identificação de Especialistas nas diversas áreas;</p> <p>Acompanhamento, revisão, atualização, formulação de cartilhas, programas e conteúdos;</p> <p>Formação e atualização de</p>	Eduardo Gomes de Oliveira	Gerente	01/06/2013

ÓRGÃO/ÁREA	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO/FUNÇÃO	DATA DA NOMEAÇÃO / EXONERAÇÃO
	<p>prestadores de serviços de instrutoria;</p> <p>Disseminação do conteúdo dos programas e cursos;</p> <p>Supervisão de cursos e programas e análise dos conteúdos dos cursos realizados;</p> <p>Estudo e desenvolvimento de novas soluções para FPR e PS;</p>			
Gerência de Planejamento	<p>Elaboração, acompanhamento e controle do Planejamento do SENAR-PR;</p> <p>Controle e acompanhamento das ações estratégicas;</p> <p>Suporte em infra, hardware, software, e em telefonia (fixa e móvel);</p> <p>Suporte referente ao banco de dados e sistema de informações;</p> <p>Monitoramento do acesso à internet (políticas de uso);</p> <p>Comunicação em geral (telefonia, e-mail, comunicador interno, etc.);</p> <p>Desenvolvimento de soluções e novas implementações no Sistema de Informações e de outras plataformas;</p> <p>Monitoramento e controle do Sistema de Gestão da Qualidade;</p> <p>Suporte nas auditorias internas e externas;</p> <p>Controle e novas implementações em relação aos documentos do SGQ;</p> <p>Avaliação de resultados;</p> <p>Tabulação dos dados referentes ao PAT, atividades das regionais, e outras diversas;</p> <p>Elaboração de planilhas e gráficos demonstrativos diversos.</p> <p>A Gerência de Planejamento é responsável, também, pelos processos de arrecadação</p>	Henrique de Salles Gonçalves	Gerente	01/07/2008
Gerência Administrativa	<p>Assessorar a Superintendência em questões administrativas, contábeis e fiscais;</p> <p>Gerenciar recursos humanos, materiais e financeiros;</p> <p>Participar da Comissão e acompanhar os processos de</p>	Elucleia A. S. Marcondes	Gerente	18/03/2015

ÓRGÃO/ÁREA	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO/FUNÇÃO	DATA DA NOMEAÇÃO / EXONERAÇÃO
	<p>Licitações; Administrar e controlar os materiais permanentes da instituição; Providenciar assinatura de convênios e contratos; Propor a superintendência soluções para assuntos diversos, elaborando pareceres, formulando consultas e apresentando sugestões; Organizar trabalhos, supervisionar equipes, distribuir serviços, estabelecer normas a procedimentos a serem seguidos; Analisar a viabilidade de convênios e contratos com entidades públicas e privadas; Participar da elaboração e acompanhar o desenvolvimento do Plano Anual de Trabalho; Cumprir e fazer cumprir as diretrizes da instituição; Analisar e aprovar dispêndios; Análise das prestações de contas autorização de pagamento de dispêndios, análise dos pré-requisitos dos inscritos; Emissão e envio de certificados para os aprovados; Envio, recebimento e conferência de materiais instrucionais diversos; Controle de estoque de cartilhas e Kits e de recebimento de prestações de contas. Executar outras tarefas correlatas a sua área de atuação. A Gerência Administrativa é responsável, também, pelos processos de compra de materiais e licitações, eventos, protocolo e serviços gerais.</p>			
Gerência Financeira	<p>Assessorar a Superintendência em assuntos financeiros; Administrar e controlar o fluxo de caixa; Planejar recebimento de recursos e aplicar; Analisar aplicações financeiras; Providenciar pagamentos a fornecedores diversos; Administrar e acompanhar fluxo</p>	Denize L.B. de Souza	Gerente	18/03/2015



ÓRGÃO/ÁREA	COMPETÊNCIAS	TITULAR	CARGO/FUNÇÃO	DATA DA NOMEAÇÃO / EXONERAÇÃO
	de caixa; Acompanhar centro de custos; Propor a superintendência soluções para assuntos relacionados a questões financeiras e orçamentárias, elaborando relatórios, pareceres e consultas; Elaborar controles internos; Analisar a viabilidade financeira de convênios e contratos com entidades públicas e privadas; Participar da elaboração e acompanhar o desenvolvimento do Plano Anual de Trabalho; Cumprir e fazer cumprir as diretrizes da instituição; Analisar e aprovar dispêndios; Assessorar Conselho Fiscal quando necessário; Executar outras tarefas correlatas a sua área de atuação.			

**Unidades Descentralizadas:**

**CTA's**

Dispõe de dois Centros de Treinamento Agropecuário localizados em Assis Chateaubriand e Ipirorã, utilizados para a realização das ações de Formação Profissional e atividades de Promoção Social.

**Supervisores Regionais:**

Visando acompanhar, avaliar e controlar as atividades de campo do SENAR-PR dispõe de 11 (onze) regionais, com 10 (dez) supervisores regionais, cada qual com uma auxiliar, contando com uma pequena base de suporte operacional, para as quais foi disponibilizado um veículo, equipamentos de informática e comunicação.

### 3.5. Macroprocessos finalísticos

Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Formação Profissional Rural	Processo educativo, não formal, participativo e sistematizado, que possibilita a aquisição de conhecimento, habilidades e atitudes, para o desempenho de uma ocupação.	Cursos de aperfeiçoamento, atualização, qualificação e aprendizagem	Pessoas físicas e jurídicas, envolvidas, direta ou indiretamente, nas atividades produtivas agrossilvipastoris e agroindustriais.	Getec
Promoção Social	Processo educativo, não formal, participativo e sistematizado, que visa o desenvolvimento de aptidões pessoais e sociais do trabalhador rural e de sua família, numa perspectiva de maior qualidade de vida, consciência crítica e participação na vida da comunidade.	Atividades voltadas as áreas de artesanato, produção artesanal de alimentos e qualidade de vida	Pessoas físicas e jurídicas, envolvidas, direta ou indiretamente, nas atividades produtivas agrossilvipastoris e agroindustriais.	Getec
Programas Especiais	Programas oriundos de parcerias com outras instituições públicas e/ou privadas ou que são realizados pelo próprio SENAR. Não possuem as mesmas características da Formação Profissional Rural ou Promoção Social tradicionalmente desenvolvidas, pois a carga horária, formato, metodologia, público etc., possuem peculiaridades.	Cursos, seminários, encontros, palestras, feiras e exposições, viagens técnicas, etc.	Pessoas físicas e jurídicas, envolvidas, direta ou indiretamente, nas atividades produtivas agrossilvipastoris e agroindustriais.	Getec

## **4.0 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS**

### **4.1. Planejamento Organizacional**

#### **4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício**

Para o cumprimento de sua missão e a consecução dos objetivos institucionais, o SENAR-PR estabeleceu como objetivos específicos para o exercício de 2016:

- Desenvolver ações de Formação Profissional Rural e Promoção Social em parceria com instituições públicas e privadas de forma descentralizada;
- Propiciar a avaliação de cursos, treinamentos, prestadores de serviços de instrutoria, metas e resultados das ações;
- Manter atualizado e agilizar o fluxo de informações e dos processos de trabalho mediante a implementação de novas tecnologias;
- Manter as ações relacionadas ao Programa Agrinho, visando atender as demandas das escolas municipais e estaduais do sistema público e privado;
- Manter as ações relacionadas ao Programa Empreendedor Rural em parceria com o SEBRAE, FAEP e FETAEP, visando desenvolver competências empreendedoras e preparar líderes para ações sociais, políticas e econômicas sustentáveis no agronegócio paranaense.
- Adequar as ações de FPR conforme a CBO correspondente e suas exigências;
- Dotar o SENAR-PR de infraestrutura necessária nos centros de treinamento de Ibiporã e Assis Chateaubriand, visando o atendimento das demandas de ações de FPR e atividades de PS, que necessitem para sua realização de disponibilidade de alojamento e unidades didáticas, com vistas à melhor qualificação, principalmente, da pequena e média propriedade.

Igualmente, implantar ações didáticas inovadoras, uma vez que a infraestrutura agrária do estado e a atualidade socioeconômica requerem a reconversão de grande número de propriedades rurais como alternativas de sobrevivência (exemplos; olericultura, pecuária leiteira, etc.).

Diante de uma nova visão, voltada ao aprimoramento das atividades até então desenvolvidas face à nova realidade da agropecuária paranaense e voltada ao mundo do trabalho, realiza pesquisa de opinião junto à comunidade rural, composta por Trabalhadores e Produtores Rurais, Sindicatos Rurais (Presidentes e Mobilizadores) e Prestadores de Serviços de Treinamento (Instrutores). Tais pesquisas objetivam determinar junto à comunidade rural se as ações realizadas pelo SENAR-PR estão atendendo suas expectativas dentro de suas atividades profissionais, aumento de renda e os pontos que devem ser melhorados na execução de suas ações.

#### 4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

No desenvolvimento e no direcionamento das ações do SENAR-PR, visando atendimentos focados na prospecção de futuro para o mundo do trabalho, alinhadas às necessidades e à capacidade dos produtores e trabalhadores em obter resposta aos desafios impostos ao setor rural, o SENAR-PR alinhou seus esforços na elaboração e revisão do documento chamado (Projeto Pedagógico Institucional) em que as “Diretrizes Educacionais do SENAR-PR” são delimitadas.

Este documento contempla todo o alinhamento que SENAR-PR dará em suas ações de FPR e PS, com delineamento metodológico, oferta de ações através de Itinerários Formativos, monitoramento do aprendizado e avaliação de resultado posterior a ação.

#### 4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Quadro 3 - Planos X Competências Institucionais

Nº	Programas/Projetos	Objetivos	Deptº Responsável	Objetivos Estratégicos
1	Programa Empreendedor Rural	Tem como objetivo principal estimular e desenvolver o empreendedorismo no campo. Ensina a calcular custos de produção, a elaborar projetos e a tratar a propriedade como uma empresa rural.	GETEC	1) Incentivar e desenvolver a gestão do empreendedorismo. 2) Estreitar relacionamento com o produtor rural.
2	NCR – Negócio Certo Rural	Contribuir para a melhoria da gestão da propriedade rural por meio da capacitação, tendo como foco principal o empreendedorismo visando o fortalecimento do agronegócio brasileiro	GETEC	1) Melhorar a visão do produtor rural frente a sua propriedade quanto negócio. 2) Estruturação de Plano de Negócio simplificado ao produtor rural.
3	Jovem Agricultor Aprendiz - JAA	Exercer atividades pertinentes ao empresário rural, com visão empreendedora, respeitando as legislações vigentes, executando melhorias de processos com responsabilidade, comprometimento e praticando cidadania.	GETEC	1) Despertar nos adolescentes e jovens a importância das atividades agropecuárias. 2) Incentivar o processo de Sucessão Familiar. 3) Desenvolver nos adolescentes e jovens a aptidão de gestão das propriedades rurais.

Nº	Programas/Projetos	Objetivos	Deptº Responsável	Objetivos Estratégicos
4	Agriinho	Levar informações sobre saúde e segurança pessoal e ambiental, principalmente às crianças do meio rural, o Programa se consolida como instrumento eficiente na operacionalização de temáticas de relevância social da contemporaneidade dentro dos currículos escolares	GETEC	<p>1) Despertar junto ao público infantil a valorização das atividades agropecuárias.</p> <p>2) Subsidiar os professores com materiais pedagógicos (metodologias).</p> <p>3) Levar conhecimento às crianças, promovendo cidadania e interação entre a escola e a comunidade onde está inserida.</p>

#### 4.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O monitoramento da execução dos planos do Senar/PR é efetuado mediante a utilização das seguintes ferramentas: Sistema de informações do Senar/PR, RM-TOTVS – (Gestão Financeira, Gestão Patrimonial, Gestão de Estoques, Compras e Faturamento, Gestão Fiscal e Gestão Contábil)

O Sistema de Informações do Senar/PR foi desenvolvido pelo próprio Senar, obedecendo sua própria metodologia de atuação, com a finalidade de gerenciar toda programação de eventos, desde a formulação da proposta de cursos oriundos do catálogo existente, com pré-requisitos e quantidade dos participantes, conteúdo programático, carga horária, custos, até a conclusão do evento, possibilitando o acompanhamento de sua execução. Possibilita também, a identificação dos participantes para certificação, registro das supervisões efetuadas, pesquisa da satisfação de clientes, além de relatórios gerenciais para análise e acompanhamento.

O TOTVS Gestão Contábil - Contabilidade Gerencial é um Sistema que permite apresentar as principais funcionalidades que contém o Sistema de gestão contábil. Nele são contemplados: o acompanhamento dos valores orçados em relação aos valores realizados pela emissão de relatórios, as informações necessárias para a manutenção de lançamentos contábeis, os parâmetros de lançamentos, os relatórios oficiais e as informações necessárias para apuração do resultado do exercício e liberação do período contábil.

O TOTVS Gestão Patrimonial controla os Bens Patrimoniais, incluindo a automação de todas as rotinas relacionadas ao Ativo Imobilizado da empresa, tais como baixa, localização, responsáveis, depreciação entre outros.

TOTVS Gestão de Estoques, Compras e Faturamento RM Nucleus faz análise de Custos de Estoque Controle de Inventário (Importação de contagem de produtos, ajuste de saldos, acertos de saldos de Lotes) Controle Orçamentário, parametrização para utilização de informações específicas no processo de Faturamento, Rotina de Contratos Parametrização do Faturamento de Contratos por Medição da execução dos Serviços, visam facilitar ao máximo as operações e rotinas das áreas de faturamento. Permite a

personalização dos processos de faturamento, este módulo possuiu integração via webservice com o Sistema de informação do SENAR, por onde são incluídos os movimentos de baixa de estoque dos cursos aprovados e enviados, assim como os valores a pagar a título de instrutória e mobilização.

O TOTVS Gestão fiscal, visam oferecer segurança e agilidade sobre as diversas operações fiscais da Empresa, como emissão dos Livros Fiscais, emissão de Guias para Recolhimento e Apuração de Impostos, reduzindo em muito o tempo necessário para o fechamento das rotinas fiscais, representando rapidez e economia de tempo.

O TOTVS Gestão Financeira é um aplicativo que permite realizar todos os processos relacionados à gestão financeira da empresa.

Com relação a atividade fim iniciou-se em 2015 a avaliação de resultados seguindo a metodologia abaixo descrita:

#### **Definir os cursos/itinerários que serão avaliados**

O GETEC e GEPLAN, com base no PAT, na série histórica de cursos, dados de arrecadação das cadeias produtivas, tendências de mercado, conjuntura política, orçamento, entre outros, determinam quais serão os cursos/itinerários que serão avaliados.

Entende-se que quanto maior a demanda, execução e relevância, maior a viabilidade deste para o processo de avaliação. Também, serão priorizadas as ações de Formação Profissional Rural.

#### **Validar escolha dos cursos/itinerários**

O superintendente valida o ranking, ou altera posições, de cursos/itinerários previamente selecionados.

Preferencialmente, este processo é feito anualmente após a aprovação do PAT.

#### **Definir amostragem e plano de trabalho**

Tendo o PAT como "população" e com base no delineamento estatístico escolhido é composta a amostra.

Também é estabelecido o plano de trabalho por auditor/técnico GETEC.

#### **Elaborar questionários de avaliação diagnóstica, retenção do conhecimento, aprendizagem e transferência de conhecimento**

Elabora-se um questionário contendo 15 perguntas com 3 alternativas cada, sendo 2 corretas e uma incorreta, que é aplicado antes do início do curso (avaliação diagnóstica) e após o curso (avaliação de retenção de conhecimento).

Decorrido o prazo estabelecido para a aplicação dos conteúdos por parte do egresso dentro de um ciclo produtivo, aplica-se o questionário com as 15 perguntas, alterando a ordem destas (avaliação de aprendizagem). Em entrevista coletiva com no máximo 5 egressos executa-se a avaliação de transferência, que é um processo estruturado de coleta de informações quantitativas e qualitativas apoiado nos indicadores de aprendizagem do curso (plano de curso). Também é necessário para completar o processo a visita a, no mínimo, uma propriedade de um egresso, visando a observação in loco do egresso aplicando os conhecimentos adquiridos (resultados).

### **Validar questionários**

Etapa preliminar de aplicação dos questionários, visando sintaxe, ortografia, e linguagem de modo geral. Também será mensurado o tempo de aplicação para ajustes no plano de trabalho.

Ainda, serão verificados critérios de complexidade das questões elaboradas.

### **Aplicar questionários**

Execução do plano de trabalho.

Distorções ou impossibilidade de aplicação dos questionários deverão ser comunicadas ao técnico responsável para correção de amostra.

O auditor será responsável por aplicar os questionários, digitar em meio eletrônico específico e enviar ao SENAR PR (GEPLAN) em prazo estabelecido no plano de trabalho.

### **Tabular dados e emitir relatório**

Os dados serão tratados/conferidos e tabulados pela GEPLAN e encaminhados ao técnico responsável na GETEC em três momentos ao ano: parcial 1 (50% da amostra realizada), parcial 2 (75% da amostra realizada) e final (100% da amostra realizada).

De acordo com o delineamento será aplicado teste estatístico para validar a amostra, verificação da efetividade do curso (teste de hipóteses) e posterior emissão de relatório pelo técnico responsável pelo curso avaliado.

Após, deverá encaminhar Relatório Final de Avaliação de Resultado contendo análise quantitativa e qualitativa dos resultados, considerando os pontos levantados no processo de avaliação de transferência de conhecimento, e remetê-lo para apreciação do Superintendente antes de apresentá-lo ao Conselho Consultivo.

### **Analisar relatórios**

Análise crítica do Relatório Final de Avaliação de Resultado pela superintendência.

#### **Os resultados são satisfatórios?**

**SIM, totalmente/ com ajustes** - mantém o curso/itinerário, implementando os ajustes quando necessário, e encerra a auditoria.

**SIM, parcialmente** - encaminha a GETEC para planejamento das correções/atualizações necessárias. Após, pode reiniciar novamente o processo de avaliação de resultados.

**INCONCLUSIVO** - demanda para especialista nova análise sobre o processo produtivo em questão.

**NÃO** - o curso nesta versão deve ser inativado no momento determinado.

**Manter a versão do curso/itinerário acatando sugestões (competências complementares e recursos auxiliares)**

Manutenção do curso no catálogo com encerramento do plano de trabalho dos auditores.

## **Comunicar stakeholders**

Ações da comunicação social objetivando a promoção do curso/itinerário e da instituição.

Os resultados poderão ser apreciados preliminarmente pelo Conselho Consultivo.

### **Atualizar/corrigir o curso/itinerário (competências necessárias e recursos essenciais)**

Abre-se um novo projeto para atualizar ou corrigir o curso/itinerário. Após, é possível a realização de nova avaliação.

### **Inativar**

Status inativo no Sistema de Informações para o curso.

Material Instrucional deve ser retirado de estoque.

Esta habilitação do Instrutor deve ser inativada.

### **Demandar avaliação de impacto nos processos produtivos (indicadores)**

O superintendente poderá demandar estudo técnico de um especialista com maior aprofundamento nos processos produtivos que julgar relevantes.

### **Emitir relatório**

O especialista emitirá relatório contendo subsídios técnicos para consulta e deliberação.

### **Analisar e comunicar stakeholders**

O superintendente analisa o relatório, delibera ações nos processos produtivos em pauta e comunica aos *stakeholders*.

## **4.3. Desempenho orçamentário**

### **4.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade**



Quadro 4 - Execução Física e Financeira das Ações

SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	Meta Física		Orçado	Realizado	% Utilização
	Prev.	Real.			
<b>122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>	<b>42</b>	<b>48</b>	<b>8.650.000,00</b>	<b>5.925.271,11</b>	<b>68,50%</b>
<b>0750 - Apoio Administrativo</b>	<b>42</b>	<b>48</b>	<b>8.650.000,00</b>	<b>5.925.271,11</b>	<b>68,50%</b>
8701 - Manutenção de Serviços Administrativos	1	1	4.500.000,00	2.114.699,78	47,00%
8777 - Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais	40	46	3.900.000,00	3.648.894,13	93,56%
8711 - Gestão Administrativa	1	1	250.000,00	161.677,20	64,67%
8715 - Assistência Financeira a Entidades					
<b>128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS</b>	<b>130</b>	<b>126</b>	<b>300.000,00</b>	<b>169.937,91</b>	<b>56,65%</b>
<b>0801 - Formação de Gerentes e Empregados</b>	<b>130</b>	<b>126</b>	<b>300.000,00</b>	<b>169.937,91</b>	<b>56,65%</b>
8718 - Capacitação de Recursos Humanos	130	126	300.000,00	169.937,91	56,65%
<b>131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>1.011.030,53</b>	<b>84,25%</b>
<b>0253 - Serviço de Comunicação de Massa</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>1.011.030,53</b>	<b>84,25%</b>
8719 - Divulgação de Ações Institucionais	4	4	1.200.000,00	1.011.030,53	84,25%
<b>212 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL</b>					
<b>0681 - Participação em Organismos Internacionais</b>					
8753 - Contribuição a Organismo Internacional					
<b>301 - ATENÇÃO BÁSICA</b>					
<b>0100 - Assistência ao Trabalhador</b>					
8703 - Assistência Médica e Odonto. a Empregados					

SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	Meta Física		Orçado	Realizado	% Utilização
	Prev.	Real.			
<b>306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO</b>	<b>40</b>	<b>46</b>	<b>200.000,00</b>	<b>156.633,81</b>	<b>78,32%</b>
<b>0100 - Assistência ao Trabalhador</b>	<b>40</b>	<b>46</b>	<b>200.000,00</b>	<b>156.633,81</b>	<b>78,32%</b>
8705 - Auxílio Alimentação a Empregados	40	46	200.000,00	156.633,81	78,32%
<b>331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIO AO TRABALHADOR</b>	<b>748.517</b>	<b>742.825</b>	<b>4.860.000,00</b>	<b>3.980.674,68</b>	<b>81,91%</b>
<b>0100 - Assistência ao Trabalhador</b>	<b>60</b>	<b>72</b>	<b>60.000,00</b>	<b>48.698,74</b>	<b>81,16%</b>
8706 - Auxílio Transporte aos Empregados	30	32	10.000,00	5.960,14	59,60%
8707 - Assistência Social a Servidores	30	40	50.000,00	42.738,60	85,48%
<b>0108 – Melhoria na Qualidade de Vida Trab.</b>	<b>748.457</b>	<b>742.753</b>	<b>4.800.000,00</b>	<b>3.931.975,94</b>	<b>81,92%</b>
8788 – Promoção Social	748.457	742.753	4.800.000,00	3.931.975,94	81,92%
<b>333 - EMPREGABILIDADE</b>	<b>178.627</b>	<b>102.378</b>	<b>72.082.000,00</b>	<b>40.894.814,08</b>	<b>56,73%</b>
<b>0101 - Qualificação Profissional do Trabalhador</b>	<b>178.627</b>	<b>102.378</b>	<b>72.082.000,00</b>	<b>40.894.814,08</b>	<b>56,73%</b>
8729 - Qualificação Profissional na Área de Agropecuária e Agroindústria	178.627	102.378	72.082.000,00	40.894.814,08	56,73%
<b>TOTAL</b>			<b>87.292.000,00</b>	<b>52.138.362,12</b>	<b>59,73%</b>

Fonte: Sistema RM – SALDUS

### 4.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Não ocorreram fatores intervenientes ao desempenho orçamentário no exercício.

### 4.3.3. Execução descentralizada com transferências de recursos

Quadro 5 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural					
UG/GESTÃO:	Administração Regional do Estado do Paraná					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	159	156	174	5.756.058	6.374.623	9.491.289
Contrato de repasse						
Totais	159	156	174	5.756.058	6.374.623	9.491.289

Fonte: Senar AR/PR – Área Administrativa/Financeira

Quadro 6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural					
UG/GESTÃO: Administração Regional do Estado do Paraná					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	158		158
		Montante Repassado	5.561.923		5.561.923
	Contas NÃO	Quantidade	1		1

	Prestadas	Montante Repassado	194.135		194.135
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1		1
		Montante Repassado	150.995		150.995

Fonte: Senar AR/PR – Área Administrativa/Financeira

Quadro 7 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural				
UG/GESTÃO: Administração Regional do Estado do Paraná				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumentos			
	Convênios	Contratos de repasse	...	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	158		158
	Quantidade reprovada			
	Quantidade de TCE instauradas			
	Montante repassado (R\$)	5.561.923		5.561.923
194.135 Contas NÃO analisadas	Quantidade	1		1
	Montante repassado (R\$)	194.135		194.135

Fonte: Senar AR/PR – Área Administrativa/Financeira

### Análise Crítica

Em termos de transferência de recursos em que preconiza o enunciado do item, só ocorre após comprovação efetiva do fato realizado e prestação de contas, a movimentação financeira é efetuada na forma de reembolso. Os convênios compreendem os trabalhos de mobilização do público alvo do SENAR-PR dentro de cada cadeia produtiva da agricultura para aplicação de ações de Formação Profissional Rural e atividades de Promoção Social.

O controle das mesmas é gerenciado pelo Sistema de Informações do SENAR-PR, respaldado em ações de supervisão distribuídas nas 10 (dez) regionais estabelecidas no Estado do Paraná.

#### 4.3.4. Informações sobre a realização das receitas

Quadro 8 - Demonstração da Receita – Administração Regional

Natureza da Receita	Orçada	Realizada	% Realização
<b>Receitas Correntes</b>	<b>86.742.000</b>	<b>87.500.085</b>	<b>109,15%</b>
<b>Receitas de Contribuições</b>	<b>74.000.000</b>	<b>73.419.833</b>	<b>99,22%</b>
Contribuição para o SENAR	74.000.000	73.419.833	99,22%
<b>Receita Patrimonial</b>			
<b>Receitas de Valores Mobiliários</b>	<b>12.000.000</b>	<b>13.427.135</b>	<b>111,89%</b>
Juros e Títulos de Renda	12.000.000	13.427.135	111,89%
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>3.000</b>	<b>1.814</b>	<b>60,47%</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>729.000</b>	<b>628.014</b>	<b>86,15%</b>
Outras Transf. de Inst. Privadas			
Transf. de Convênios	729.000	628.014	86,15%
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>10.000</b>	<b>23.289</b>	<b>232,89%</b>
Outras Receitas			
<b>Receitas de Capital (Alienação de Bens)</b>	<b>550.000</b>	<b>235.100</b>	<b>42,75%</b>
	<b>87.292.000</b>	<b>87.735.185</b>	<b>100,51%</b>

Fonte: Sistema Contábil RM Saldus

Verifica-se em receitas correntes um acréscimo de 9,15% em relação a previsão, tendo como elemento motivador a performance apresentada pelas receitas financeiras. Com relação as receitas de capital, realizou apenas 42,75% dos valores previsto. Contudo em termos totais, o montante realizado equivale-se ao previsto, cumprindo a meta estabelecida.

As receitas de contribuições do Senar tem sua origem nas seguintes fontes:

- **Comercialização de produtos agropecuários**

Refere-se à contribuição dos produtores rurais, pessoas físicas e jurídicas, de 0,2% e 0,25%, respectivamente, incidentes sobre a venda de sua produção agropecuária.

▪ **Folha de pagamento**

Diz respeito à contribuição de 2,5% sobre a folha de pagamento de sindicatos, federações e confederação patronal rural, setor agrário das agroindústrias de piscicultura, carcinocultura, suinocultura e avicultura, e prestador de mão de obra rural legalmente constituído como pessoa jurídica.

Observe-se que essa contribuição é recolhida através da Guia da Previdência Social (GPS) e repassada ao SENAR – Administração Central, que distribui às Administrações Regionais de acordo com o recolhimento estadual.

▪ **Propriedade rural**

Corresponde à contribuição de 21% do valor de referência regional para cada módulo fiscal atribuído ao respectivo imóvel, devida pelos contribuintes que exerçam atividades rurais em imóveis sujeitos ao Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR), lançado e arrecadado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), juntamente àquele imposto.

Essa contribuição era arrecadada pela Secretaria da Receita Federal (SRF), por força do art. 1º da Lei nº 8.022, de 14 de março de 1990. No entanto, a competência da SRF cessou em 31 de dezembro de 1996, de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei nº 8.847, de 28 de janeiro de 1994; dessa forma, o recolhimento passou a ser feito diretamente pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) a partir do exercício de 1997.

▪ **Juros e títulos de renda**

A receita financeira provém dos Certificados de Depósito Bancário – CDB, demonstrando um acréscimo de 11,89% em relação a previsão ajustada.

**4.3.5. Informações sobre a execução das despesas**

Quadro 9 – Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: Senar-PR	Código UO:	UGO:
Modalidade de Contratação	Despesa paga	
	2016	2015
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>6.493.479</b>	<b>4.732.829</b>
a) Convite	2.431.866	1.826.248
b) Tomada de Preços		
c) Concorrência	4.061.613	2.906.581
d) Pregão		
e) Concurso		
f) Consulta		
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>23.722.959</b>	<b>21.046.916</b>
h) Dispensa	20.104.837	18.832.066
i) Inexigibilidade	3.618.122	2.214.850
<b>3. Regime de Execução Especial</b>		

j) Suprimento de Fundos		
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>11.180.980</b>	<b>9.511.259</b>
k) Pagamento em Folha	11.180.980	9.511.259
l) Diárias		
<b>5. Outros</b>	<b>10.740.944</b>	<b>14.084.322</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>52.138.362</b>	<b>49.375.326</b>

FONTE: SENAR-AR/PR – Fluxus.

Observação:

Contratações Diretas - Dispensa

- (1) Com base no inciso **IX do art. 9º do RLC** são relativas a "contratação, com serviços sociais autônomos, entidades sindicais e com órgãos e entidades integrantes da Administração Pública, quando o objeto do contrato for compatível com as atividades finalísticas do contratado";
- (2) Com base nos incisos **I, VI, VIII, XII do art. 9º do RLC** são relativas a "contratação de pessoas físicas ou jurídicas para ministrar cursos ou prestar serviços de instrutórias vinculados às atividades finalísticas do SENAR".

Contratações Diretas - Inexigibilidade

- (3) Com base no art. 10º do RLC

Quadro 10 - Despesas por grupo e elemento de despesa

<b>Unidade Orçamentária:</b>				
<b>Grupos de Despesas</b>	<b>Orçada</b>		<b>Realizada</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>1 - Despesas de Pessoal</b>	11.700.000	10.300.000	11.170.980	9.511.259
Salários e Vantagens Fixas	8.682.000	7.637.000	8.289.006	7.052.380
Outras Vantagens Variáveis	-	-	-	-
Encargos Sociais Diretos	3.018.000	2.663.000	2.881.974	2.458.879
Outros Encargos/Benefícios/Contingências	-	-	-	-
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-
<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>	72.592.000	58.207.680	40.967.382	39.864.067
Material de Consumo	1.852.000	2.012.000	1.045.001	1.378.028
Serv.Terceiros Pessoa Jurídica e Eventos FPR e PS	67.831.000	53.238.680	38.280.813	36.460.780
Demais elementos do grupo (1)	2.909.000	2.957.000	1.641.568	2.025.260
<b>4 - Investimentos</b>	3.000.000	1.000.000	1.408.911	334.076
Bens Móveis	3.000.000	1.000.000	1.408.911	334.076
Bens Imóveis	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>87.292.000</b>	<b>69.507.680</b>	<b>53.547.273</b>	<b>49.709.402</b>

FONTE: SENAR-AR/PR – GEAD Contabilidade

#### 4.4. Desempenho operacional

O desempenho operacional do SENAR-PR é medido através da realização dos eventos de Formação Profissional Rural (FPR) e Promoção Social (PS) em comparação com os eventos previstos para o exercício, conforme o Plano Anual de Trabalho.

##### a) Formação Profissional Rural

Quadro 11 – FPR p/Linha de Ação

FPR Linha de Ação	PAT 2016			Realizado 2016			Realização %		
	Eventos	Participantes	Carga Horária	Eventos	Participantes	Carga Horária	Eventos	Participantes	Carga Horária
Agricultura	574	8.960	13.932	565	6.598	10.900	98,4%	73,6%	78,2%
Pecuária	543	9.523	14.548	524	7.260	12.616	96,5%	76,2%	86,7%
Silvicultura	122	1.830	1.360	136	1.726	1.480	111,5%	94,3%	108,8%
Aquicultura	65	975	1.040	59	722	944	90,8%	74,1%	90,8%
Agroindústria	-	-	-				0,0%	0,0%	0,0%
Atividades de apoio agrossilvipastoril	3.632	147.757	96.278	3.599	79.334	83.650	99,1%	53,7%	86,9%
Atividades relativas à prestação de serviços	282	3.826	7.428	284	3.107	7.144	100,7%	81,2%	96,2%
Aprendizagem rural	199	4.720	35.048	224	3.631	32.064	112,6%	76,9%	91,5%
<b>Total</b>	<b>5.417</b>	<b>177.591</b>	<b>169.634</b>	<b>5.391</b>	<b>102.378</b>	<b>148.798</b>	<b>99,5%</b>	<b>57,6%</b>	<b>87,7%</b>

Fonte: Senar/Pr - Área de Planejamento/2016

##### b) Promoção Social

Quadro 12 – PS p/Áreas de Atividades

PS Áreas de Atividades	PAT 2016			Realizado 2016			Realização %		
	Eventos	Participantes	Carga Horária	Eventos	Participantes	Carga Horária	Eventos	Participantes	Carga Horária
Alimentação e Nutrição	<b>656</b>	<b>9.840</b>	<b>10.496</b>	<b>668</b>	<b>8.540</b>	<b>10.688</b>	<b>101,8%</b>	<b>86,8%</b>	<b>101,8%</b>
Artesanato	<b>148</b>	<b>2.210</b>	<b>6.260</b>	<b>145</b>	<b>1.611</b>	<b>6.008</b>	<b>98,0%</b>	<b>72,9%</b>	<b>96,0%</b>
Educação	<b>607</b>	<b>17.748</b>	<b>21.720</b>	<b>648</b>	<b>13.943</b>	<b>23.172</b>	<b>106,8%</b>	<b>78,6%</b>	<b>106,7%</b>
Programas Especiais	<b>26.617</b>	<b>718.659</b>	<b>958.212</b>	<b>26.617</b>	<b>718.659</b>	<b>958.212</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
- Progr. Agrinho	26.617	718.659	958.212	26.617	718.659	958.212	100,0%	100,0%	100,0%
<b>Total</b>	<b>28.028</b>	<b>748.457</b>	<b>996.688</b>	<b>28.078</b>	<b>742.753</b>	<b>998.080</b>	<b>100,2%</b>	<b>99,2%</b>	<b>100,1%</b>

Fonte: Senar/Pr - Área de Planejamento/2016

#### Análise Crítica

Em termos gerais, na Formação Profissional Rural das metas físicas estabelecidas no Plano Anual de Trabalho, foram realizadas 99,5% e em carga horária 87,7%. Verifica-se que se abstraindo das linhas de ação Agricultura, Pecuária, Aquicultura e Atividades de Apoio Agrossilvipastoril, as demais linhas de ação ultrapassaram o volume de eventos previstos.

Na maioria dos exercícios verifica-se uma maior expressividade de público em seminários, principalmente na área de atividade de apoio agrossilvipastoril em conteúdos voltados para o associativismo, administração de propriedades rurais e sindicalismo rural, representando em 2016 uma participação de 41,5% do contingente atendido.



Ao elaborar o Plano Anual de Trabalho, que é reformulado anualmente, utiliza-se como parâmetro o número máximo de participantes previsto por turma. Dessa forma, possibilita a correta previsão orçamentária e previsão de materiais instrucionais para os cursos. Porém ao executar os eventos, o número de participantes geralmente não atinge o teto estabelecido resultando no não alcance do número de participantes planejados no PAT para as ações de FPR. Em 2016 o contingente de participantes atingiu 57,6% do previsto.

Na Promoção Social, em termos gerais, as áreas de atividades atingiram as metas previstas, demonstrando um nível de realização em 100,2% e em carga horária 100,1%. Convém destacar que a principal área de atividade que influenciou sobremaneira o indicador, foi o programa agrinho. Tratar-se de um programa que visa o despertar da consciência de cidadania, além do acesso a informações relativas à saúde, à cultura, à ética, à trabalho e consumo e a preservação do meio ambiente com vistas à melhoria da qualidade de vida.

Este Programa tem como população alvo crianças e jovens em idade escolar, da faixa etária compreendida entre 06 anos aos 15 anos, cursando a Educação Especial ou o Ensino Fundamental da Rede Pública e Particular de Ensino do Estado do Paraná.

Dentre as ações desenvolvidas e executadas pelo SENAR-PR no ano de 2016, podemos destacar:

## **GESTÃO RURAL**

### **Por que criamos?**

A Administração Rural no SENAR foi iniciada nos anos 1990. Em 2003 teve seu conteúdo e material readequados. A preocupação de levar ao gestor rural um conteúdo prático e atual foi o que motivou a reestruturar o curso agora em 2015, apresentando as mudanças na economia mundial e suas consequências para a agricultura, e diante desta nova realidade, é muito importante que cada produtor, individual ou coletivamente, reflita sobre as causas e consequências dessas mudanças dentro do setor rural. Dessa forma estará amparado para tomar decisões na sua propriedade, obtendo maior eficiência e lucro em suas atividades.

### **Forma de trabalho**

Além do material didático padrão, implementamos uma nova metodologia de perguntas e respostas na área de gestão de sistemas agrossilvipastoris. Este estimula o potencial para uma gestão integrada da propriedade. “Dentro e fora da porteira”.

### **Objetivos principais**

- Incentivar e fortalecer a cultura da gestão rural, do planejamento nas propriedades rurais, afim de alcançar qualidade de vida, sustentabilidade e retorno financeiro ao Trabalhador e ou Produtor Rural.

- Especificamente pretende-se maior participação de trabalhos em grupo, construção de modelos técnicos e financeiros de condução da propriedade, interação com o dia a dia da propriedade. A técnica principal é usar o potencial do treinando na sua região através de discussão do texto tipo: "O SENAR pergunta e você responde".

**Carga horária** – 40 horas

## **Sistema de avaliação**

Será implementado um PLANO DE AÇÃO DA PROPRIEDADE – PAP, que consiste em obter informações gerenciais para conduzir a propriedade com eficiência no longo prazo. Esse sistema de registros agrícolas, permite a identificação dos resultados técnico-econômicos, para analisar a gestão e orientar as decisões da propriedade. Trata-se, pois, o processo contínuo de planejamento, execução, controle e avaliação. Pode-se dizer, simplificada, que no PAP “você planta, colhe, comercializa no papel a gestão de sua propriedade”.

## **GESTORES RURAIS - MÉTODOS OPERACIONAIS**

Foi criado um novo curso para Gestores Rurais, aplicável a todas as cadeias produtivas. Demanda solicitada pela empresa BRF Brasil Foods, para as cadeias de Suínos e Aves.

A solicitação foi de um curso para os gerentes (proprietários) de granjas para saberem gerir pessoas, indicadores, processos.

Desde então se iniciou um trabalho de pesquisa de campo do funcionamento e gerenciamento das granjas integradas da BRF, e estudos metodológicos.

Contratado a FAE BUSINESS, para o desenvolvimento do material (cartilhas e vídeo aulas) e auxílio no desenvolvimento de conteúdo conforme tema e detalhamento de assuntos levantados pela empresa e técnicos do SENAR.

## **APRESENTAÇÃO**

Após a década de incentivo ao empreendedorismo, o mundo do mercado volta-se agora para a perspectiva da necessidade do bom gestor, que possua competências que se esperam de um bom gerente.

A implantação de rotinas de trabalho, verificação da padronização dos serviços realizados e eficiência de processos de admissão / demissão que diminuam a rotatividade de recursos humanos na empresa são fundamentais hoje.

O processo de qualificação do gestor rural, buscando profissionalizar a propriedade marcam essa importante etapa. Mudando a estrutura de gestão, deixando o hábito da centralização de decisões e considerando a participação efetiva da equipe na construção das melhores soluções e rotina para a propriedade rural, seguindo os princípios da sustentabilidade, economia, gestão do tempo e adequados à necessidade dos consumidores.

## **OBJETIVO**

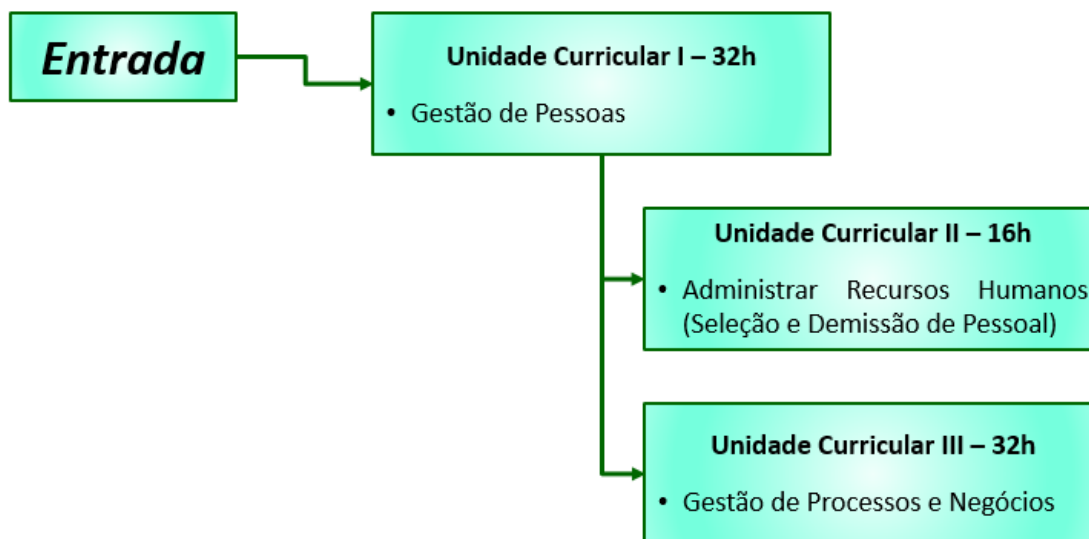
Aperfeiçoar gestores para administrarem a propriedade adotando princípios de gestão de pessoas e processos, de forma participativa e sustentável.

## **ESTRUTURA**

Em uma carga horária de 80 horas presenciais, podendo ser encontros de 8 horas semanais ou quinzenais, com uma metodologia vivencial, exercícios estruturados e com a

pretensão em avanços no formato metodológico de *B-Learning* (algumas aulas à distância) com vídeo aulas, criou-se o Curso Gestão de Pessoas – Métodos Operacionais.

Esta etapa de aperfeiçoamento de Capacitação de Gestores Rurais contempla 03 unidades curriculares totalizando 80 horas. Uma unidade será pré-requisito para participar das etapas seguintes e cada uma possui seus elementos de competência e indicadores de avaliação para certificação.



## **PROGRAMA HORTIMAIS**

O programa teve início em 2009 com o projeto “Organização da Cadeia Produtiva de Hortifrutigranjeiros da Região Metropolitana de Curitiba”, uma parceria entre Senar, Sebrae, Emater, UFPR e prefeituras municipais com o objetivo de elaborar um diagnóstico da situação da produção de hortaliças na região.

Para auxílio na realização do diagnóstico foram contratados estagiários estudantes do curso de agronomia da UFPR que durante o ano de 2010 e 2011 visitaram 100 produtores de alguns municípios da Região Metropolitana de Curitiba (Lapa, Campo Largo, Colombo, Contenda, Araucária, Mandirituba e São José dos Pinhais), em cada visita foram realizados questionários dirigidos, que abordaram questões como: número de espécies cultivadas por propriedade; área das propriedades; faixa etária dos produtores; sistema de cultivo; conhecimento sobre as cultivares que produziam; sistemas de irrigação; conservação de solos; nutrição de plantas; plantas daninhas; doenças e boas práticas agrícolas. Após a coleta dos dados, estes foram utilizados para fazer um diagnóstico dos principais problemas e necessidades da cadeia de hortifrúti da região e, no resultado final observou-se que em todas as áreas estudadas haviam inúmeros problemas e necessidades a serem trabalhadas.

Em 2012 e 2013, os estagiários produziram materiais técnicos básicos para distribuir aos produtores participantes do projeto, como um retorno por terem recebido as equipes e respondido aos questionários, os materiais tiveram os seguintes temas: pragas; inimigos naturais; amostragem de solos, doenças; escolha de cultivares; plantas daninhas e deficiências nutricionais. Além do trabalho com os estagiários, foi realizada uma parceria com o Sebrae para produção de um material de Implantação de Boas Práticas Agrícolas para Hortifruticultura, pois

um dos principais problemas encontrados no diagnóstico foi que nenhum dos municípios estudados conhecia ou implantava os procedimentos de boas práticas e rastreabilidade.

O Programa de Implantação de Boas Práticas Agrícolas foi desenvolvido com base em protocolos utilizados internacionalmente, como o GLOBALG.A.P., e é realizado no modelo treino e visita, onde após cada aula teórica o instrutor visita cada propriedade individualmente identificando os pontos de não conformidade de acordo com o tema trabalhado em sala de aula e auxiliando o produtor na construção de um plano de ação para corrigir o problema.

Foram realizados vários pilotos do programa na região e, durante este período de “teste”, foi observado que além das boas práticas, os produtores continuavam com muitas dúvidas de caráter técnico, que apenas a gestão dos processos, qualidade e rastreabilidade não conseguiriam esclarecer, a partir disto surgiu a necessidade da criação de novos módulos de treinamento técnico que pudessem preencher as lacunas sobre o processo produtivo em si.

Nesse contexto, em 2014, o Senar iniciou a construção de um programa de qualificação profissional para olericultores, na busca de informações técnicas de qualidade, foram contatados pesquisadores especialistas nos assuntos que seriam abordados, além de empresas da área de olericultura com o objetivo de unir a informação acadêmica produzida pela pesquisa com a prática e experiência do dia-a-dia, além do esclarecimento e diferenciação dos inúmeros produtos encontrados hoje no mercado direcionados à olericultura.

Assim, em 2016 com a produção de materiais didáticos e início da capacitação técnica de instrutores, nasceu o Programa de Qualificação de Olericultores – HortiMais que tem como objetivo oferecer técnicas que proporcionam a melhoria da produção, resultando em qualidade, sustentabilidade, desenvolvimento de uma olericultura mais profissional e utilização dos recursos de maneira racional, assegurando assim a saúde financeira do negócio, propiciando melhor qualidade de vida ao produtor e seus familiares. O programa conta hoje com 13 módulos de treinamento sendo eles:

### **1) Implantação de Boas Práticas Agrícolas – Parceria entre Senar e Sebrae**

O programa tem o foco principal na produção de alimentos seguros do ponto de vista físico, químico e biológico, por meio da melhoria de processos na produção e na rastreabilidade com a implantação de registros que permitem o controle. É um programa de longa duração, onde podem participar até 18 propriedades (2 participantes por propriedade).

O material do participante é composto por 1 apostila e 1 caderno de campo e para o instrutor 1 manual de trabalho, slides padrão e um check list produzido com base no GLOBALG.A.P. onde constam 158 itens para avaliação da propriedade, dos quais 70 são obrigatórios e 88 são recomendados. Para cada item há a opção de “conforme”, “não conforme” e “não se aplica”, para cada item considerado “não conforme” identificado na propriedade o instrutor constrói um plano de ação durante as visitas individuais. Ao final, para que a propriedade receba um atestado de conformidade com as BPAs, é necessário que atinja 100% de conformidade nos itens obrigatórios e 70% nos recomendados.

O programa está estruturado em 22 horas teóricas em grupo e 14 horas de visitas individuais por propriedade, totalizando 36 horas/ participante e 292 horas/ instrutor, sendo organizadas da seguinte maneira:

- Sensibilização (1 hora): realizada em grupo, onde o instrutor irá expor ao grupo a importância das BPAs, funcionamento do programa e marcará a visita inicial em cada propriedade participante;
- Avaliação inicial “Check list T0” (2 horas/ propriedade): realizada individualmente em cada propriedade, o instrutor fará a aplicação do check list antes de qualquer explicação teórica para ter um diagnóstico inicial das propriedades.

- Módulo 1 (4 horas em grupo + 2 horas individuais/propriedade): perigos na produção de hortifrutícolas; boas práticas na produção, rastreabilidade. Aplicação dos itens do check list relacionados ao conteúdo e construção dos planos de ação pertinentes.
- Módulo 2 (4 horas em grupo + 2 horas individuais/propriedade): local de produção, sementes e mudas; manejo do solo; qualidade da água e irrigação. Aplicação dos itens do check list relacionados ao conteúdo e construção dos planos de ação pertinentes.
- Módulo 3 (4 horas em grupo + 2 horas individuais/propriedade): boas práticas no controle de plantas daninhas, doenças e plantas daninhas; controle de fornecedores de insumos; manutenção de equipamentos. Aplicação dos itens do check list relacionados ao conteúdo e construção dos planos de ação pertinentes.
- Módulo 4 (4 horas em grupo + 2 horas individuais/propriedade): cuidados na colheita; higiene, saúde e segurança dos trabalhadores. Aplicação dos itens do check list relacionados ao conteúdo e construção dos planos de ação pertinentes.
- Módulo 5 (4 horas em grupo + 2 horas individuais/propriedade): pós-colheita; lixo e esgoto; controle de aves, roedores e insetos. Aplicação dos itens do check list relacionados ao conteúdo e construção dos planos de ação pertinentes.
- Acompanhamento final (2 horas individuais/propriedade): acompanhamento final do instrutor da implantação dos planos de ação.
- Avaliação final “Check list T1” (1 hora individual/propriedade): aplicação do check list geral novamente, diagnóstico final da propriedade e aprovação ou não para recebimento do atestado de conformidade.

#### **Módulos de treinamento técnico específico:**

- 1) **Caracterização e Conservação de Solos (40 horas)** - Desenvolvido por Senar e pesquisadora da UEPG.
- 2) **Nutrição de Plantas (40 horas)** - Desenvolvido por Senar, pesquisadora da Esalq e Yara Brasil Fertilizantes.
- 3) **Planejamento da produção (40 horas)** - Desenvolvido por Senar e pesquisadores da Esalq.
- 4) **Qualidade da Água, Métodos e Manejo de Irrigação (40 horas)** – Desenvolvido por Senar e NAEB – UFPR (Núcleo de Atividades em Engenharia de Biosistemas).
- 5) **Pragas e Inimigos Naturais (40 horas)** – Desenvolvido por Senar, Bayer Crop Science e pesquisadora da UFPR.
- 6) **Identificação e Controle de Doenças (40 horas)** – Desenvolvido por Senar e pesquisador da UFPR.
- 7) **Controle Biológico de Pragas (40 horas)** – Desenvolvido por Senar, pesquisadores da UFPR e UEL, Bug Agentes Biológicos, Biocontrole Métodos de Controle de Pragas, Promip Manejo Integrado de Pragas e Novozymes.
- 8) **Cultivo em Ambiente Protegido + Plasticultura (40 horas)** – Desenvolvido por Senar, pesquisadores da Esalq e Electro Plastic.
- 9) **Cultivo Hidropônico (40 horas)** – Desenvolvido por Senar, pesquisadores da Esalq e Hidrogood.
- 10) **Cultivo de Mini Tomates em Ambiente protegido (40 horas)** – Desenvolvido por Senar, pesquisadores da Esalq e Isla Sementes.
- 11) **Colheita e pós-colheita (40 horas)** - Desenvolvido por Senar e pesquisadores da Esalq.
- 12) **Gestão de Custos (40 horas)** - Desenvolvido por Senar e consultores da área.

Todos os módulos técnicos específicos possuem material didático próprio, composto por uma cartilha com alta qualidade de textos e imagens sobre o tema e slides padrão desenvolvidos pelos mesmos autores da cartilha. Além deste material, os instrutores recebem também um

plano de curso, onde constam todas as normas de execução de cada módulo, materiais necessários e bibliografias recomendadas.

Os módulos são todos compostos por 40 horas teórico-práticas, onde além das aulas expositivas, os participantes realizam atividades em grupo para discussão e estudos de caso, aulas práticas a campo e em sala, visitas técnicas e, dependendo do tema, atividades individuais em sala ou para entrega na aula seguinte. Todas as atividades e dinâmicas são previamente planejadas em conjunto com os instrutores que ministram os módulos e com a área pedagógica do Senar. Estas atividades também estão descritas no plano de curso entregue ao instrutor.

O padrão do número de participantes por módulos é de 10 a 15, exceto para a Implantação de Boas Práticas Agrícolas onde são necessárias 14 a 18 propriedades e para o módulo sobre Cultivo Hidropônico onde são necessários 6 a 8 participantes. A carga horária de cada módulo é flexível, podendo ser dividida em até, por exemplo, 1 aula por semana.

Em todos os módulos técnicos específicos são realizadas avaliações de cada participante de acordo com indicadores de desempenho já pré-determinados relacionados ao conteúdo desenvolvido, classificados em “necessários” ou “complementares”, não há uma nota/pontuação para estes indicadores, na avaliação é considerado apenas o cumprimento ou não do indicador. A avaliação é realizada por meio da observação da participação, questionamento verbal, atividades em grupo, atividades individuais ou avaliações escritas, dependendo do perfil dos participantes. Para aprovação os participantes devem cumprir 100% dos indicadores necessários, 60% dos complementares e ter 80% de presença.

## **CENTRO TECNOLÓGICO DE AVICULTURA**

A estrutura com 1.210,46m<sup>2</sup> de área construída, que possui modernos equipamentos da avicultura para que os participantes possam aprender na prática a operação destas máquinas; foi inaugurada em outubro de 2014, considerada referência no tema “Ambiência na avicultura” em 2015 e operou na sua capacidade máxima de atendimento no ano de 2016.

Somente em 2016 ocorreram 56 treinamentos, com público de avicultores das empresas Copacol, Lar, C. Vale, Coopavel, BRF, Grupo Vibra, e Avenorte além de 02 turmas para avicultores do Mato Grosso do Sul – solicitação via ofício entre Senares e 02 turmas “livres” para avicultores de outras integradoras, candidatos a trabalhadores da avicultura, investidores, técnicos, etc.

Foi exatamente no evento n° 183935, que o milésimo avicultor participante do treinamento foi aprovado. Desde a inauguração até o final de 2016 foram 1073 avicultores que concluíram o treinamento, com taxa de aprovação de 95% a qual é considerada satisfatória.

O modelo de avaliação dos participantes preza por atingimento dos objetivos específicos do curso, de forma que o objetivo geral também seja atendido. O alto índice de aprovação tem relação com a qualidade da mobilização, a qual é feita pelas próprias integradoras/cooperativas, portanto a experiência dos participantes na avicultura de corte é inegável, mas ainda assim pode ser que em um treinamento de 20 horas o participante não possa ser classificado como aprovado no objetivo: Operar os controladores para aviários de frangos de corte aplicando conceitos de ambiência.

Importante ressaltar que os participantes reprovados têm livre acesso a realizar novamente o curso e através da planilha de avaliação do participante o instrutor sabe em quais objetivos específicos deve abordá-lo de maneira diferenciada. Já temos agendada para 2017 turma em que haverá essa segunda oportunidade para participantes que não aprovados anteriormente.

Ressalta-se também a avaliação de resultados construída através de questionários e entrevistas com egressos, essa avaliação foi um projeto à parte desenvolvido pelo Senar-PR que utilizou o treinamento que ocorre no Centro Tecnológico de Avicultura como piloto.

Os resultados obtidos nessas avaliações abriram mais portas com as integradoras/cooperativas, despertando o interesse em realizar mais treinamentos para as cadeias de monogástricos (avicultura e suinocultura). As integradoras/cooperativas passaram a mobilizar os avicultores para a realização do curso Básico em eletricista e participaram do desenvolvimento de validação dos treinamentos da suinocultura, mobilizando cooperados/integrados.

## **PROJETO DONAS DA AVICULTURA**

A presença feminina nas granjas avícolas paranaenses é um fato. Na prática, elas dividem as responsabilidades com os companheiros de igual para igual, operando controladores de ambiência, recebendo ração, preparando o ambiente para recebimento dos pintainhos de um dia, monitorando o lote e realizando todas as tarefas que a avicultura de corte envolve. O que não estava de acordo com esta realidade era a participação delas nas capacitações voltadas para a atividade que ocorrem no Centro Tecnológico de Avicultura do SENAR-PR, que – via de regra – contavam com a presença maciça de homens.

Para corrigir essa disparidade, valorizar e estimular a participação de avicultoras nos cursos principalmente de formação profissional rural, aproveitando o mês de outubro, em que tradicionalmente, são promovidas ações voltadas ao público feminino, principalmente na área da saúde – o famoso “Outubro Rosa”, o SENAR-PR promoveu, entre os dias 26 e 28 de outubro de 2016, a primeira turma do projeto “Donas da Avicultura”.

Realizado de forma piloto, o curso reuniu dez produtoras integradas do Grupo Vibra, o qual já é parceiro nos cursos realizados no CTA. As participantes vieram das regiões próximas às unidades da empresa em Itapejara d'Oeste e Pato Branco.

As avicultoras afirmaram que o curso trouxe certa emancipação, ao dar autonomia para operar os equipamentos e a avaliação foi tão positiva, que das sete datas disponíveis para a realização de turmas “Donas da Avicultura” do ano de 2017, seis já foram reservadas e algumas integradoras mobilizaram turmas exclusivas de mulheres em outros meses do ano.

## **SUINOCULTURA**

As portas que os cursos bem-sucedidos da avicultura abriram na suinocultura desde 2015 frutificaram no ano de 2016. Foram realizadas importantes parcerias e cursos piloto em 2016, além da validação do curso Toda Granja como essencial para melhorar questões de biossegurança na granja, seja ela UPL (Unidade Produtora de Leitões), ciclo completo ou terminação.

Os perfis de clientes atendidos pelo Senar-PR em 2016 foram variados, houveram treinamentos na UPL da Frísia Cooperativa Agroindustrial (antiga Batavo), dos Campos Gerais, a qual tinha sido recém-inaugurada com 5000 matrizes alojadas e foi concebida dentro dos mais rigorosos padrões produtivos, sanitários, de ambiência e de bem-estar animal. Era necessário então, qualificar a mão de obra dos trabalhadores, para colocar em funcionamento uma das mais modernas granjas da América Latina

Os cursos de suinocultura do SENAR-PR estavam em processo de atualização e vislumbrou-se a oportunidade de aplicar esses treinamentos não somente para cooperados, como também dentro da UPL, contribuindo dessa forma, para sanar o desafio enfrentado pela cooperativa.

O trabalho iniciou pela realização de vários treinamentos “Toda Granja”, com duração de 20 horas, as quais foram realizadas em sua totalidade na própria UPL.

Fruto desse trabalho, a agenda para os outros módulos de cursos da suinocultura para cooperados Frísia foi impulsionada, já havendo planejamento inclusive para os cursos de 2017.

Foram realizados treinamentos Toda Granja e Recria e Terminação para cooperados e funcionários das UPLs da LAR (Cooperativa Agroindustrial LAR), do oeste do estado, o resultado foi positivo.

O Toda Granja (evento nº 180251) foi realizado com 11 participantes funcionários das UPLs da LAR (Itaipulândia, Serranópolis e Santa Helena - esta última ainda em construção na época). Foi um dos melhores eventos já realizados, contou com total apoio dos funcionários participantes. A avaliação dignóstica que tem pontuação máxima de 30 pontos, recebeu pontuação=19,5 e a de retenção de conhecimento=23,1, o que nos mostrou que houve avanço mesmo com a equipe já com ampla experiência.

Para o Recria e Terminação foram realizados dois pilotos em 2016, pois no evento nº 180252 foram detectados desvios importantes de serem sanados, principalmente quanto à quantidade de participantes que foi alterada de 15 para de 8 a 10 somente, dadas as estruturas físicas das granjas de terminação e práticas necessárias para adquirir a competência prevista no treinamento: Organizar o manejo sanitário e nutricional na fase de recria e terminação recomendados pelas boas práticas.

As arestas foram corrigidas no evento nº 183.216, que ocorreu em setembro de 2016, e toda a agenda 2017 de treinamentos para os suinocultores LAR foi fechada.

Aconteceram também atendimentos para suinocultores independentes, dentre esses destacam-se os treinamentos Toda Granja e recria e Terminação realizados na granja Santa Ana (Mamborê-PR), propriedade de ciclo completo referência na região, utilizadora de silagem de grão úmido na alimentação do plantel. Os treinamentos foram muito elogiados pela gerente da propriedade, e existe demanda para todos os novos treinamentos que serão lançados na suinocultura.

## **PECUÁRIA MODERNA - TREINAMENTOS PARA TÉCNICOS**

Em 2016 foram realizadas 12 reuniões do Comitê Gestor Central do Programa, realizadas em Curitiba, na sede do Sistema FAEP/SENAR-PR. Nestas, foram debatidas as entregas do Programa estratégias de ação, com vistas a manter os Comitês Regionais ativos e atuantes, almejando cadastrar propriedades e realizar eventos de transferência de tecnologias.

Foi realizada uma reunião com todos os Comitês Regionais, em 16 de abril em Curitiba, na qual foram realizadas orientações sobre a condução do Programa, estruturação de eventos com apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR, as diretrizes a serem seguidas e atribuídas tarefas a cada Regional. Além desta, foram realizadas mais oito reuniões no interior, em Maringá, Londrina, Paranavaí, Cascavel, Toledo, Francisco Beltrão, Cidade Gaúcha e Santo Antônio da Platina, que objetivaram mobilizar o setor produtivo e/ou realizar orientações aos Comitês Regionais.

Ao todo, foram realizados pelos Comitês Regionais nove dias de campo e treze palestras técnicas, realizados em diversos municípios do Paraná e abordando diferentes áreas temáticas, todas em conformidade com as diretrizes do Programa Pecuária Moderna. O EMATER, parceiro do Programa, realizou em parceria com os Comitês Regionais três treinamentos para produtores, em Cidade Gaúcha, Londrina e Jaguapitã. Composto por sete módulos e com enfoque prático, o treinamento almeja difundir a adoção de boas práticas produtivas nas propriedades pecuárias, visando a sustentabilidade da atividade à longo prazo e iniciar as discussões de sucessão familiar.

A partir da contratação de consultoria para elaboração dos conteúdos programáticos e estruturação do treinamento, foram realizadas duas turmas do Programa de Qualificação de Técnicos em Bovinocultura de Corte, pelo SENAR-PR em Paranavaí e em Guarapuava. O treinamento é composto por 10 módulos de 16 horas, abordado boas práticas gerenciais, reforma, recuperação e manejo de pastagens, conservação de alimentos, manejos reprodutivo, alimentar e sanitário, além de bem-estar animal, crédito rural, entre outros.



Foram capacitados 34 técnicos atuantes em assistência técnica em bovinocultura de corte, que participaram de aulas quinzenais e realizaram avaliações sobre os conteúdos abordados. Como critério adicional de avaliação e certificação, foi proposto que os capacitados elaborassem diagnósticos e propostas para o desenvolvimento da bovinocultura de corte nas propriedades cadastradas no Programa. Ao todo, foram entregues apenas 11 diagnósticos, denotando a falta de comprometimento dos alunos para com a iniciativa.

Para reforçar os compromissos dos capacitados e evitar a evasão das aulas identificou-se a necessidade de contratação de um secretário de turma, que irá atuar a partir de 2017 como monitor e supervisor do desempenho, assim como desempenhar a função de catalizador das atividades de cadastramento de propriedades e aproximação dos capacitados com os pecuaristas.

## **APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS**

O núcleo regional da Secretaria da Agricultura organizou um núcleo de trabalho para construir uma proposta de capacitação, com foco em projetos, para técnicos das prefeituras e demais parceiros. Em 2014, foram realizadas duas turmas de 96 horas para 68 participantes, que em 2015 conduziram ações de melhorias nas propriedades leiteiras dos assistidos.

Em função do resultado identificado pelos agentes locais e pelos demais parceiros, foram propostas novas rodadas de treinamento, com ampliação de carga horária e novos mecanismos de avaliação dos participantes.

Os cursos de aplicação de agrotóxicos do SENAR-PR foram os pioneiros desde a criação da instituição. É uma linha de curso que se mantém até os dias atuais, devido a necessidade da utilização dos agrotóxicos na produção rural, embora já existam técnicas que permitam a produção de alimentos livres desses produtos.

Em 2015 foram disponibilizados novos cursos no segmento “aplicação de agrotóxicos” e para isso foram levantadas as demandas de campo, as dificuldades operacionais dos cursos, a efetividade dos cursos e os pontos gerais a serem melhorados.

Nos cursos antigos, eram abordados os assuntos relacionados à saúde e segurança do aplicador, tecnologia de aplicação e operação do equipamento, que era o que dava nome ao curso, por exemplo “Costal manual”. No mesmo curso eram trabalhados esses aspectos em 24 horas, para atender à norma regulamentadora (NR) 31, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Por meio do trabalho de levantamento à campo, criou-se cinco novos cursos e foi mantido um, o de “Formigas cortadeiras”.

Dessa maneira, foram segregados os assuntos “saúde e segurança do aplicador” e “tecnologia de aplicação”, antes previstos em todos os cursos, para compor o curso “Norma regulamentadora 31.8”. Esse curso serve de pré-requisito para todos os cursos operacionais de aplicação de agrotóxicos: formigas cortadeiras, pulverizador costal manual, pulverizador tratorizado de barra, pulverizador autopropelido e turbopulverizador. Portanto, esses são os seis cursos de aplicação de agrotóxicos que dispomos aos produtores e trabalhadores rurais.

Existem pré-requisitos para participar dos cursos de aplicação de agrotóxicos: ter 18 anos no mínimo e no máximo 60 anos, não estar grávida ou amamentando, ter concluído o 5º ano do ensino fundamental e ter sido aprovado no curso “Norma regulamentadora 31.8”, a menos de dois anos, para inscrição nos demais cursos de aplicação de agrotóxicos.

Os conteúdos programáticos dos cursos atendem ao exigido na NR 31 do MTE, tanto no que diz respeito ao trabalho com agrotóxicos, quanto no trabalho com máquinas/equipamentos (para aplicação de agrotóxicos).

Para cada participante é entregue um conjunto de materiais de apoio para o curso, como cartilha, caneta, boné, dentre outros. Em contrapartida, solicitamos que os participantes levem os EPIs para o curso, para que sejam vistoriados pelo instrutor e sejam utilizados nas atividades de utilização correta dos EPIs. Além disso, também solicitamos a disponibilização do seu equipamento ou máquina de pulverização para realização das atividades práticas do curso, por exemplo a atividade de calibração.

### **Objetivos principais**

Os novos cursos foram criados com o objetivo de otimizar a parte operacional da aplicação de agrotóxicos e também otimizar os conteúdos de cada curso para os participantes.

Com isso espera-se aperfeiçoar o trabalho de aplicação de agrotóxicos no campo, com mais segurança para quem aplica, mais segurança para o meio ambiente e mais efetividade no controle das pragas.

### **Carga horária**

CURSO	NÚMERO DE PARTICIPANTES	CARGA HORÁRIA PARTICIPANTE	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO*
Norma regulamentadora 31.8	10 a 15	24 horas	24 horas
Formigas cortadeiras	10 a 15	8 horas	8 horas
Pulverizador costal manual	10	8 horas	24 horas
Pulverizador tratorizado de barra	6	24 horas	40 horas
Pulverizador autopropelido	6	24 horas	40 horas
Turbopulverizador	6	24 horas	40 horas

\* no curso em que a carga horária total do curso diverge da carga horária do participante é porque existe uma escala de trabalho prático do instrutor com duplas de participantes.

Nos cursos em que a carga horária do participante é igual a carga horária total do curso, todos os participantes estarão todo o tempo com o instrutor. Ou seja, é o jeito tradicional de curso, todos participantes ao mesmo tempo.

Já nos cursos em que a carga horária total do curso é divergente da carga horária do participante existe um escalonamento dos participantes para treinar a operação das máquinas/equipamentos. São quatro cursos que tem essa diferença, sendo que três funcionam com a mesma carga horária e apenas um diferenciado, o Pulverizador costal manual.

1º DIA	2º DIA	3º DIA	4º DIA	5º DIA
Todos os participantes	Todos os participantes	Atividades práticas com 1ª dupla de participantes	Atividades práticas com 2ª dupla de participantes	Atividades práticas com 3ª dupla de participantes

### **Sistema de avaliação**

Cada curso possui um objetivo, que o participante deve atingir para ser aprovado, e objetivos específicos, que servem de referência para a avaliação do participante pelo instrutor. A pontuação de cada objetivo específico é avaliada pelo instrutor considerando o domínio do participante (pouco, parcial ou total). Ainda, cada objetivo específico tem um peso, de 1 a 5, dependendo da relevância para o objetivo geral do curso. Esses dados são inseridos em uma planilha que apresenta como resultado a aprovação ou a reprovação de cada participante. Existem atividades descritas no plano de aula que, ao serem realizadas, permitem ao instrutor avaliar os participantes.

A frequência do participante no curso também influencia na sua aprovação, sendo que é necessário que ele participe, no mínimo, em 80% do curso.

### **INSPETOR DE CAMPO – MIP SOJA**

A demanda pelo treinamento surgiu da necessidade de formar produtores rurais e seus funcionários a monitorarem e aplicarem medidas de controle de pragas na cultura da soja, de acordo com as técnicas do Manejo Integrado de Pragas – MIP Soja, disseminadas pela EMBRAPA Soja.

As ações iniciaram, na safra de soja 2015/16, com a formação de 14 Instrutores e 06 estagiários de agronomia, realizada em parceria com a EMBRAPA Soja. Os candidatos a instrutor aprovados para ministrar esse curso participaram da formação técnica, conduziram um campo de soja conforme o protocolo validado pela pesquisa e tiveram aproveitamento mínimo de 80% nas avaliações.

O curso foi apresentado para a Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP a fim de divulgarem e demandarem turmas do curso nos seus municípios. Inicialmente, o SENAR-AR/PR se propôs a realizar 12 turmas distribuídas em suas regionais, mas esse número foi superado por uma demanda de 18 turmas para a safra de soja 2016/17, totalizando 264 produtores inscritos.

Para cada turma foi realizada reunião com os participantes para explicar o funcionamento do curso, principalmente o protocolo do MIP para condução do talhão de soja pelo participante do curso, e para combinar as datas de realização do curso.

O curso tem por objetivo formar inspetores de campo, ou seja, produtores rurais e/ou funcionários aptos a identificarem pragas e inimigos naturais, bem como, racionalizar o uso de agrotóxicos na lavoura, aplicando os produtos corretos no momento apropriado, utilizando o protocolo técnico disponibilizado pela EMBRAPA Soja.

Para isso, o treinamento foi dividido em duas fases, teórica e prática. Na teórica (16 horas), são abordados os seguintes temas e deve acontecer antes do plantio:

- Conceitos básicos e importância do Manejo Integrado de Pragas;
- Protocolo de condução do talhão no MIP;
- Principais pragas da cultura da soja;
- Principais inimigos naturais das pragas da soja;
- Estádios fenológicos da planta de soja;
- Níveis de dano econômico;
- Alternativas de manejo para controle.

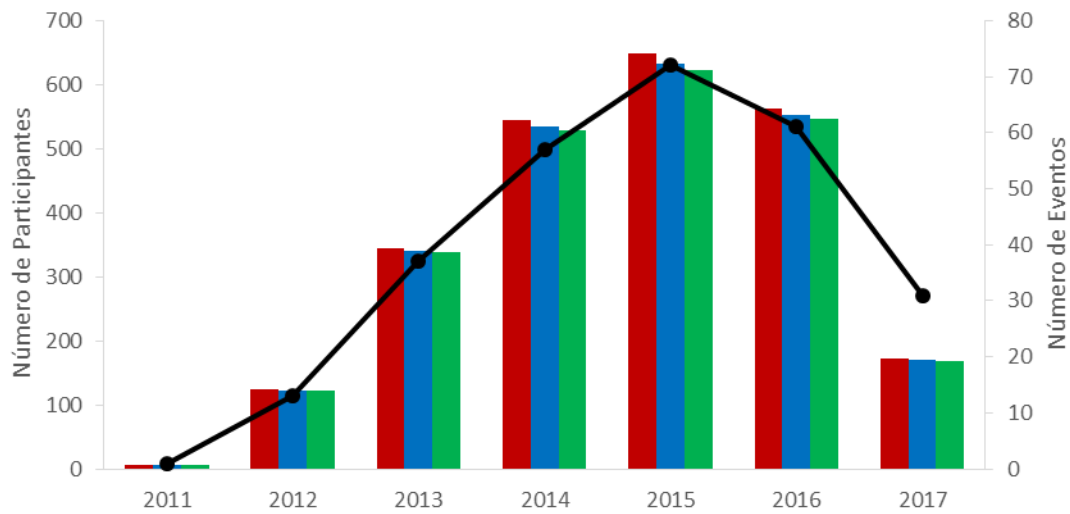
Na segunda fase (prática), os participantes se encontram semanalmente com o instrutor, por 2 horas, para monitorar a lavoura, amostrar e identificar os insetos presentes na lavoura e executar o protocolo técnico. Esta fase tem início após a emergência das plantas e se estende ao longo da safra, durante 12 semanas.

Este curso tem por diferencial ocorrer durante toda a safra da soja, iniciando em meados de agosto/setembro e encerrando em fevereiro/março, próximo a colheita. Esse acompanhamento dá segurança ao participante na condução do talhão segundo os preceitos do MIP, pois o participante percebe a cada semana os efeitos positivos e os ganhos que terão ao final da safra.

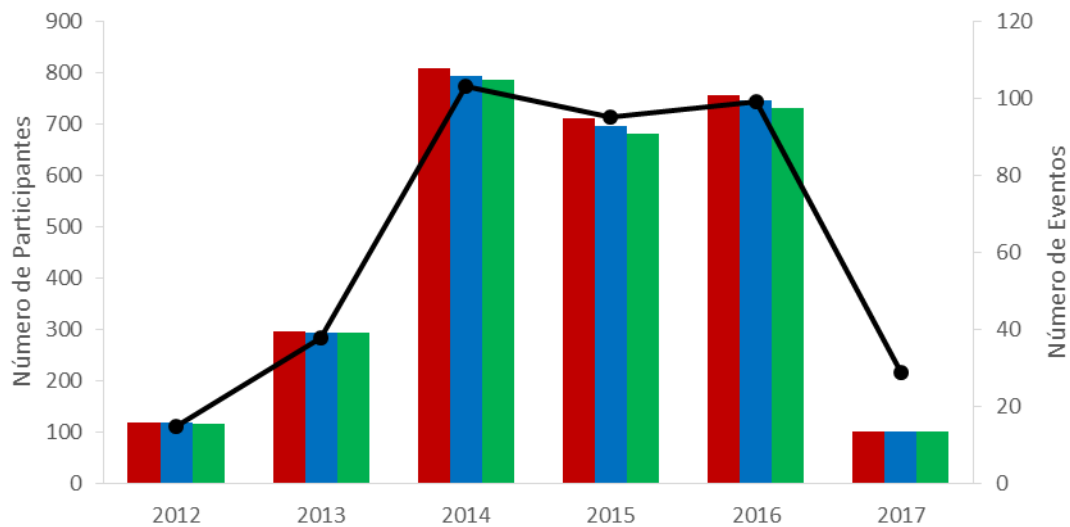
## **SEGURANÇA DO TRABALHO – CRESCIMENTO DA DEMANDA E OFERTA DE NOVOS MÓDULOS EM 2016**

Nos últimos anos, a demanda por treinamentos do SENAR-AR/PR na área de segurança do trabalho aumentou significativamente. Os gráficos abaixo apontam este aumento nos cursos das Normas Regulamentadoras 33 (Espaço Confinado) e 35 (trabalho em Altura), já ofertados há seis anos. A mesma tendência foi verificada nos cursos de atualização destas normas.

### Trabalhador na Segurança no Trabalho - NR 33 - espaço confinado - trabalhador e vigia

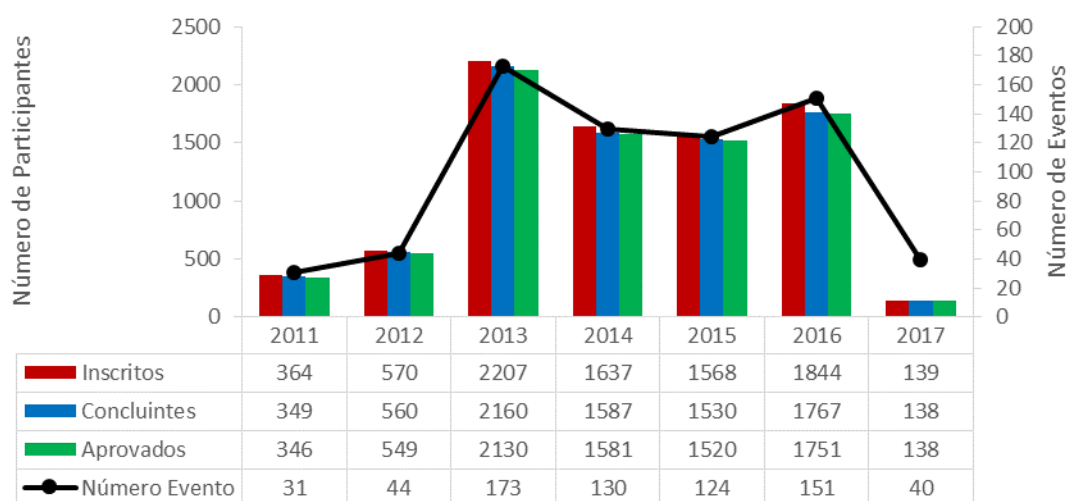


### Trabalhador na Segurança no Trabalho - NR 35 - trabalho em altura - agroindústria



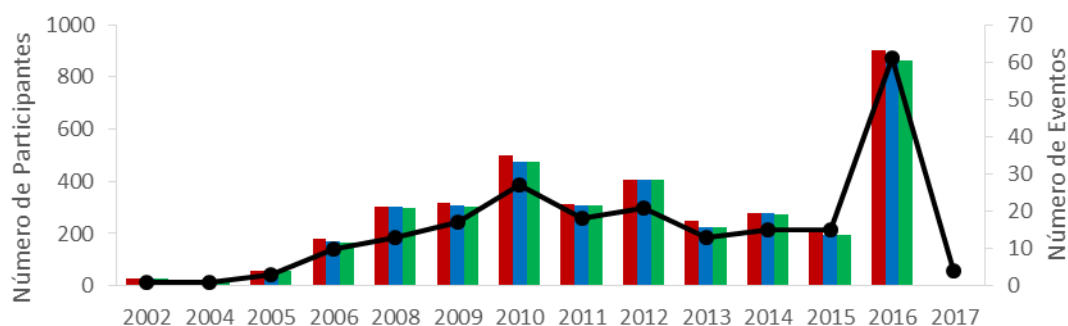
Em relação aos cursos de Primeiros Socorros, o SENAR-AR/PR já atendeu mais de 8 mil produtores e trabalhadores rurais desde que passou a ser ofertado.

## Trabalhador na Segurança no Trabalho - primeiros socorros



Em função de parceria com a Souza Cruz, e envolvimento de produtores da cadeia do fumo, em 2016 o curso de CIPATR do SENAR também teve sua oferta aumentada consideravelmente

## Trabalhador na Segurança no Trabalho - CIPATR - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural



Além do crescimento da demanda por treinamentos já ofertados, em 2016 o SENAR-AR/PR realizou eventos piloto para atendimento de outras duas normas: **Norma Regulamentadora 20 – inflamáveis e combustíveis** e de **Brigada de Incêndio – NPT 017**.

Nesta área de prevenção e combate a incêndios, o SENAR-AR/PR já ofertava produtos para o setor de silvicultura (incêndios florestais/ambientais) e de cana-de-açúcar (queima de cana). Agora, para atendimento de legislação estadual do Corpo de Bombeiros (NPT 017 - Norma de Procedimento Técnico para Brigada de Incêndio no Estado do Paraná), o SENAR-AR/PR passou a atender trabalhadores de armazéns de grãos (solos) e de edificações destinadas à produção, manipulação, armazenamento e distribuição de líquidos ou gases combustíveis e inflamáveis (usinas e destilarias de álcool).

Da mesma forma, propriedades rurais com frequente manuseio de produtos inflamáveis e combustíveis, também passaram a demandar do Senar treinamento de NR 20, para gestão de segurança e saúde no trabalho com produtos desta natureza.

Segue detalhes sobre estes dois treinamentos, que passaram a ser ofertados em 2016. Neste ano (2017) os instrutores envolvidos nestes pilotos deverão se reunir com o técnico responsável para uma avaliação mais criteriosa, antes de liberarmos os mesmos para o público em geral.

### **Trabalhador na Segurança do Trabalho - brigada de incêndio - NPT 017**

**Objetivo:** Formação da brigada de incêndio para atuar na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, abandono de área e primeiros socorros.

**Carga horária:** 24 horas / **Vagas :** 10 a 20 / **Idade mínima :** 18 anos.

**Saúde:** Preferencialmente ter boa condição física e boa saúde.

#### **Conteúdo Programático:**

Parte teórica de combate a incêndio: introdução, aspectos legais, teoria do fogo, propagação do fogo, classes de incêndios, prevenção de incêndio, métodos de extinção, agentes extintores, EPI equipamentos de proteção individual, equipamentos de combate a incêndio, equipamentos de detecção /alarme /iluminação de emergência/comunicações, abandono de área, pessoas com mobilidade reduzida, riscos específicos, psicologia em emergências, sistema de controle de incidentes, emergências químicas e tecnológicas (quando pertinente). Parte prática de combate a incêndio: classes de incêndios, métodos de extinção, agentes extintores, EPI equipamentos de proteção individual, equipamentos de combate a incêndio, equipamentos de detecção /alarme /iluminação de emergência/comunicações. Parte teórica e prática de primeiros socorros:

avaliação inicial, vias aéreas, RCP (reanimação cardio pulmonar), hemorragias, queimaduras e movimentação, remoção e transporte de vítimas.

### **Trabalhador na Segurança do Trabalho - NR 20 – Inflamáveis e combustíveis - intermediário**

**Objetivo:** Realizar a gestão de segurança e saúde no trabalho nas atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis.

**Carga horária:** 16 horas / **Vagas:** 8 a 10 / **Idade mínima:** 18 anos.

#### **Conteúdo Programático:**

Inflamáveis: características, propriedades, perigos e riscos; Controles coletivo e individual para trabalhos com inflamáveis; Fontes de ignição e seu controle; Proteção contra incêndio com inflamáveis; Procedimentos em situações de emergência com inflamáveis; Estudo da Norma Regulamentadora n.º 20; Análise Preliminar de Perigos/Riscos: conceitos e exercícios práticos; Permissão para Trabalho com Inflamáveis. Prática: conhecimentos e utilização dos sistemas de segurança contra incêndio com inflamáveis.

### **OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE TRATORES E COLHEDORAS – NORMA REGULAMENTADORA 31.12**

Para atender as exigências da NR 31, mais especificamente ao capítulo 12, que trata de máquinas e equipamentos agrícolas, o SENAR-AR/PR adotou, ao final de 2016, várias mudanças nos treinamentos ofertados pela entidade na área de mecanização agrícola.

#### **Norma Regulamentadora 31 – capítulo 12**

Estabelece a obrigatoriedade da capacitação dos trabalhadores para manuseio e operação segura de máquinas e implementos agrícolas, prevê quem está apto a ministrar capacitações, o conteúdo a ser trabalhado, a carga horária mínima (24 horas) e a idade mínima de capacitação (18 anos).



### Conteúdo programático

Em função de ser uma Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), questões de segurança e saúde no trabalho são prioritárias. Destaque para identificação de riscos, funcionamento das proteções das máquinas, noções sobre acidentes e primeiros socorros, equipamentos de proteção coletiva e de proteção individual (EPC e EPI). Além disto, temos que abordar questões técnicas operacionais e de manutenção específicas para a máquina de interesse.

### Oferta de treinamentos de operação e manutenção de máquinas

Atualmente o SENAR-AR/PR oferta mais de 25 títulos de cursos de operação e manutenção de máquinas agrícolas. Temos cursos de tratores e implementos, de colhedoras (de cana, de grãos e de árvores), de carregadoras canavieiras e florestais, de máquinas pesadas (motoniveladora, pá carregadora e escavadeiras), de caminhão munck, inclusive para máquinas de pequeno porte, como motosserra e roçadeiras.

### Justificativa para as mudanças

Particularmente nos módulos de cursos de tratores e colhedoras de grãos voltados para atendimento da Norma Regulamentadora 31, percebemos que poderíamos fazer mudanças com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos participantes. Temos que garantir que os participantes aprovados e certificados pelo SENAR-AR/PR realmente estão aptos para exercer a atividade objeto da capacitação.

### As principais mudanças

São mudanças relativamente simples, mas que acreditamos que trarão bons resultados. As turmas vinham sendo fechadas para um mínimo de 10 e máximo de 15 participantes. A partir de 2017, os cursos de operação e manutenção “NR-31” terão mínimo de 06 e máximo de 09 participantes. Ainda, aumentamos a carga horária do instrutor (de 24 para 40 horas), de modo que ele possa acompanhar os participantes na parte prática de maneira mais personalizada, de preferência na própria máquina de trabalho de cada um (divisão dos participantes durante as práticas). Os instrutores de mecanização do SENAR-AR/PR receberam capacitação em

Primeiros Socorros em 2016, para que tenham maior conforto ao abordar este tema nos cursos de máquinas.

### Benefícios esperados

Os principais benefícios são as melhores condições de aprendizagem, na parte teórica, mas principalmente nas práticas de regulagens e de operação, uma vez que o instrutor irá trabalhar com apenas 02 ou 03 participantes simultaneamente. Até 2016, mesmo na parte prática, havia de 10 a 15 participantes se revezando, ou seja, quem não estava em atividade na máquina acabava ficando a maior parte do treinamento ocioso. Outro benefício seria a possibilidade dos participantes serem treinados em suas próprias máquinas de trabalho, já que os três dias de prática podem ser agendados em propriedades distintas, desde que a mobilização e disponibilização de equipamentos seja coordenada antecipadamente pelos envolvidos. Ainda, para o instrutor o ganho é na qualidade do curso e na possibilidade de avaliar o participante com mais critério, pois poderá efetivamente acompanhar todos os participantes em práticas operacionais, realizando atividades como preparo de solo, plantio e/ou colheita.

### **PROGRAMA DE GESTÃO OPERACIONAL CANA (GOC)**

Ofertado pelo SENAR-AR/PR desde 2015, este programa foi desenvolvido a partir de entrevistas e levantamentos realizados junto a clientes do setor sucroenergético. Além da avaliação dos próprios treinamentos em mecanização agrícola que vinham sendo ofertados pelo SENAR-AR/PR, foram identificadas as principais necessidades de usinas de álcool e açúcar, particularmente nas unidades selecionadas para receberem o programa piloto.

Com base nas necessidades identificadas, muitas relacionadas à gestão dos setores, definiu-se que o público para participar do Programa de Gestão Operacional Cana deveria ser formado por profissionais que exercem algum tipo de liderança nas áreas agrícolas da empresa (Monitores, Líderes, Encarregados, Chefes, Supervisores e Gerentes). A partir destas demandas, uma equipe de técnicos e consultores do SENAR-AR/PR, em conjunto com Gerentes Agrícolas e Diretores das Unidades participantes, formatou o programa prevendo treinamentos focados em três temas principais: gestão propriamente dita, questões operacionais e assuntos internos.

## 1. Objetivos principais

- ❖ Padronização dos procedimentos operacionais:
  - Manutenção (oficina mecânica)
  - Operação (campo).
- ❖ Sinergia entre os envolvidos na produção:
  - Visão sistêmica do processo produtivo
  - Clareza na definição de atribuições e competências
  - Desenvolvimento profissional interno
  - Interação e troca de experiências
  - Fornecer elementos aos envolvidos para realizarem a gestão de suas equipes e seus processos (ferramentas de gestão, formação técnica).
- ❖ Otimização dos processos agrícolas.

## 2. Premissas

- ❖ Programa terá duração de 03 anos, com divisão semestral.
- ❖ Acompanhamento conjunto: SENAR-AR/PR e Usinas solicitantes.
- ❖ Expertise: contratação de profissionais e/ou instituições renomadas.
- ❖ Módulos do terceiro ano são mais específicos (oficina/campo).
- ❖ É fundamental o comprometimento da Diretoria e da Gerência Agrícola das empresas demandantes para o sucesso do programa.
- ❖ Avaliações de resultado a partir de reuniões semestrais com representantes dos clientes (cronograma de execução, técnicos, instrutores e consultores do SENAR-AR/PR).

## 3. Escopo do programa

O programa “Gestão Operacional Cana” foi formatado para ser executado ao longo de três anos. Para que houvesse maior comprometimento dos envolvidos, foram previstos alguns módulos (temas específicos ao dia a dia do cliente) a serem ministrados por instrutores internos da empresa solicitante ao longo do programa.

Atualmente, o Programa GOC está composto por 37 módulos, sendo 10 de responsabilidade das próprias usinas de álcool e açúcar, demandantes do programa. Os 27 módulos ofertados pelo

SENAR-AR/PR totalizam uma carga horária de 776 horas. Considerando que no último ano há direcionamento de módulos específicos para pessoal de oficina e de campo, a carga horária de capacitação individual ao longo do programa GOC ficará em torno de 600 horas.

Quanto aos profissionais de instrutoria, o SENAR-AR/PR tem disponibilizado seu quadro de instrutores para atuar em alguns módulos, assim como realizado a contratação de profissionais referência nos temas em que ainda não possui expertise.

### **Programa de Gestão Operacional Cana – 1º ano: 14 módulos**

- ❖ 09 módulos de responsabilidade do SENAR-AR/PR (200 horas)
- ❖ 05 módulos de responsabilidade das unidades solicitantes (internos)

#### Módulos do 1º Semestre

- ❖ Formação pedagógica – 40 h
- ❖ Cultura da cana-de-açúcar – 24 h
- ❖ Ferramentas de gestão – 32 h
- ❖ Matemática básica e metrologia – 40 h
- ❖ Etapas do processo agrícola (interno)
- ❖ Etapas do processo industrial (interno)
- ❖ Normas e regras internas (interno)

#### Módulos do 2º Semestre

- ❖ Gerenciamento de equipes – 20 h
- ❖ Custos – 04 h
- ❖ Qualidade: do preparo de solo à colheita da cana – 08 h
- ❖ Manutenção automotiva – 16 h
- ❖ Lubrificação automotiva – 16 h
- ❖ Responsabilidade dos gestores (interno)
- ❖ Sistemas de gestão existentes (interno)

### **Programa de Gestão Operacional Cana – 2º Ano: 11 módulos**

- ❖ 08 módulos de responsabilidade do SENAR-AR/PR (200 horas).
- ❖ 03 módulos de responsabilidade das unidades solicitantes (internos)

#### **Módulos do 3º Semestre**

- ❖ Mecânica e hidráulica básica – 40 h
- ❖ Comunicação e Técnicas de apresentação – 16 h
- ❖ Informática básica – 24 h
- ❖ Ferramentas de gestão – setorial – 24 h
- ❖ Monitores e computadores de bordo (interno)

#### **Módulos do 4º Semestre**

- ❖ Gestão da operação e da manutenção de frota – 24 h
- ❖ Elétrica automotiva básica – 24 h
- ❖ Excel intermediário – 24 h
- ❖ Fundamentos de pneumática – 24 h
- ❖ Indicadores de custo (interno)
- ❖ Indicadores de qualidade (interno)

### **Programa de Gestão Operacional Cana – 3º Ano: 12 módulos**

- ❖ 10 módulos de responsabilidade do SENAR-AR/PR (376 h<sup>1</sup>)
- ❖ 02 módulos de responsabilidade das unidades solicitantes (internos)

**Nota 1:** Importante destacar que no terceiro (último) ano do programa os envolvidos não serão inscritos em todos os módulos, uma vez que há direcionamento do pessoal da mecânica e do pessoal de campo para os módulos específicos.

#### **Módulos do 5º Semestre**

- ❖ Gestão na operação e manutenção de tratores agrícolas – 40 h<sup>2</sup>
- ❖ Relação Cliente/Fornecedor – 16 h
- ❖ Mecânica de motor (oficina) – 40 h
- ❖ Mecânica de transmissão (oficina) – 40 h
- ❖ Mecânica de motor (diagnóstico) – 40 h
- ❖ Sistemas de diagnóstico (interno)

**Nota 2:** o módulo de tratores prevê a realização de um dia de campo, posterior à conclusão das 40 horas, para abordagem dos principais implementos utilizados na cultura da cana-de-açúcar.

#### Módulos do 6º Semestre

- ❖ Elétrica automotiva – 40 h
- ❖ Pneumática – 40 h
- ❖ Gestão na operação e manutenção de colhedoras de cana – 40 h
- ❖ Gestão na operação e manutenção de caminhões canavieiros – 40 h
- ❖ Gestão na operação e manutenção de máquinas pesadas – 40 h
- ❖ Procedimentos operacionais (interno)

#### **Operacionalização: mais de 300 profissionais atendidos**

- ❖ **Março de 2015** – Início da turma piloto, envolvendo 180 colaboradores das unidades de Terra Rica e Cidade Gaúcha (Grupo USAÇÚCAR). Previsão de término em dezembro de 2017.
- ❖ **Julho de 2016** – Início de novas turmas, envolvendo 140 colaboradores das unidades de Tapejara, Ivaté e Rondon (Grupo USAÇÚCAR). Previsão de término em junho de 2019.

#### **4.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho**

O SENAR-PR utiliza como indicadores para avaliar o desempenho da gestão: conceitos de eficácia, eficiência, economicidade, qualidade e efetividade.

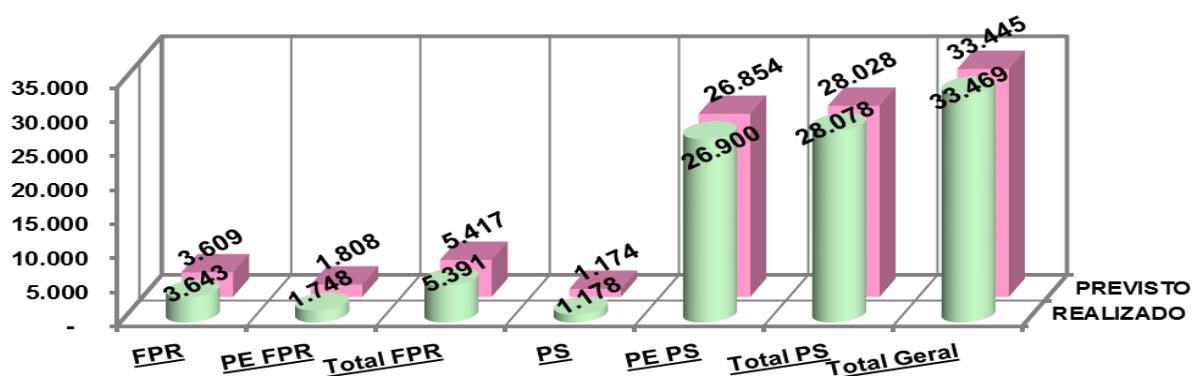
A metodologia adotada para as fórmulas de cálculo e método de medição está centrada no comparativo entre as metas quantitativas previstas no Plano Anual de Trabalho e as ações efetivamente realizadas.

##### **4.5.1. Indicadores de Eficácia da Gestão**

Com o objetivo de avaliar a eficácia das ações do SENAR-PR, foram utilizados os seguintes indicadores em relação às Metas Previstas para 2.016.

##### **4.5.1.1 - Número de Eventos Realizados:**

Gráfico 1 – Número de eventos previstos x realizados 2016



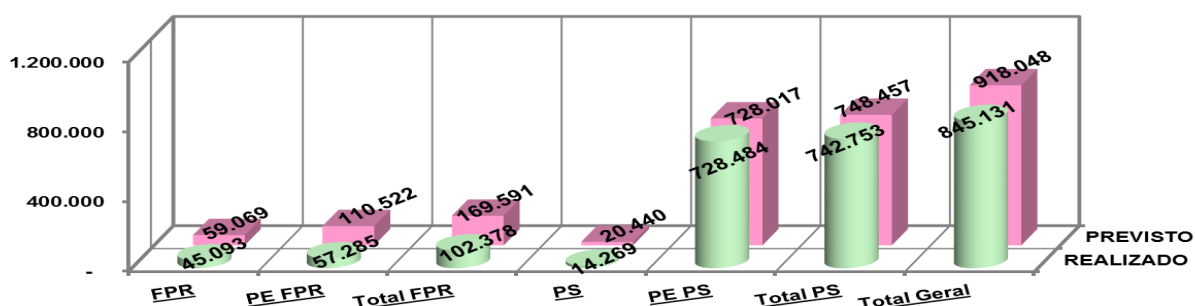
A quantidade total das ações de Formação Profissional Rural (FPR) realizadas no exercício, atingiram 99,5% das metas estabelecidas no Plano Anual de Trabalho, demonstrando uma performance adequada as estratégias operacionais determinadas.

Da mesma forma, as atividades de promoção social (PS) demonstraram a mesma performance, apresentando um índice de realização na ordem de 100,2%.

#### 4.5.1.2 - Número de Participantes Concluintes:

O gráfico abaixo representa o contingente de produtores/trabalhadores rurais e suas famílias envolvidas nas ações/atividades executadas pelo SENAR-PR:

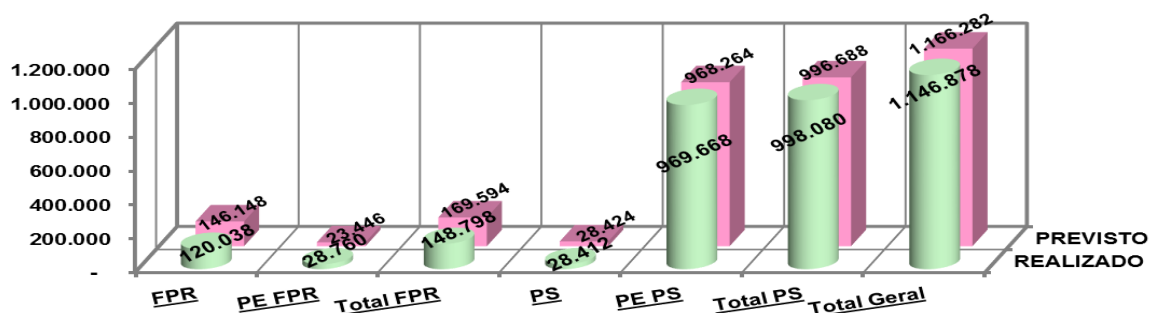
Gráfico 2 – Número de participantes previstos x realizados 2016



Da meta estabelecida para o contingente total de participantes em FPR foi realizada 60,4%, observando que o volume previsto contempla a quantidade máxima permitida de participantes por curso, o que não ocorre em sua realização. Outro fato que influenciou o índice de realização foi em Programas Especiais de FPR que atingiu apenas 51,8% da meta, cujo volume representa 65,2% do total previsto. Por outro lado, nas atividades de promoção social (PS) as metas foram atingidas com uma realização de 99,2%.

### 4.5.1.3 - Carga Horária Total dos Eventos:

Gráfico 3 – Carga horária total prevista x realizada 2016



Da mesma maneira os volumes atribuídos no total de carga horária, envolvendo as ações de FPR e programas especiais FPR apresentaram um índice de realização na ordem de 87,7%. Quanto às atividades de PS, juntamente com os Programas Especiais, atingiram 100,1% da meta estabelecida.

### 4.5.2. Indicadores de Eficiência da Gestão

Neste aspecto, convém mencionar que o número de eventos considerados para a obtenção dos quocientes citados envolveu ações de FPR e atividades de PS.

Objetivando um posicionamento mais realístico das medidas de eficiência, desconsideramos das atividades de Promoção Social (Programas Especiais) os eventos oriundos do Programa Agrinho por tratar-se de um programa destinado aos alunos do Ensino Fundamental, realizado juntamente com as Secretarias de Educação Estadual e Municipais.

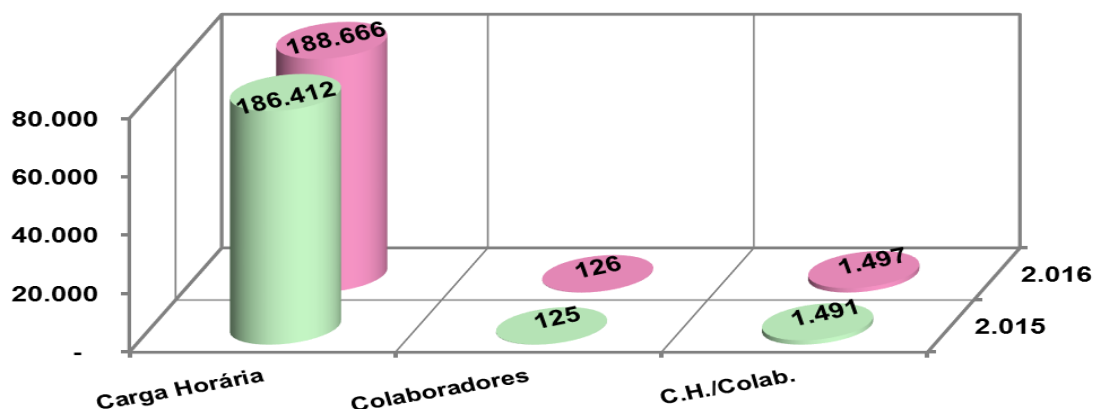
Para avaliação da eficiência, foram estabelecidos os seguintes indicadores:



#### 4.5.2.1 - Carga Horária Total Ministrada/Número de colaborador:

A eficiência das ações/atividades realizadas pelo SENAR-PR, no período, apresentou a seguinte situação:

Gráfico 4 – Carga horária total ministrada por número de colaboradores

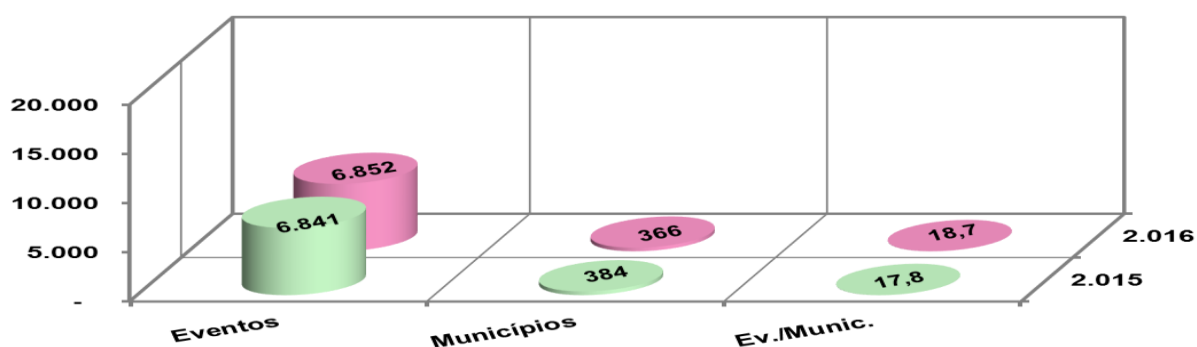


Observa-se que a carga horária total realizada nas ações de FPR e atividades de PS por colaborador registraram praticamente os mesmos parâmetros em relação ao ano anterior, considerando a igualdade das quantidades de horas ministradas e colaboradores.

#### 4.5.2.2 - Número Médio de Eventos Realizados/Número de Municípios Atendidos:

É importante que seja levado em consideração o número de municípios atendidos pelas ações/atividades executadas pelo SENAR-PR no período, tendo em vista os aspectos dimensionais do Estado do Paraná. O gráfico, a seguir, indica a extensão do trabalho efetivado:

Gráfico 5 – Número médio de eventos realizados por municípios atendidos



Dos 399 municípios existentes no Estado do Paraná, 91,7% foram atendidos pelo SENAR-PR, quer por ações de Formação Profissional Rural ou atividades de Promoção Social. Ressaltamos que o número de municípios atendidos foi inferior ao do ano anterior em razão do aumento do fator qualificativo dos cursos, recaindo no aprimoramento da aplicabilidade de eventos efetivamente necessários em cada município.

#### **4.5.3 - Supervisão Regional**

Visando a melhoria contínua de seus processos, o SENAR-PR iniciou em 2003 a construção de novos mecanismos que auxiliassem na implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade.

Desta forma, para avaliação de desempenho dos programas a instituição realizou o monitoramento das ações de supervisão mediante aferição do seguinte indicador: número de supervisão por supervisor.

Este indicador possibilitou a avaliação das supervisões tendo como resultado a realização de 1.145 supervisões, representando 16,7% dos cursos de aperfeiçoamento, qualificação, aprendizagem rural, promoção social e programas especiais, não incluídos o programa Agrinho, realizados pelo SENAR-PR.

Visando a consistência das ações adotadas pelo sistema de gestão pela qualidade, implementou as seguintes medidas:

- Melhoria contínua de forma a aprimorar o mecanismo de supervisão;

- Pesquisa de satisfação, visando medir a satisfação e reclamação de seus clientes, por amostragem e, executada durante as atividades de supervisão pela regional e sede, como também, telefonicamente pelas auxiliares regionais. Nesse período, foram entrevistados 4.554 participantes, resultando nos seguintes indicadores: percentual de conceito ótimo em relação a didática do instrutor 78%, em relação ao conteúdo do curso 67% e, reclamações 1,25%.

Ressaltamos que os indicadores apresentados perante as metas estabelecidas, ou seja, 75% em relação a didática do instrutor, 70% em relação ao conteúdo do curso e 3% em reclamações de clientes, classificaram-se em níveis bastante satisfatórios.

#### **4.5.4 Medidas de Economicidade da Gestão**

##### **4.5.4.1 - Metas físicas e financeiras realizadas**

As metas físicas e financeiras estão previstas pelos instrumentos de planejamento adotado pelo SENAR-PR que constituem o Plano Anual de Trabalho que se desdobra na proposta da programação orçamentária, elaborada anualmente.

Estes instrumentos permitem a análise crítica da execução e como fatores de análise dos resultados alcançados. Desta maneira, foram destacados os seguintes quocientes:

#### 4.5.4.1.1 - Despesas correntes e de capital por hora/aula

Sendo um dos pontos significativos de análise, a questão da hora/aula por ação de FPR e atividades de PS é demonstrada, no quadro abaixo, no espaço temporal 2.015/2.016.

Neste quadro comparativo as horas do Programa Agrinho estão destacadas por se tratar de uma metodologia diferenciada, onde o volume da carga horária é expressivo o que distorceria o resultado.

Quadro 13 - Despesas corrente e de capital por hora/aula 2015 e 2016

DISCRIMINAÇÃO	DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	TOTAL DE HORAS/AULA	CUSTO POR HORA/AULA
<b>Ano: 2.015</b>	<b>49.709.401,57</b>	<b>1.155.294</b>	<b>43,03</b>
<b>Atividade Fim</b>	<b>44.118.914,69</b>	<b>1.155.294</b>	<b>38,19</b>
FPR/PS	42.217.354,76	197.082	<b>214,21</b>
PROGRAMA AGRINHO	1.901.559,93	958.212	<b>1,98</b>
<b>Atividade Meio</b>	<b>5.590.486,88</b>	<b>1.155.294</b>	<b>4,84</b>
<b>Ano: 2.016</b>	<b>53.547.273,30</b>	<b>1.146.878</b>	<b>46,69</b>
<b>Atividade Fim</b>	<b>46.786.105,09</b>	<b>1.146.878</b>	<b>40,79</b>
FPR/PS	45.707.853,19	188.666	<b>242,27</b>
PROGRAMA AGRINHO	1.078.251,90	958.212	<b>1,13</b>
<b>Atividade Meio</b>	<b>6.761.168,21</b>	<b>1.146.878</b>	<b>5,90</b>

Fonte: SENAR/PR – Área Administrativa/Planejamento

Na composição do custo médio por hora aula na atividade fim observa-se que em FPR/PS o custo unitário apresentou um acréscimo de 13,10% pela redução da carga horária na ordem de 4,27%. No Programa Agrinho o custo unitário apresentou um decréscimo de 42,9% com a mesma carga horária motivada pela redução de custos. Convém observar que a carga horária do citado programa representou em 2.016 uma participação de 83,5% na composição da totalidade em carga horária.

Em termos gerais, o custo médio por hora aula, consolidando as atividades fins e meio, demonstrou um acréscimo de apenas 8,5% equivalente aos índices inflacionários do exercício.

#### 4.5.4.1.2 - Despesas correntes e de capital por aluno

O custo/aluno é um dos pontos importantes dentro das ações de FPR e atividades de PS, executadas pelo SENAR-PR no período. O quadro abaixo é representativo desse indicador, observando-se o destaque para o Programa Agrinho:

Quadro: 14 - Despesa corrente e de capital por aluno 2015 e 2016

DISCRIMINAÇÃO	DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL	TOTAL DE PARTICIPANTES	CUSTO POR PARTICIPANTES
<b>Ano: 2.015</b>	<b>49.709.401,57</b>	<b>872.309</b>	<b>56,99</b>
<b>Atividade Fim</b>	<b>44.118.914,69</b>	<b>872.309</b>	<b>50,58</b>
FPR/PS	42.217.354,76	153.656	274,75
PROGRAMA AGRINHO	1.901.559,93	718.653	2,65
<b>Atividade Meio</b>	<b>5.590.486,88</b>	<b>872.309</b>	<b>6,41</b>
<b>Ano: 2.016</b>	<b>53.547.273,30</b>	<b>845.131</b>	<b>63,36</b>
<b>Atividade Fim</b>	<b>46.786.105,09</b>	<b>845.131</b>	<b>55,36</b>
FPR/PS	45.707.853,19	126.472	361,41
PROGRAMA AGRINHO	1.078.251,90	718.659	1,50
<b>Atividade Meio</b>	<b>6.761.168,21</b>	<b>845.131</b>	<b>8,00</b>

Fonte: SENAR/PR – Área Administrativa/Planejamento

Dentre os parâmetros analisados, pela totalidade da carga horária aplicada e pelo contingente de participantes envolvidos nos cursos, treinamentos e ações realizadas, em termos gerais o custo médio por participantes apresentou um acréscimo de 11,2% em relação ao ano anterior.

#### 4.5.4.2 Receitas e Despesas Totais

Quadro 15 - Comparativo das Receitas e Despesas Totais 2016-2015 (valores em R\$)

Tipo	Exercício de 2016 R\$	Exercício de 2015 R\$
Receitas Totais	87.735.185,51	75.865.970,36
Despesas Totais	53.547.273,30	49.709.401,57
Resultado	34.187.912,21	26.156.568,79
	Superávit	Superávit

Fonte: SENAR-PR – Área Administrativa 2016

Observa-se que ao contrário das receitas que apresentaram um acréscimo nominal de 15,6% em 2016, as despesas revelaram um crescimento de apenas de 7,7%, resultando num indicador superavitário de 39,0% contra 34,5% obtido em 2015, registrando sensível melhora, em que pese os acréscimos verificados no custo médio da hora aula e participantes. Saliente-se que estas despesas do exercício estão devidamente ajustadas as determinações regimentais quanto à distribuição da aplicação destas nas atividades da Área Meio (12,6%) e Área Fim (87,4%), cujos limites previstos são de no máximo 20% na área meio e no mínimo 80% na área fim.

## **5 – GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

De acordo com o Regimento Interno, a estrutura de governança do SENAR-PR possui a seguinte composição: Conselho Administrativo e Conselho Fiscal.

### **5.1. Descrição das estruturas de governança**

#### **5.1.1. Conselho Administrativo**

Base Normativa: Seção I do Regimento Interno do SENAR-PR.

##### **Estrutura:**

O Conselho Administrativo é o órgão máximo da Administração Regional e terá mandato de 03 (três) anos, devendo o mandato dos Conselheiros ter duração coincidente com o mandato da Diretoria da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, e será composto por 05 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, do qual participam o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, que é o nato, 01 (um) representante da Administração Central, o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná e 02 (dois) representantes de segmentos das classes produtoras.

##### **Atribuições:**

Ao Conselho Administrativo competirá a função de cumprir e fazer cumprir as diretrizes emanadas do Conselho Deliberativo do SENAR – Administração Central, e especificamente:

Fixar a política de atuação da Administração Regional e estabelecer as normas operacionais que regerão suas atividades, bem como fazer obedecer às diretrizes gerais;

Aprovar os planos anuais e plurianuais de trabalho e os respectivos orçamentos, encaminhando-os à Administração Central para consolidação;

Apreciar o balanço geral e as demais demonstrações financeiras com base no parecer do conselho fiscal e o relatório anual de atividades e encaminhá-los a Administração Central para consolidação;

Aprovar o plano de cargos e salários e benefícios, o quadro de pessoal e a tabela de remuneração correspondente, bem como a realização de processo seletivo para contratação dos empregados do quadro efetivo da Administração Regional;

Decidir com base em parecer interno, a aquisição, alienação, cessão ou gravame de bens e imóveis;

Fixar as atribuições do Presidente do Conselho Administrativo, além das estabelecidas no Regimento Interno;

Fixar outras atribuições do Superintendente, além das previstas no Regimento Interno;

Aplicar as penalidades disciplinares a seus membros, inclusive a suspensão ou cassação do mandato, conforme a natureza, repercussão e gravidade da falta cometida;

Fixar o valor do jeton e das diárias para os membros do Conselho Fiscal Regional;

Fixar o subsídio do Presidente do Conselho Administrativo;

Estabelecer o limite máximo de remuneração do Superintendente;

Fixar o jeton e as diárias de seus membros;

Aprovar o Regimento Interno, a estrutura organizacional da Administração Regional e suas principais funções;

Solucionar casos omissos no Regimento Interno.

### **5.1.2. Superintendência**

Base Normativa: Seção III, do Regimento Interno do SENAR

#### **Estrutura:**

A Superintendência será dirigida por um Superintendente, designado pelo Presidente do Conselho Administrativo. § Único – Será designado um Superintendente Adjunto, que substituirá o Superintendente em suas ausências ou impedimentos.

#### **Atribuições:**

Organizar, administrar e executar, no âmbito do Estado, o ensino da formação profissional rural e a promoção social dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores das agroindústrias que atuem exclusivamente na produção primária de origem animal e vegetal;

Assessorar empresas ou pessoas físicas a elas assemelhadas, na elaboração e execução de programas de treinamento e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;

Com base nos princípios da livre iniciativa e da economia de mercado, estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional rural e promoção social do trabalhador rural;

Exercer a coordenação, supervisão e fiscalização da execução dos programas e projetos de formação profissional rural e promoção social no Estado;

Prestar assessoria a entidades governamentais e privadas relacionadas com a formação de profissionais rurais e atividades semelhantes;

Articular com órgãos e entidades públicas ou privadas, estabelecendo instrumentos de cooperação;

Encaminhar a Secretaria Executiva relatório semestral de execução com base no plano anual de trabalho;

Dirigir, ordenar e controlar atividades técnicas e administrativas da Administração Regional, praticando os atos pertinentes de sua gestão;

Assinar, conjuntamente com o Presidente do Conselho Administrativo, os cheques e os documentos de abertura e movimentação de contas bancárias, ou com servidor especialmente designado pelo Presidente do Conselho Administrativo;

Cumprir e fazer cumprir as normas em vigor da Administração Regional, do Conselho Administrativo ou do seu Presidente;

Admitir os empregados, promover, designar, licenciar, transferir, remover e dispensar;

Encaminhar ao Conselho Administrativo, através do Presidente as propostas dos orçamentos anuais e plurianuais e balanço geral, demais demonstrações financeiras, o parecer do Conselho Fiscal Regional e o relatório anual de atividades;

Secretariar as reuniões do Conselho Administrativo;

Elaborar e submeter ao Presidente do Conselho Administrativo os projetos de atos e normas cuja decisão escape á sua competência;

Expedir instruções de serviço visando o cumprimento eficiente dos objetivos do SENAR e das normas editadas pelo Conselho Administrativo.

### 5.1.3. Conselho Fiscal

Base Normativa: Seção IV do Regimento Interno do SENAR.

#### Estrutura:

O Conselho Fiscal, será composto por 03 (três) membros titulares e igual número de suplentes, indicados pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, pelo SENAR – Administração Central e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, para um mandato de três anos, coincidente com o mandato dos membros do Conselho Administrativo.

#### Atribuições:

Acompanhar e fiscalizar a execução financeira e orçamentária, observando o contido no Relatório de Atividades e Pareceres da Auditoria Independente;

Examinar e emitir pareceres sobre o balanço geral e demais demonstrações financeiras;

Determinar ao Superintendente a contratação de perícias e auditorias, cientificando o Conselho Administrativo sempre que esses serviços forem considerados indispensáveis ao bom desempenho de suas funções;

Elaborar o seu Regimento Interno, respeitados os princípios preestabelecidos, bem como as Normas de Funcionamento do Conselho Fiscal da Administração Central

## 5.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados

Quadro 16 Relação de Dirigentes e Membros do Conselho Administrativo

Conselho Administrativo			
<b>Presidente:</b> Ágide Meneguette			
Membros		Período de Gestão (Triênio)	Entidade que Representa
Titulares	Suplentes		
Ágide Meneguette	Guerino Guandalini	2015-2018	-
Rosanne Curi Zarattini	João Luiz R.Biscaia	2015-2018	SENAR NACIONAL
Wilson Thiesen	Nelson Costa	2015-2018	OCEPAR
Darci Piana	Ari Faria Bittencourt	2015-2018	FECOMÉRCIO
Ademir Mueller	Cláudio Aparecido Rodrigues	2015-2018	FETAEP

Quadro 17 Relação de Dirigentes e Membros do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal			
<b>Presidente: Paulo José Buso Júnior</b>			
Membros		Período de Gestão	Entidade que Representa
Titulares	Suplentes		
Sebastião Olímpio Santaroza	Ana T. da Costa Ribeiro	2015-2018	FAEP
Paulo José Buso Júnior	Ciro Tadeu Alcântara	2015-2018	SENAR NACIONAL
Marcos Júnior Brambilla	Carlos Alberto Gabiatto	2015-2018	FETAEP

### 5.3 Atuação da unidade de auditoria interna

Ressaltamos que em seu Regimento a UJ não prevê a execução de auditoria interna, portanto não dispõe de equipe para essas atividades. Contudo, a auditoria interna é executada pelo Senar Administração Central em suas regionais anualmente.

### 5.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A administração da entidade entende que a Superintendência, no âmbito de suas atribuições, exerce a correição, não sendo necessário uma estrutura específica para o encargo, dado o volume e complexidade do relacionamento com o público interno e externo exercido pela entidade atualmente.

### 5.5 Gestão de riscos e controles internos

O Quadro a seguir retrata os níveis de atendimento aos itens atribuídos na gestão de riscos e controles internos da UJ.

Quadro 18 – Sistema de Controles Internos

Aspectos do Sistema de Controle Interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos,					X



das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são adotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	

**LEGENDA**

- (1) Totalmente inválida:           (4) Parcialmente válida  
(2) Parcialmente inválida:       (5) Totalmente válido  
(3) Neutra:

**5.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiado**

Conselho Administrativo e Fiscal:

Os valores referem-se a jetons pagos em virtude da participação dos conselheiros nas reuniões do conselho administrativo e nas reuniões mensais de averiguação das contas do SENAR/PR, realizadas pelo conselho fiscal.

O valor do Jeton é definido pelo Conselho Administrativo, de acordo com o item X parágrafo 4º do Regimento Interno do SENAR/PR, e atualmente é de R\$ 1.200,00, aprovado na 68ª Reunião do Conselho Administrativo realizada em 16/05/2012.

Presidente do Conselho Administrativo:

O valor da remuneração mensal do Presidente do Conselho Administrativo é de R\$ 33.069,00 pago a título de subsídio, tendo o presidente a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir a política de atuação do SENAR/PR, emanada do Conselho Deliberativo, representar o SENAR/PR perante os órgãos de controle e fiscalização e gerenciar todas as atividades desenvolvidas pela empresa.

Quadro 19 – Conselho de Administração

<b>Conselho de Administração</b>				
<b>Nome do Conselheiro</b>	<b>Período de Exercício</b>		<b>Remuneração (R\$)</b>	
	<b>Início</b>	<b>Fim</b>	<b>Média mensal</b>	<b>Total no exercício</b>
<b>Àgide Meneguette</b>	01/01/2016	31/12/2016	<b>31.565,50</b>	<b>378.786,00</b>
<b>Rosanne Curi Zarattini</b>	01/01/2016	31/12/2016	<b>100,00</b>	<b>1.200,00</b>
<b>João Luiz Rodrigues Biscaia</b>	01/01/2016	31/12/2016	<b>300,00</b>	<b>3.600,00</b>
<b>Wilson Thiesen</b>	01/01/2016	31/12/2016	<b>400,00</b>	<b>4.800,00</b>
<b>Darci Piana</b>	01/01/2016	31/12/2016	<b>300,00</b>	<b>3.600,00</b>
<b>Ari Bittencourt</b>	01/01/2016	31/12/2016	<b>100,00</b>	<b>1.200,00</b>
<b>Ademir Mueller</b>	01/01/2016	31/12/2016	<b>400,00</b>	<b>4.800,00</b>
<b>Conselho Fiscal</b>				

Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$)	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
<b>Sebastião Olimpio Santaroza</b>	01/01/2016	31/12/2016	<b>1.300,00</b>	<b>15.600,00</b>
<b>Paulo Jose Buso</b>	01/01/2016	31/12/2016	<b>1.400,00</b>	<b>16.800,00</b>
<b>Marcos Junior Brambilla</b>	01/01/2016	31/12/2016	<b>1.200,00</b>	<b>14.400,00</b>

Quadro 20 – Identificação do Órgão

Identificação do Órgão		
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2016	2015
<b>Número de membros:</b>		
1) Presidente do Conselho Administrativo (1 – titular e 1 – suplente)	2	2
2) Conselho Fiscal (3 – titulares e 3 suplentes)	6	6
3) Conselho Administrativo (4 – titulares e 4 – suplentes)	8	8
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>		
<i>a) salário ou pró-labore</i>		
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>		
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>		
<i>d) outros</i>		
<i>d.1) Subsídio</i>	378.786,00	356.082,00
<i>d.2) Jetons</i>	66.000,00	73.200,00
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>		
<i>e) bônus</i>		
<i>f) participação nos resultados</i>		
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>		
<i>h) comissões</i>		
<i>i) outros</i>		
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>		
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>		
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>		
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>		

## 5.7 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Foi solicitado os serviços da empresa AUDICONSULT AUDITORES S/S, inscrita no CNPJ sob o nº 02.057.035/0001-92, com escritório de São José-SC, sito à Rua Vereador Mário Coelho Pires, 1.060, sala 11 - Campinas para realização prestação de serviços de auditoria independente nas Demonstrações Contábeis, a qual foi efetuado um contrato com vigência de março de 2016 a março de 2017. Os serviços de auditoria foram executados de acordo com as Normas de Auditoria Independente, NBCT-11, aprovadas pela Resolução CFC - nº 820/97 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em conjunto com Pronunciamentos do IBRACON - Instituto Brasileiro de Contadores, com as Instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Resoluções do Banco Central do Brasil – BACEN.

As visitas foram executadas mensalmente de acordo com o seguinte cronograma:

1ª Visita Maio de 2016	Fechamento Janeiro/Fevereiro/Março/Abril
2ª Visita Junho de 2016	Fechamento Maio
3ª Visita Julho de 2016	Fechamento Junho
4ª Visita Agosto de 2016	Fechamento Julho
5ª Visita Setembro de 2016	Fechamento Agosto
6ª Visita Outubro de 2016	Fechamento Setembro
7ª Visita Novembro de 2016	Fechamento Outubro
8ª Visita Dezembro de 2016	Fechamento Novembro
9ª Visita Janeiro de 2017	Fechamento Dezembro

O trabalho de campo de cada etapa foi executado após encerramento do pré-balanço ou balancete correspondente ao mês de fechamento; ou de acordo com a necessidade; estimando concluir em 5 dias úteis.

Conclusas as tarefas de campo de cada etapa, foi estimado o prazo de até 10 (dez) dias para conclusão dos trabalhos de auditoria e elaboração do respectivo Relatório.

No encerramento do exercício, foi emitido o “PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES” sobre as Demonstrações Contábeis.

A remuneração contratada foi elaborada pelas horas necessárias à execução dos serviços de auditoria, considerando o planejamento do trabalho, concernente às diversas áreas e fases dos serviços no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), os quais foram pagos da seguinte forma:

1ª Parcela	R\$ 2.500,00 Abril de 2016
2ª Parcela	R\$ 2.500,00 Maio de 2016
3ª Parcela	R\$ 2.500,00 Junho de 2016
4ª Parcela	R\$ 2.500,00 Julho de 2016
5ª Parcela	R\$ 2.500,00 Agosto de 2016
6ª Parcela	R\$ 2.500,00 Setembro de 2016
7ª Parcela	R\$ 2.500,00 Outubro de 2016
8ª Parcela	R\$ 2.500,00 Novembro de 2016
9ª e 10ª Parcela	R\$ 5.000,00 Dezembro de 2016
11ª Parcela	R\$ 2.500,00 Fevereiro de 2017
12ª Parcela	R\$ 2.500,00 Março de 2017

## 6 – ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 6.1 Gestão de pessoas

#### 6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 21 - Força de Trabalho

Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		
	Efetiva	Ingressos	Egressos
1. <i>Empregados em Cargos Efetivos</i>	126	09	08
2. <i>Empregados com Contratos Temporários</i>	-	-	-
3. <i>Total de Empregados (1+2)</i>	126	09	08

Fonte: Sistema Senior

Quadro 22 - Distribuição da Lotação Efetiva

Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. <b>Empregados em Cargos Efetivos</b>	46	80
2. <i>Empregados com Contratos Temporários</i>	0	0
3. <b>Total de Empregados (1+2)</b>	46	80

Fonte: Sistema Senior

Quadro 23 - Detalhamento da estrutura de funções gratificadas

Tipologias das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. <b>Funções Gratificadas</b>				
1.1. Empregados de Carreira Vinculados a Unidade				
1.2. Empregados de Carreira em Exercício Descentralizado				
2. <b>Total de Empregados com Funções Gratificadas (1+2)</b>				

## 6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 24 Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis				Total
		Gratificações	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas variáveis	
<b>Empregados de Carreira que não ocupam cargo/função gratificada</b>						
Exercícios	2016	11.180.979			1.093.129	12.274.108
	2015	9.511.259			981.674	10.492.933
<b>Empregados ocupantes de Funções gratificadas</b>						
Exercícios	2016					
	2015					
<b>Empregados cedidos com ônus</b>						
Exercícios	2016					
	2015					

Fonte: Sistema Senior

## 6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O SENAR/PR utiliza mecanismos com vistas a reduzir riscos na gestão de pessoal, além de buscar motivação e o comprometimento dos empregados em relação a instituição.

- Plano de cargos e salários;
- Benefícios aos funcionários (vale alimentação, auxílio no custeio plano de saúde, seguro de vida e vale transporte);
- Bolsa de estudos para formação educacional;
- Treinamentos específicos para aprimorar competências técnicas e comportamentais.

Estes mecanismos atuam como fatores importantes na retenção de nossos profissionais, com isso buscamos manter sempre o quadro adequado em termos de número de funcionários e de capacidade técnica, intelectual e comportamental, visando o cumprimento da missão institucional.

Com isso a entidade avalia como remota a possibilidade risco de grave comprometimento da missão institucional, levando em conta fatores originários em nossa estrutura de pessoal.

## 6.2 Gestão do patrimônio e da infraestrutura

### 6.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

No momento não há imóveis da União sob a responsabilidade da unidade.

### 6.2.2 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

O SENAR-PR tem sua sede no município de Curitiba e dois barracões abrigando o Almoarifado, alugados. No interior possui duas unidades próprias e salas alugadas que abrigam suas Regionais. Despesas com reformas, transformações, manutenções com o imóvel locado são assumidos pela UPC locatária. Segue quadro com relação de imóveis próprios e locados:

Quadro 25 – Imóveis Próprios e Locados de Terceiros

Endereço:	Situação do imóvel	Proprietário do Imóvel:	Custo de aluguel: R\$ /mês	Tipo de imóvel (opções: atendimento ao cidadão/administrativo/estoque e armazenagem/outros):	Área ocupada do imóvel (m2):	Quantitativo de servidores ocupando o imóvel:
Rua Ponta Grossa, 2089	Ocupado	Elizandro Montegutti / Dirceu carneiro	R\$ 857,00	Sede da Regional - Francisco Beltrão	54,67	2
Av. Irmãos Pereira, 963 - 2º andar	Ocupado	Sindicato Rural de Campo Mourão	R\$ 539,56	Sede da Regional - Campo Mourão	65	2
Rua Afonso Botelho, 58	Ocupado	Sindicato Rural de Guarapuava	R\$ 485,00	Sede da Regional - Guarapuava	20	2
Av. Tiradentes, 6355	Ocupado	Sindicato Rural de Londrina	R\$ 800,00	Sede da Regional - Londrina	75	2
Rua Osvaldo Aranha, 377	Ocupado	Sindicato Rural de Pato Branco	R\$ 532,51	Sede da Regional - Pato Branco	20	2
Rua Theodoro Rosas, 1381	Ocupado	Sindicato Rural de Ponta Grossa	R\$ 565,00	Sede da Regional - Ponta Grossa	45	2
Rua Ponta Grossa, 2089	Ocupado	Sindicato Rural de Irati	R\$ 621,50	Sede da Regional - Irati	14	2
Av. Munhoz da Rocha, 800 - 2º andar	Ocupado	Sindicato Rural de Mandaguacú	R\$ 880,00	Sede da Regional - Mandaguacú	45	2
Rua Marechal Deodoro 450	Ocupado	Federação de Agricultura do Paraná - FAEP	R\$ 20.349,00	Auditorio - 1501	63	0
				Auditorio - 1502	57,5	0
				Auditorio - 1503	57,5	0
				Auditorio - 1504	71,5	0
				sala - 1601	63	2
				sala - 1602	57,5	1
				sala - 1603	57,5	4
				sala - 1604	71,5	4
				sala - 1605	63	4
				sala - 1606	57,5	3
				sala - 1607	57,5	3
				sala - 1608	71,5	4
				sala - 1702	57,5	4
				sala de reunião - 1705	63	0
				sala - 1706	57,5	21
sala - 1707	57,5					
sala - 1708	71,5					
Rua Marechal Deodoro 450	Ocupado	Federação de Agricultura do Paraná - FAEP	R\$ 7.182,00	sala - 1103	57,5	11
				sala - 1104	71,5	
				Cantina - 1506	57,5	0
				sala - 1507	57,5	2
				sala de reunião - 1508	71,5	0
Rua Marechal Deodoro 450	Ocupado	Federação de Agricultura do Paraná - FAEP	R\$ 4.000,00	sala - 1703	57,5	1
				Auditorio - 201	51,5	0
				Auditorio - 202	57,5	0
				Auditorio - 203	57,5	0
				Auditorio - 204	71,5	0
Rua Marechal Deodoro 450	Ocupado	Fenix Empreendimentos Imobiliarios Ltda	R\$ 1.196,58	Auditorio - 205	63	0
				sala - 1701	57,5	2
Rua Ministro Oliveira Salazar, 4835	Ocupado	Alberto Pereira de Lima	R\$ 1.145,00	Sede da Regional - Umuarama	48	2
Av. Paraná, 930	Ocupado	Imobiliária Matelândia Ltda	R\$ 649,00	Sede da Regional - Matelândia	50	2
Rua Marechal Deodoro 450	Ocupado	COMISSARIA BOURGUIGNON / roberto sary	R\$ 1.164,05	sala - 1704	71,5	3
Rua Iapó 1130	Ocupado	Valdir José Lorenzon	R\$ 10.840,37	Centro de Distribuição	480	11
Rua Iapó 1158	Ocupado	Valdir José Lorenzon	R\$ 13.488,00	Centro de Distribuição	480	
Estrada da Água Bonita s/n	Ocupado	SENAR-PR	R\$ 0,00	Centro de Treinamento Iporã	1884,52	13
Av. Sesquicentenário, s/n	Ocupado	SENAR-PR	R\$ 0,00	Centro de Treinamento Assis Chateaubriand	1764,7	13

Fonte: SENAR-AR/PR – Área Administrativa



## 6.3 Gestão da tecnologia da informação

### 6.3.1 Principais sistemas de informações

Quadro 26 - Relação de Sistemas

Sistemas	Função	Usuários
Sistema de Informações SENAR-PR	Controla todo o processo de agendamento de cursos, eventos, pagamentos, instrutores, empresas, arrecadação, certificados, pendências, notícias, contratos e termos aditivos, entre outros.	Todos - administrativa, financeira, técnica, supervisores, instrutores, mobilizadores, contabilidade, certificação.
RM-TOTVS - Gestão Contábil	O TOTVS Gestão Contábil - Contabilidade Gerencial é um Sistema que permite apresentar as principais funcionalidades que contém o Sistema de gestão contábil. Nele são contemplados: o acompanhamento dos valores orçados em relação aos valores realizados pela emissão de relatórios, as informações necessárias para a manutenção de lançamentos contábeis, os parâmetros de lançamentos, os relatórios oficiais e as informações necessárias para apuração do resultado do exercício e liberação do período contábil.	Área financeira e contábil
RM-TOTVS - Gestão Financeira	O TOTVS Gestão Financeira é um aplicativo que permite realizar todos os processos relacionados à gestão financeira da empresa.	Área financeira e contábil
RM-TOTVS - Gestão Patrimonial	O TOTVS Gestão Patrimonial é um aplicativo que permite a administração e controle dos Bens Patrimoniais, incluindo a automação de todas as rotinas relacionadas ao Ativo Imobilizado da empresa.	Área contábil
RM-TOTVS - Gestão de Estoques, Compras e Faturamento	TOTVS - Gestão de Estoques, Compras e Faturamento RM Nucleus faz análise de Custos de Estoque Controle de Inventário (Importação de contagem de produtos, ajuste de saldos, acertos de saldos de Lotes) Controle Orçamentário, parametrização para utilização de informações específicas no processo de Faturamento, Rotina de Contratos Parametrização do Faturamento de Contratos por Medição da execução dos Serviços, visam facilitar ao máximo as operações e rotinas das áreas de faturamento. Permite a personalização dos processos de faturamento.	Todas as administrativas e atividade fim
RM-TOTVS-GESTÃO FISCAL	O TOTVS-Gestão fiscal, visam oferecer segurança e agilidade sobre as diversas operações fiscais da Empresa, como emissão dos Livros Fiscais, emissão de Guias para Recolhimento e Apuração de Impostos, reduzindo em muito o tempo necessário para o fechamento das rotinas fiscais, representando rapidez e economia de tempo.	Área contábil e fiscal
Senior - Ronda Acesso	O Ronda Acesso oferece alta tecnologia em segurança aliada a equipamentos, integrando todas as rotinas de acesso e segurança da empresa numa única aplicação.	RH

FONTE: SENAR-AR/PR – GEPLAN TI

### **6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**

Encontra-se em fase de implantação o Plano Diretor de Tecnologia da Informação iniciado em outubro de 2015, aprovado conforme Resolução nº 012/2016 em 17/09/16, para o período de julho de 2016 até julho de 2019, com suas justificativas e objetivos abaixo discriminados:

<p><b>1. Justificativa do Projeto</b></p> <p>De acordo com o relatório de auditoria da CGU de número "201308554", processo: "00217.0090112013-99" datado de 16 de setembro de 2013, foi evidenciado nas páginas 11 e 16 do relatório a sugestão de elaboração do PDTI Plano Diretor de Tecnologia da Informação. Neste contexto, na busca por uma administração que prime pela melhor gestão dos recursos e maior qualidade na prestação de serviços aos produtores e a família rural, torna-se essencial a realização de um bom planejamento de TI que viabilize e potencialize a melhoria contínua da performance organizacional. A Tecnologia da Informação — TI assumiu nos últimos anos um papel imprescindível no contexto das instituições públicas e privadas. O foco principal da TI é a efetiva utilização da informação como suporte às práticas organizacionais. Além disso, a TI tem transversalidade sobre vários eixos da organização, tangenciando suas áreas negociais. É a TI que apoia as organizações a atenderem as exigências por agilidade, flexibilidade, efetividade e inovação.</p>
<p><b>2. Benefícios esperados</b></p> <p>Auxiliar no planejamento das ações relacionadas à Tecnologia da Informação, auxiliando na solução de alguns dos grandes desafios enfrentados pela administração regional: O de possibilitar a maior efetividade no emprego dos recursos de TI, colaborar para uma gestão integrada com todas as áreas de negócio, resultando em maior benefício nas ações de formação profissional rural e atividades de promoção social e maior transparência no uso de recursos.</p>
<p><b>3. Objetivo do Projeto</b></p> <p>Primários: Utilizar o PDTI como ferramenta de apoio a tomada de decisão, agindo de forma proativa contra as ameaças e a favor das oportunidades.</p> <p>Secundários: Utilizar como ferramenta de gestão para execução das ações de TI da instituição, possibilitando justificar os recursos aplicados em TI, minimizar o desperdício, garantir o controle, aplicar os recursos naquilo que considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público.</p>
<p><b>4. Escopo</b></p> <p>1.1 Definir a abrangência e o período do PDTI</p> <p>1.2 Definir a equipe de elaboração do PDTI</p> <p>1.3 Descrever a metodologia de elaboração do PDTI</p> <p>1.4 Identificar e reunir os documentos de referência</p> <p>1.5 Identificar Estratégias da Organização</p> <p>1.6 Identificar princípios e diretrizes</p> <p>1.7 Elaborar o plano de trabalho do PDTI (PT-PDTI)</p> <p>1.8 Aprovar o plano de trabalho do PDTI (preliminar)</p> <p>1.9 Aprovar o plano de trabalho do PDTI (final)</p>

## 5. Excluiões

### 6. Descrição do produto

Definir a abrangência e o período do PDTI

- Definir a abrangência do PDTI, informando quais as unidades organizacionais serão alcançadas.
- Definir o período de tempo a que o PDTI se referirá, ou seja, o período para o qual o PDTI será aplicado.

Definir a equipe de elaboração do PDTI

- Escolher e alocar a equipe de elaboração do PDTI;
- Elaborar a portaria de designação da equipe; Publicar a portaria de designação da equipe.

Descrever a metodologia de elaboração do PDTI

- A proposta do Modelo de Referência de PDTI constitui uma referência mínima recomendada para composição do PDTI, assegurando que os principais conteúdos sejam tratados no planejamento de TI do órgão. Todavia, a utilização desse modelo não é obrigatória. Dessa forma, os órgãos têm a faculdade de somá-lo a outros modelos de mercado, adaptá-lo às necessidades e ao nível de maturidade de governança de sua instituição, ou ainda, adotar outra metodologia que considerem apropriada para a construção de seus PDTI.

Identificar e reunir os documentos de referência

- Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Lei Orçamentária Anual — LOA;
- Plano de Execução;
- Autodiagnóstico e Plano de Metas .
- Planejamento Estratégico Institucional — PEI;
- Regimento(s) Interno(s) da Organização;
- Competências Legais do órgão;
- Leis, decretos, instruções normativas, acordãos e demais regulamentações; ■ — Plano Anual de Trabalho
- PEM — Planejamento estratégico de mobilização
- PPP — Plano Político Pedagógico

Identificar Estratégias da Organização

- Identificar os objetivos e as linhas de ação que competem à organização, a partir dos instrumentos de direcionamento e planejamento analisar os Programas, Objetivos e Iniciativas que sejam potenciais geradores de necessidades de negócio ou ações de TI.
- Consolidar os objetivos e linhas de ação identificadas nas políticas e planos mencionados, com o intuito de subsidiar, posteriormente, o levantamento das Necessidades de Informação e propiciar o alinhamento das ações de TI ao negócio da

organização.

Identificar princípios e diretrizes

- Analisar e criar uma lista dos princípios e diretrizes, aplicáveis e relacionados a TI, contidos nos documentos de referência identificados.  
Identificar possíveis necessidades ou demandas relacionadas à TI, a partir dos princípios e diretrizes identificados, e registrá-las no Inventário de Necessidades.

Elaborar o plano de trabalho do PDTI (PT-PDTI)

- Criar um documento de plano de trabalho no qual devem estar descritas as informações essenciais para organizar as atividades a serem desempenhadas durante o projeto de elaboração do PDTI.

Aprovar o plano de trabalho do PDTI (preliminar)

- Após a aprovação preliminar do Plano de Trabalho pelo Comitê de TI, o documento é submetido à Autoridade Máxima da Organização para aprovação final.
- Se o Comitê de TI não aprovar o plano de trabalho, este deve ser devolvido à equipe para receber os ajustes necessários e, então, ser submetido a nova avaliação.

Aprovar o plano de trabalho do PDTI (final)

- Aprovar em última instância o plano de trabalho criado pela equipe de elaboração do PDTI EqPDTI, e já aprovado anteriormente, de maneira preliminar, pelo Comitê de TI.

#### **7. Premissas**

- Plano Orçamentário 2016;
- Plano de Metas;
- Planejamento Estratégico Institucional — PEI;
- PAT — Plano Anual de Trabalho;
- PEM — Planejamento estratégico de mobilização;
- PPP — Plano Político Pedagógico;

#### **8. Restrições**

#### **9. Estrutura Organizacional**

- **Patrocinador do Projeto**

Humberto Malucelli Neto

- **Gerente de Projeto**

Henrique de Salles Gonçalves

- **Coordenador do Projeto**

Marcos Ribeiro

- **Envolvidos no projeto**

Diretos: Membro da alta administração, Comitê de TI "representantes das áreas — Gestores" e Equipe de elaboração do PDTI.

Eventuais: Colaboradores indicados pelos Gestores.

#### **10. Riscos Identificados**

Não aprovação do projeto, falta de comprometimento das áreas de negócio e direção, não existir uma estratégia organizacional "planos de ação", falta de Metas organizacionais.

**11. Alinhamento com Planejamento Estratégico / Metas (Negócio)**

**12. Custos envolvidos (estimativa)**

Para implementação do PDTI o trabalho será realizado internamente pela equipe de implementação do PDTI.

13. Prazos	2015					2016						Set
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	
Atividades												
1-Definir a abrangência e o período do PDTI	x											
2-Definir a equipe de elaboração do PDTI	x											
3-Descrever a metodologia de elaboração do PDTI		x										
4-Identificar e reunir os documentos de referência			x	x								
5-Identificar Estratégias da Organização					x	x						
6-Identificar princípios e diretrizes					x	x						
7-Elaborar o plano de trabalho do PDTI (PT-PDTI)						x	x	x				
8-Aprovar o plano de trabalho do PDTI (preliminar)									x			
9-Aprovar o plano de trabalho do PDTI (final)									x			

## **6.4. Gestão ambiental e sustentabilidade**

### **6.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras**

Não se aplica.

O SENAR não compõe a Administração Pública, seja direta ou indireta. Por esta razão, o SENAR não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública e não possui, até o momento, Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS).

Observamos que a UJ mesmo não estando enquadrado nos termos do Decreto nº. 5.940/2006 preocupa-se desde vários anos, com a separação de materiais recicláveis. Desta forma, mantemos nas nossas salas de trabalho, caixas onde são depositados papéis descartados que, após atingirem certo volume, são enviados para reciclagem, bem como os cartuchos vazios de toner.

## **7 - RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **7.1 Canais de acesso do cidadão**

Os canais de acesso do cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., estão disponibilizados no portal da unidade [www.sistemafaep.org.br](http://www.sistemafaep.org.br) no Link Fale Conosco onde o cidadão identifica-se mediante o preenchimento de um formulário que além do assunto a ser tratado o link disponibiliza uma série de orientações sobre a unidade. Observamos que a quantidade de manifestações sobre reclamações e denúncias praticamente inexistem. Também, no final dos cursos ministrados, o SENAR-PR efetua por amostragem a avaliação de satisfação de clientes, que no exercício de 2016 foram efetuadas 4.554 entrevistas resultando em 57 reclamações tratadas pontualmente. Quando apresentada uma reclamação é analisada sua pertinência. Tratando-se que questão pertinente, a reclamação é encaminhada a área responsável para a solução do problema. No caso do reclamante se identificar e solicitar resposta, é comunicado a ele as providências tomadas.

### **7.2 Carta de Serviços ao Cidadão**

Não se aplica. As regras do Decreto 6.932 / 2009 aplicam-se aos órgãos da Administração Pública Federal.

### **7.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários**

Não se aplica. As regras do Decreto 6.932 / 2009 aplicam-se aos órgãos da Administração Pública Federal.

### **7.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

O mecanismo de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade encontra-se disponibilizado em seu portal [www.sistemafaep.org.br](http://www.sistemafaep.org.br) nas informações do SENAR em Dados de Gestão contemplando Gestão Orçamentária, Estrutura Remuneratória, Dirigentes e Relação do Corpo Técnico, apresentados trimestralmente nos últimos três exercícios e também o Relatório de Gestão.

## 8 – DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 8.1 Desempenho financeiro do exercício

A análise do desempenho financeiro da UPC é realizada mensalmente, compreendendo as receitas das contribuições, as despesas e as aplicações financeiras. Com relação ao desempenho financeiro de 2016, a análise crítica foi feita comparando os resultados com o desempenho financeiro do exercício de 2015.

#### RECEITAS

As receitas provenientes da arrecadação da contribuição do SENAR/PR em 2016 tiveram um acréscimo de 6,89% em relação ao exercício de 2015, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 27 – Receitas de Contribuições Mensais 2015 e 2016

MÊS	2015 RECEITAS (R\$)	2016 RECEITAS (R\$)	%
JANEIRO	5.008.736,33	4.182.941,26	-16,49%
FEVEREIRO	3.834.449,57	3.733.825,56	-10,48%
MARÇO	3.238.970,78	5.420.179,38	10,39%
ABRIL	3.921.404,24	6.784.387,45	25,73%
MAIO	9.330.844,62	8.398.778,08	12,57%
JUNHO	7.719.500,71	8.497.054,73	11,99%
JULHO	6.000.658,44	8.006.247,75	15,28%
AGOSTO	5.586.530,36	7.320.039,01	17,25%
SETEMBRO	6.151.474,18	5.081.485,48	13,06%
OUTUBRO	5.206.573,87	5.635.047,79	12,61%
NOVEMBRO	6.546.662,85	5.012.336,94	8,84%
DEZEMBRO	5.190.900,15	4.330.451,18	6,89%
<b>TOTAL ACUMULADO</b>	<b>67.736.706,10</b>	<b>72.402.774,61</b>	<b>6,89%</b>

Fonte: SENAR-AR/PR - GEFIN

#### RECEITAS – Arrecadação da Contribuição/2016

Em janeiro e fevereiro de 2016 os valores de repasse apresentaram quedas em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse fato ocorreu, principalmente, pelas chuvas na época da colheita da cana-de-açúcar e pelo pequeno atraso na colheita e comercialização da safra de grãos. A partir de março houve uma recuperação na arrecadação devido a colheita da safra e também a comercialização das vendas pelo mercado futuro, sendo que os contratos foram fechados no exercício anterior, com taxas de câmbio favoráveis aos produtores. Os valores se mantiveram estáveis no segundo semestre, dentro da curva normal ao final da safra. Diante desse cenário, houve aumento de 6,89% em relação ao exercício de 2015, considerando os meses de repasse.



## DESPESAS (desembolso)

Analisando comparativamente o total das despesas (desembolso) realizadas no exercício de 2015 e 2016 das áreas meio e fim, tivemos um acréscimo na ordem de R\$ 3.060.760,15 no acumulado, representando 6,16%, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 20 – Despesas Mensais 2015 e 2016

MÊS	2015 DESPESAS (R\$)	2016 DESPESAS (R\$)	%
JANEIRO	2.204.401,01	1.937.589,92	-12,10%
FEVEREIRO	3.564.646,30	3.316.319,72	-8,93%
MARÇO	5.257.829,71	4.210.378,91	-14,17%
ABRIL	3.743.684,17	3.568.288,85	-11,77%
MAIO	3.899.613,74	4.307.331,45	-7,13%
JUNHO	4.150.245,70	4.013.104,33	-6,43%
JULHO	4.074.953,70	4.149.479,18	-5,18%
AGOSTO	3.772.314,66	4.626.461,85	-1,76%
SETEMBRO	4.830.491,17	4.360.484,25	-2,84%
OUTUBRO	3.936.932,71	6.054.708,20	2,81%
NOVEMBRO	4.668.712,27	5.071.496,39	3,43%
DEZEMBRO	5.570.115,52	7.119.057,76	6,16%
<b>TOTAL ACUMULADO</b>	<b>49.673.940,66</b>	<b>52.734.700,81</b>	<b>6,16</b>

FONTE: SENAR-AR/PR - GEFIN

O acréscimo das despesas, representando 6,16% em relação ao ano de 2015 está justificado basicamente pela renovação da frota de veículos através de processo licitatório, reajuste de 10% na folha de pessoal, reajuste do valor da hora/aula dos serviços de instrutoria e mobilização com o consequente aumento dos encargos, bem como a inflação do período.

## APLICAÇÕES FINANCEIRAS - 2016

Os recursos recebidos foram aplicados em CDB no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, sendo que a operacionalização de toda movimentação financeira foi efetuada somente no Banco do Brasil.

A seguir, demonstramos os resultados das operações realizadas nas aplicações das respectivas instituições financeiras:

Quadro 29 – Aplicações Financeiras Banco do Brasil

**Saldo em 31/12/2015 = R\$ 32.033.985,37**

<b>2016</b>	<b>Aplicações</b>	<b>Resgates</b>	<b>Rendimento</b>	<b>Saldo encerramento do mês</b>	<b>%</b>
Janeiro	1.800.000,00	1.553.581,68	335.410,52	32.615.814,21	1,82
Fevereiro	3.590.000,00	3.156.842,29	325.219,63	33.374.191,55	2,33
Março	1.380.000,00	3.172.286,48	379.232,95	31.961.138,02	-4,23
Abril	4.260.000,00	3.525.108,22	339.542,25	33.035.572,05	3,36
Maiο	4.380.000,00	4.279.110,55	363.686,28	33.500.147,78	1,41
Junho	4.490.000,00	4.002.449,36	389.067,12	34.376.765,54	2,62
Julho	3.975.000,00	4.110.627,78	376.381,96	34.617.519,72	0,70
Agosto	4.270.000,00	4.555.093,69	418.641,85	34.751.067,88	0,39
Setembro	5.080.000,00	4.353.338,12	387.242,10	35.864.971,86	3,21
Outubro	5.600.000,00	6.002.980,86	370.796,57	35.832.787,57	-0,09
Novembro	5.100.000,00	4.656.696,93	369.217,53	36.645.308,17	2,27
Dezembro	4.290.000,00	6.926.927,00	388.551,24	34.396.932,41	-6,14
<b>TOTAL ACUMULADO</b>	<b>48.215.000,00</b>	<b>50.295.042,96</b>	<b>4.442.990,00</b>		

**FONTE: SENAR-AR/PR – GEFIN**

Quadro 30 – Aplicações Financeiras Caixa Econômica

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - EXERCÍCIO 2016**

**Saldo em 31/12/2015 = R\$ 49.657.800,93**

<b>2016</b>	<b>Aplicações</b>	<b>Resgates</b>	<b>Rendimento</b>	<b>Saldo encerramento do mês</b>	<b>%</b>
Janeiro	2.000.000,00	0,00	538.449,03	52.196.249,96	5,11
Fevereiro	0,00	0,00	526.708,95	52.722.958,91	1,01
Março	3.000.000,00	0,00	633.874,68	56356.833,59	6,89
Abril	2.500.000,00	0,00	610.368,97	59.467.202,56	5,52
Maiο	4.000.000,00	0,00	684.162,53	64.151.365,09	7,88
Junho	4.000.000,00	0,00	770.337,50	68.921.702,59	7,44
Julho	4.000.000,00	0,00	788.973,23	73.710.675,82	6,95
Agosto	3.000.000,00	0,00	918.637,44	77.629.313,26	5,32
Setembro	0,00	0,00	865.660,08	78.494.973,34	1,12
Outubro	5.706.313,32	5.706.313,32	828.423,80	79.323.397,14	1,06
Novembro	5.142.299,44	5.142.299,44	828.394,16	80.151.791,30	1,04
Dezembro	4.633.790,08	4.633.790,08	905.921,32	81.057.712,62	1,13
<b>TOTAL ACUMULADO</b>	<b>37.982.402,84</b>	<b>15.482.402,84</b>	<b>8.899.911,69</b>		

**FONTE: SENAR-AR/PR – GEFIN**

Em 2016 o Banco do Brasil ofereceu 96% do CDI para a aplicação dos recursos provenientes da arrecadação da contribuição. Diante disso, as aplicações dos recursos no Banco do Brasil foram praticamente para cobrir as despesas mensais, conforme projeção feita para 2016. O restante dos valores recebidos foram aplicados na Caixa Econômica Federal em CDB Progressivo, iniciando com 100% e podendo chegar a 102% do CDI se não resgatadas no prazo de 1800 dias. Nos meses de fevereiro, setembro, outubro, novembro e dezembro, os recursos foram aplicados somente no Banco do Brasil, tendo em vista que os valores do repasse da contribuição cobriram praticamente as despesas do mês. O total dos resgates no valor de R\$ 15.482.402,84 na Caixa Econômica Federal referem-se à aplicações que venceram nos meses de outubro, novembro e dezembro, as quais foram reaplicadas no mesmo dia do crédito em conta corrente.

## **8.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, ajustado pelas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear conforme Lei 11.638/2007.

A Lei 11.638/2007, que trata da convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às normas internacionais, trouxe formas diferentes de calcular e reconhecer contabilmente a figura da depreciação e amortização.

A Resolução do CFC n.1.136/2008 que aprovou a norma NBC T 16.9, a qual trata de depreciação, amortização e exaustão, apresentou o conceito de Valor Residual como sendo o montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

Sendo assim, a depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao Valor Residual, e para tanto, é necessário efetuar levantamento por item, atribuindo-lhes valores recuperáveis.

O Senar-Pr no curso do exercício de 2014, através da contratação da empresa Avalor Engenharia de Avaliações, avaliou os impactos da revisão do prazo de vida útil econômica dos bens dos grupos de Veículos, prédios e terrenos. A referida revisão foi concluída no que se refere à emissão do “Laudo de Vida Útil e Valor Residual”, assim como, as devidas contabilizações.

## **8.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade**

A sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade provém das atividades fim e meio, demonstradas sinteticamente no item 4.5.4 deste relatório.

A atividade fim caracteriza-se pela realização de eventos de FPR, PS e Outras Atividades com gastos pré-estabelecidos no momento da proposta desses eventos e conferidos por ocasião de sua realização.

A atividade meio se caracteriza pelo custeio da entidade baseado na sua infraestrutura de apoio técnico e administrativo registrando-se a despesa no momento da sua realização. Toda e qualquer aquisição de bens e serviços inicia-se com pesquisas de preços e aprovação de compras pela área administrativa e superintendência.

## **8.4 Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.**

Demonstrações Contábeis exigidas pela Resolução Nº 039/10/CD de 07/10/2010, observando-se as disposições contidas na Lei nº. 6.404 de 15/12/1976, com as respectivas alterações introduzidas pela Lei nº. 11.638 de 28/12/2007 e Lei nº. 11.941 de 27/05/2009, e de acordo com a Resolução CFC nº. 1.409/12 que aprova a ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações contábeis estão apresentadas no Apêndice 1, página 90 deste relatório.

## 9 – CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 9.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve determinação ou recomendação do TCU em 2015.

### 9.2 Tratamentos de recomendações do órgão de controle interno

#### 9.2.1 Recomendações da CCGU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da recomendação da CGU

**Exercício: 2014**

**Processo:201503986**

**Relatório: 201503986**

**Item**

**Data do relatório: 24/09/2015**

#### **Constatação:**

- Fragilidades nos processos de recrutamento e seleção do SENAR/PR. (item 1.1.2.1)
- Termo de cooperação firmado em desacordo com a missão institucional do SENAR (item 2.1.1.6)
- Falhas na formalização e execução de Termo de Cooperação. (item 2.1.1.7)
- Descumprimento de Acórdão do TCU dirigido ao SENAR/PR (item 2.1.1.8)
- Contratação de empresa de consultoria para prestar serviços em desacordo com os objetivos da Entidade. (item 2.3.1.4)

#### **Descrição da recomendação**

Item do Relatório	Descrição Sumária	Recomendações
2.1.1.6 (fl. 44)	Termo de cooperação firmado em desacordo com a missão institucional do SENAR.	Ver justificativa abaixo

2.1.1.7 (fl. 46)	Falhas na formalização e execução de Termo de Cooperação.	Ver justificativa abaixo
2.1.1.8 (fl. 53)	Descumprimento de Acórdão do TCU dirigido ao SENAR/PR.	Ver justificativa abaixo
2.3.1.4 (fl. 71)	Contratação de empresa de consultoria para prestar serviços em desacordo com os objetivos da Entidade.	1: Abster-se de realizar contratações de empresas para realização de serviços com finalidade administrativa diversa dos objetivos dispostos no Art. 1º do Regimento Interno da Entidade.  Ver justificativa abaixo  2: Devolver os valores referentes à contratação do serviço de consultoria e despesas reembolsadas com alimentação e deslocamento à conta corrente do SENAR/PR.  Ver justificativa abaixo

#### Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Recomendações	Justificativa/Informações/Documentos adicionais apresentados
<p>Termo de cooperação firmado em desacordo com a missão institucional do SENAR.</p> <p>Falhas na formalização e execução de Termo de Cooperação.</p> <p>Descumprimento de Acórdão do TCU dirigido ao SENAR/PR.</p>	<p>Ao nosso entendimento não houve falha na celebração e execução desse termo de Cooperação, eis que o objeto do ajuste é a capacitação de profissionais empregados em agroindústrias do Paraná, mediante concessão de bolsas de estudos para cursos de graduação ou pós-graduação, o que encontra amparo na Lei 8.315/91 e Decreto 566/92. As agroindústrias são contribuintes do SENAR/PR e seus funcionários também são público alvo da entidade, bem como os requisitos formais ao ajuste foram atendidos.</p>

	<p>Da mesma forma, entendemos que não houve descumprimento do Acórdão nº 2434/2008, invocado pela auditoria, pelas seguintes razões:</p> <p>a) O acórdão 2434/2005 tratou de contratação de um curso de pós-graduação pelo SENAR/PR junto à UNISUL, curso “turma fechada” de “formação docente” (prática pedagógica em docência) destinado aos seus funcionários, aos seus instrutores (terceirizados), alguns professores da rede pública de ensino (vinculados à Secretaria de Educação do PR) e também uma pesquisadora que estava fazendo um trabalho de mestrado. O TCU entendeu que não havia amparo legal para o custeio de curso de pós-graduação aos seus instrutores terceirizados e à pesquisadora, eis que, em síntese, eram estranhos aos quadros de pessoal do SENAR/PR e também não constituiriam seu público alvo.</p> <p>b) A situação em presente análise é distinta: os alunos beneficiários das bolsas de estudo em questão são o nosso público alvo, de forma que esse acórdão não se aplica nesta situação. São trabalhadores de agroindústrias e, portanto, abrangidos no objetivo institucional do SENAR/PR de formação profissional.</p> <p>Por entender que o procedimento adotado está correto, a entidade aguardará a manifestação do TCU a respeito.</p>
<p>1: Elaborar normativo interno, no prazo de 90 (noventa) dias, referente ao suprimento de bens e serviços, onde: a) haja a previsão de vinculação dos pagamentos/atestos à efetiva entrega dos bens e/ou serviços previstos em contrato; b) no caso de necessidade de antecipação de pagamento, que esteja devidamente justificada no processo, haja previsão contratual e haja garantias que assegurem o pleno cumprimento do objeto.</p>	<p>A normativa está em fase de redação. Estão ocorrendo reestruturações nas rotinas administrativas da entidade, sendo que algumas já estão concluídas e outras em fase de estudos ou implementação, e o objetivo é que essa norma já contemple os fluxos e regras resultantes do trabalho que está sendo realizado. Independentemente, os pagamentos realizados pelo SENAR/PR, assim como os atestos, sempre estiveram condicionados à efetiva entrega dos bens ou serviços contratados. Quando, em razão da natureza do serviço ou prática de mercado, é indispensável a antecipação de valores ao contratado, são adotadas as medidas de cautela cabíveis.</p>

1: Abster-se de realizar contratações de empresas para realização de serviços com finalidade administrativa diversa dos objetivos dispostos no Art. 1º do Regimento Interno da Entidade.

2: Devolver os valores referentes à contratação do serviço de consultoria e despesas reembolsadas com alimentação e deslocamento à conta corrente do SENAR/PR.

O contrato em questão teve por objeto “ *prestação de serviços de consultoria ao SENAR/PR consistente no diagnóstico detalhado das áreas de manutenção de colhedoras de 02 usinas do setor sulcroalcooleiro do Paraná, analisando atual estágio técnico, administrativo e de procedimentos adotados de manutenção de equipamentos agrícolas, organograma, instalações físicas, dimensionamento do quadro, nível técnico dos colaboradores, planejamento e controle da manutenção, ferramental, análise de custos e demais rotinas inerentes a essa área, como instrumento de apoio à reestruturação dos programas de capacitação em mecanização para o setor sulcroalcooleiro do Paraná ofertados pelo SENAR/PR, para atualização dos conteúdos para atender as demandas e exigências atuais do setor*”.

Em que pese o entendimento dos senhores auditores, o serviço contratado é essencial ao diagnóstico detalhado das áreas de manutenção de colhedoras, analisando o atual estágio técnico, administrativo e de procedimentos adotados na manutenção de equipamentos agrícolas, diagnóstico esse fundamental à estruturação dos programas de capacitação voltados à atividade de manutenção de maquinários agrícolas.

Por entender que não houve qualquer falha na contratação, aguardar-se-á manifestação do TCU a respeito.



### 9.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

No exercício em foco, não ocorreram casos de danos ao erário que tenham sido objeto de medidas internas administrativas. Como estrutura e controles existentes para apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos, o SENAR/PR dispõe de auditoria contratada e conselho fiscal atuantes mensalmente em seus registros, além do sistema TOTVS-RM desenvolvido para o gerenciamento do fluxo financeiro da UPC o que tange a análise, autorização e pagamento de despesas e investimentos em escala gerencial.

Quadro 31 - Medidas Adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Compração	Débito < R\$ 75.000			
0	0	0	0	0	0	0	0	0

### 9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

Não se Aplica. As contratações de obras, serviços, compras e alienações do SENAR são precedidas de licitação obedecidas pelo disposto no Regulamento de Licitações e Contratos – RLC, aprovado pela Resolução nº 001/CD de 22/02/2006.

**ÁGIDE MENEGUETTE**

Presidente do conselho Administrativo

## 10 ANEXOS E APÊNDICES

### APÊNDICE 1 - Demonstrações Contábeis



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL  
Administração Regional do Estado do Paraná



#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>A T I V O</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e Bancos	8.124	11.342
Aplicações Financeiras	115.602.429	81.696.906
Contas a Receber	5.200.000	4.182.941
Adiantamentos	332.508	201.398
Estoque	1.736.761	1.690.994
Valores Recuperáveis e Despesas Antecipadas	71.770	49.606
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b><u>122.951.592</u></b>	<b><u>87.833.187</u></b>
<b>Não Circulante</b>		
Realizável a Longo Prazo		
Operações de Longo Prazo	10.584	10.584
Imobilizado	13.388.500	13.331.460
Intangível	43.879	63.682
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b><u>13.442.963</u></b>	<b><u>13.405.726</u></b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b><u><u>136.394.556</u></u></b>	<b><u><u>101.238.914</u></u></b>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>P A S S I V O</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	609.121	299.873
Obrigações Sociais e Trabalhistas	417.923	361.485
Provisões Trabalhistas	1.011.354	765.346
Convênios à Realizar	121.506	3.112
Credores Diversos	243.661	43.257
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b><u>2.403.565</u></b>	<b><u>1.473.072</u></b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Patrimônio Líquido	68.051.219	42.663.054
Reserva de Capital	30.586.745	31.714.623
(Déficit) / Superávit do Exercício	34.569.165,83	25.388.165
Realização da reserva de avaliação Patrimonial	783.861,22	
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b><u>133.990.990,67</u></b>	<b><u>99.765.842</u></b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b><u><u>136.394.556</u></u></b>	<b><u><u>101.238.914</u></u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO**  
**(Em reais)**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas de Contribuições Sociais	73.419.833	66.910.911
Outras Receitas Operacionais	13.452.238	8.587.863
Realizações de Convênios	628.014	367.196
<b>TOTAL RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b><u>87.500.086</u></b>	<b><u>75.865.970</u></b>
OUTRAS RECEITAS		
Venda de Bens e Direitos do Ativo Não Circulante	235.100	-
<b>TOTAL OUTRAS RECEITAS</b>	<b><u>235.100</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b><u>87.735.186</u></b>	<b><u>75.865.970</u></b>
DESPESAS		
Despesas Operacionais/Correntes		
Aplicações Diretas (Atividade Meio)		
Pessoal e Encargos Sociais	(3.879.851)	(3.284.773)
Demais Aplicações Indiretas	(2.392.790)	(2.146.073)
	<b><u>(6.272.641)</u></b>	<b><u>(5.430.846)</u></b>
Aplicações Diretas-FPR/PS (Atividade Fim)		
Pessoal e Encargos Sociais	(8.394.259)	(7.208.161)
Demais Aplicações Indiretas	(33.594.327)	(32.102.231)
Despesas de Convênios	0	(367.196)
	<b><u>(41.988.586)</u></b>	<b><u>(39.677.587)</u></b>
Aplicações em Despesas de Programas Especiais	<b><u>(3.877.136)</u></b>	<b><u>(4.266.893)</u></b>
Total Despesas Operacionais/Correntes	<b><u>(52.138.362)</u></b>	<b><u>(49.375.326)</u></b>
Despesas de depreciação e baixa de bens	<b><u>(1.027.658)</u></b>	<b><u>(1.102.479)</u></b>
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b><u>(53.166.020)</u></b>	<b><u>(50.477.805)</u></b>
<b>DÉFICIT / SUPERÁVIT DO PERÍODO</b>	<b><u>34.569.165,83</u></b>	<b><u>25.388.165</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
**EM 31 DE DEZEMBRO**  
**(Em reais)**

	Valores em Reais	
	<b>2.016</b>	<b>2.015</b>
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>1.405.693</b>	<b>329.958</b>
<b>1. Atividades Operacionais</b>		
<b><u>Sobra Líquida do Exercício</u></b>	<b>34.569.166</b>	<b>25.388.165</b>
Despesas (Receitas) que Não Afetam o Caixa:		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.027.658	1.102.479
Depreciação e Amortização	0	0
Baixas do Imobilizado em Serviço	1.027.658	1.102.479
	0	0
<b><u>Variações no Ativo Circulante</u></b>	<b>35.121.623</b>	<b>25.990.279</b>
Aplic. Mercado aberto	33.905.523	26.695.396
Contribuições Sociais a Receber	1.017.059	-825.795
Despesas Pagas Antecipadamente	12.318	(1.596)
Devedores Diversos	140.956	(95.933)
Estoque	45.767	218.206
<b><u>Variações no Passivo Circulante</u></b>	<b>930.493</b>	<b>(170.407)</b>
Fornecedores	509.652	(302.661)
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	246.009	97.283
Tributos e Contribuições Sociais	56.438	53.447
Convênios á Realizar	118.394	(18.475)
<b><u>Aplicações no Realizável a Longo Prazo</u></b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b><u>Aumento do Exigível a Longo Prazo</u></b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2. Atividades de Investimento</b>		
Aplicações no Imobilizado	(1.408.911)	(334.076)
<b>Total das Atividades de Investimento</b>	<b>(1.408.911)</b>	<b>(334.076)</b>
<b>3. Atividades de Financiamento</b>		
Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0
<b>Total das Atividades de Financiamento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4. Total dos Efeitos no Caixa (1 - 2 + 3)</b>	<b>(3.218)</b>	<b>(4.118)</b>
Saldo Inicial de Caixa	11.342	15.460
Saldo Final de Caixa	8.124	11.342
<b>Varição no Caixa</b>	<b>(3.218)</b>	<b>(4.118)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL**  
**Exercícios findos em 31/12/2014 A 31/12/2016**  
**(Em reais)**

<b>MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO</b>	<b>PATRIMONIO SOCIAL</b>	<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>	<b>TOTAIS</b>
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>42.663.053,51</b>	<b>31.714.623,03</b>	<b>74.377.676,54</b>
<i>Ajuste de Avaliação Patrimonial</i>	-	-	-
<i>Ajuste de anos anteriores</i>	-	-	-
<i>Transferência para reservas</i>	-	-	-
<i>Superávit do Exercício de 2015</i>	25.388.165,06	-	25.388.165,06
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>68.051.218,57</b>	<b>31.714.623,03</b>	<b>99.765.841,60</b>
<i>Ajuste de Avaliação Patrimonial</i>	-	(1.127.877,98)	(1.127.877,98)
<i>Ajuste de anos anteriores</i>	-	-	-
<i>Realização da reserva de avaliação Patrimonial</i>	783.861,22		783.861,22
<i>Transferência para reservas</i>	-	-	0,00
<i>Superávit do Exercício de 2016</i>	34.569.165,83	-	34.569.165,83
			-
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>103.404.245,62</b>	<b>30.586.745,05</b>	<b>133.990.990,67</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## APÊNDICE 2 – Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 1. Contexto Operacional

#### 1.1. Estrutura Jurídica e Objetivos

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Paraná, também reconhecido sob a sigla SENAR-AR/PR, é uma entidade Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992. Sua criação está prevista no art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT:

“Art. 62 – A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área”.

Tem como missão institucional realizar a educação profissional e promoção social das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do país.

#### 1.2. Fontes de Recursos

Para possibilitar o cumprimento de sua missão, a entidade paraestatal é beneficiária dos recursos previstos no artigo 240 da Constituição Federal e nas Leis nº 8.540/1992, 8.870/1994 com alterações até a Lei 10.256/2001, assim classificadas:

##### 1.2.1. Contribuição sobre a receita decorrente da comercialização da Produção Rural

- a) **Contribuição do Produtor Rural Pessoa Física** - 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Segurado Especial e Produtor Rural Pessoa Física, que explora atividade agropecuária ou pesqueira;
- b) **Contribuição do Produtor Rural Pessoa Jurídica** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Produtor Rural Pessoa Jurídica.
- c) **Contribuição da Agroindústria** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, industrializada ou não, devida pela agroindústria.

### **1.2.2. Contribuição sobre a folha de salários**

Contribuição mensal compulsória, à alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre a folha de salários dos trabalhadores envolvidos nos trabalhos rurais das pessoas jurídicas de direito privado ou a elas equiparadas que exerçam as seguintes atividades:

- a) Agroindústrias da avicultura, suinocultura, piscicultura, carcinicultura;
- b) Agroindústrias que se dediquem ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria prima para industrialização própria, mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção;
- c) Produtores rurais pessoas jurídicas, exceto agroindústrias, que exerçam outra atividade econômica autônoma;
- d) Produtores rurais pessoas jurídicas e agroindústria, exclusivamente em relação aos empregados envolvidos na prestação de serviços rurais ou agroindustriais, caracterizados ou não como atividade autônoma;
- e) Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural;
- f) Pessoa Jurídica Prestadora de Mão de Obra Rural.

As operações da Administração Regional são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse dos recursos advindos da contribuição compulsória.

### **1.3. Aplicações de Recursos**

Os recursos do SENAR-AR/PR seguem a proporção de 80% (oitenta por cento) nas atividades de Formação Profissional e Promoção Social e 20% (vinte por cento) nas despesas de custeio e investimento.

## **2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1. Base de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e foram aprovadas pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal, tendo como moeda funcional o Real (R\$).

### **2.1.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Observando o disposto na Resolução Conselho Fiscal do SENAR - Administração Central as demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009.

## **2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis**

### **2.2.1. Apuração dos resultados**

a) **Apuração do Déficit ou Superávit** – a entidade adotado o regime de competência, destacando-se, adicionalmente:

**I – Receitas de Contribuição Social** – as receitas com contribuição social foram reconhecidas mensalmente com base em estimativa, levando-se em consideração o histórico dos registros dos valores repassados pelo SENAR-Administração Central.

O registro contábil das receitas de contribuições compulsórias é efetuado pelo líquido, ou seja, é deduzido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB o percentual de 3,5% do montante arrecadado, que corresponde à retribuição pelos serviços prestados de recolhimento das contribuições, com fulcro no artigo 3º, § 1º da Lei nº. 11.457, de 16 de março de 2007.

**II – Gastos com Cursos e Eventos** – foram reconhecidos no período da realização dos cursos e eventos de Formação Profissional Rural – FPR e de Promoção Social – PS, mobilizados e organizados com apoio de entidades cooperantes.

**2.2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa** - Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**2.2.3. Valores a Receber** - Dotações Orçamentárias a Receber corresponde à contribuição social registrada com base em estimativa do repasse mensal, levando-se em consideração o histórico dos registros. Quando possível, a dotação orçamentária a receber é registrada com base em informação prestada antecipadamente pelo SENAR Administração Central, coincidindo com o valor efetivamente recebido.



Os demais valores a receber foram registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo seu valor nominal, acrescido das variações monetárias, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.

**2.2.4. Estoques** - Os estoques foram registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

**2.2.5. Imobilizado** - Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear considerando o valor residual projetado e a estimativa de vida útil dos bens. As taxas utilizadas são mencionadas na Nota Explicativa nº 8.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Em 2014 os bens imóveis foram reavaliados com base em laudo emitido por empresa especializada e os efeitos da reavaliação foram contabilizados no patrimônio líquido em conta específica de ajuste de avaliação patrimonial. Parte do saldo da conta de ajuste de avaliação patrimonial é transferido anualmente à conta de superávit acumulado, acompanhando a perda do valor recuperável dos bens reavaliados por meio da depreciação ou quando são baixados.

**2.2.6. Intangível** - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

**2.2.7. Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)** - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus futuros benefícios econômicos serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou contratualmente constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos 12 meses seguintes a data do balanço patrimonial. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **2.2.8. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração**

**a) Ativos financeiros** - Os ativos financeiros da Entidade são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa.

**b) Passivos financeiros** - Os passivos financeiros da Entidade são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos, no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Entidade segundo projeção monitorada continuamente, a fim de

garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades do negócio. Eventual excesso de caixa disponível é investido em aplicações financeiras.

A Entidade mensura suas aplicações financeiras pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos e possui seus valores reconhecidos como ativos financeiros de baixo risco de variação no valor.

**2.2.9. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, uma provisão para deterioração é contabilizada para ajustar o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 2015 e de 2016 não identificou ajustes a serem contabilizados.

### 3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Remuneração</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Caixa e Bancos</b>				<b>8.124,31</b>	<b>11.342,25</b>
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>					
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	19/11/2021	96%CDI	34.396.932,41	32.033.985,37
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	27/08/2021	96%CDI	72.876,14	5.119,81
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	18/11/2021	96%CDI	74.908,15	-
Caixa Economica Federal	Fundo de Investimento	09/11/2021	100%CDI	81.057.712,62	49.657.800,93
				<b>115.602.429,32</b>	<b>81.696.906,11</b>
				<b>115.610.553,63</b>	<b>81.708.248,36</b>

As aplicações financeiras estão representadas pelo saldo em fundos de aplicação financeira, remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Bancário junto à Instituição Financeira Oficial (Banco do Brasil e CEF), com prazos de resgate variáveis.

### 4. Dotações Orçamentárias a Receber

Saldo de dotações a receber conforme estimativa de arrecadação:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Dotações a Receber</b>		
Recursos Oriundos de Contribuições Compulsórias	5.200.000,00	4.182.941,26
	<b>5.200.000,00</b>	<b>4.182.941,26</b>

## 5. Outros Créditos

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Outros Créditos</b>		
<b>Circulante</b>		
Antecipações a Empregados	332.508,04	201.397,59
Valores Recuperáveis	35.364,24	25.518,54
	<b>367.872,28</b>	<b>226.916,13</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		
Seguro Fiança	10.584,00	10.584,00

## 6. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se aos valores pagos na aquisição de seguros e de assinaturas de revistas e outros periódicos. Os valores são transferidos para o resultado na medida do transcurso do período contratado, geralmente de um ano, tendo os seguintes saldos a apropriar:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Despesas Antecipadas</b>		
Seguros a Apropriar	33.999,75	22.429,02
Assinaturas de Periódicos a Apropriar	2.405,64	1.659,53
	<b>36.405,39</b>	<b>24.088,55</b>

## 7. Estoques - Material de Consumo

Os estoques de materiais de consumo foram devidamente inventariados no encerramento dos exercício, avaliados pelo custo médio e compostos pelos seguintes saldos e categoria de bens:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Categoria dos Materias</b>		
Material de Limpeza	9.910,96	18.360,91
Material de Expediente	195.499,23	150.358,69
Material Instrucional	940.329,67	1.424.089,45
Material de Confeção	512.871,35	-
Outos	78.149,76	98.185,06
	<b>1.736.760,97</b>	<b>1.690.994,11</b>

## 8. Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo, líquido das depreciações, representando o conjunto de bens utilizados na manutenção administrativa e operacional da entidade.

As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o tempo médio de vida útil estimado dos bens.

O efeito das despesas com depreciações sobre o resultado do exercício foi de R\$ 1.007.611,91 em 2016 e de R\$ 1.097.672,53 em 2015.

### a) Movimentação das contas do imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2015	Movimentação no Exercício		Saldo em 31/12/2016
		Adições	(-) Baixas	
<b>Custo de Aquisição</b>				
Equip. Maquinas e Aparelhos em Geral	959.757,81	61.774,35	-66.814,40	954.717,76
Veículos	2.092.332,85	1.164.220,81	-524.723,47	2.731.830,19
Mobiliário em Geral	966.099,63	27.190,92	-13.878,29	979.412,26
Equipamentos de Comunicação	669.702,18	62.175,16	371,50	732.248,84
Maquinas Aparelhos e Utensílios de Escritório	4.626,20	0,00	-1.198,70	3.427,50
Equipamentos de Informática	1.994.903,93	48.669,00	-683.067,49	1.360.505,44
Máquinas, Motores e Equipamentos	84.655,81	39.530,00	-32.270,00	91.915,81
Outros Imobilizados	70.640,40	0,00	-2.253,20	68.387,20
Terrenos	4.600.000,00	0,00	0,00	4.600.000,00
Edificações	8.491.622,79	0,00	-1.390.439,27	9.882.062,06
<b>Soma</b>	<b>19.934.341,60</b>	<b>1.403.560,24</b>	<b>-2.714.273,32</b>	<b>21.404.507,06</b>
<b>(-) Depreciações</b>	<b>-6.602.881,20</b>	<b>-982.658,36</b>	<b>2.350.411,09</b>	<b>-5.235.128,47</b>
<b>Residual</b>	<b>13.331.460,40</b>	<b>420.901,88</b>	<b>-363.862,23</b>	<b>13.388.500,05</b>

## b) Composição do imobilizado

Contas	Taxa	2016		Residual	
		Custo de Aquisição	(-) Depreciações	2016	2015
<b>Bens Móveis</b>					
Equip. Maquinas e Aparelhos em Geral	10%	954.717,76	-568.192,44	386.525,32	421.214,74
Veículos	20%	2.731.830,19	-1.625.820,66	1.106.009,53	723.110,58
Mobiliário em Geral	10%	979.412,26	-623.089,15	356.323,11	307.202,40
Equipamentos de Comunicação	10%	732.248,84	-384.442,71	347.806,13	349.651,37
Maquinas Aparelhos e Utensílios de Escritório	10%	3.427,50	-3.427,50	0,00	0,00
Equipamentos de Informática	20%	1.360.505,44	-1.143.663,32	216.842,12	337.602,28
Máquinas, Motores e Equipamentos	20%	91.915,81	-27.280,26	64.635,55	33.693,28
Outros Imobilizados	10%	68.387,20	-36.990,30	31.396,90	38.391,36
<b>Soma</b>		<b>6.922.445,00</b>	<b>-4.412.906,34</b>	<b>2.509.538,66</b>	<b>2.210.866,01</b>
<b>Bens Imóveis</b>					
Terrenos	0%	4.600.000,00	0,00	4.600.000,00	4.600.000,00
Edificações	6%	7.101.183,52	-822.222,13	6.278.961,39	6.520.594,39
<b>Soma</b>		<b>11.701.183,52</b>	<b>-822.222,13</b>	<b>10.878.961,39</b>	<b>11.120.594,39</b>
<b>Soma do Imobilizado</b>		<b>18.623.628,52</b>	<b>-5.235.128,47</b>	<b>13.388.500,05</b>	<b>13.331.460,40</b>

## 9. Intangível

Movimentação e saldos do intangível:

	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Residual
<b>Direito de Uso de Software</b>			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>253.475,47</b>	<b>-189.322,49</b>	<b>64.152,98</b>
Movimentações do Exercício			
Adições	23.198,00	-23.668,93	
Baixas	-11.951,00	11.951,00	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>264.722,47</b>	<b>-201.040,42</b>	<b>63.682,05</b>
Movimentações do Exercício			
Adições	5.350,94	-24.971,12	
Baixas	-115.747,08	115.564,47	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>154.326,33</b>	<b>-110.447,07</b>	<b>43.879,26</b>

## 10. Fornecedores de Bens e Serviços

As obrigações com fornecedores de bens e serviços são reconhecidas com base em documento fiscal, contrato ou instrumento equivalente e observam o regime de competência.

	2016	2015
Saldo das Obrigações com Fornecedores de Bens e Serviços	609.120,88	299.872,63
	<b>609.120,88</b>	<b>299.872,63</b>

## 11. Obrigações com Empregados

As obrigações com empregados referem-se ao compromisso com o pagamento de salários, conhecidos com base em folha de pagamentos e das remunerações decorrentes do direito a férias e 13º salário em base estimada. Os valores referentes à remuneração de 13º salário são liquidados no encerramento do exercício.

	2016	2015
<b>Provisão de Férias</b>		
<b>Estimativa de Rumuneração</b>	762.189,56	-
<b>Estimativa dos Encargos Sociais</b>		
FGTS	60.974,62	-
INSS	180.638,94	-
PIS	7.551,26	-
	<b>1.011.354,38</b>	<b>-</b>

## 12. Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias referem-se aos compromissos financeiros com o recolhimento de tributos incidentes sobre a folha de pagamentos ao pessoal da entidade e sobre o pagamento de prestadores de serviços.

	2016	2015
INSS sobre Salários a Recolher	213.098,89	187.497,85
FGTS sobre Salários a Recolher	56.007,61	49.391,78
IRRF sobre Salários a Recolher	89.236,93	56.303,18
PIS sobre Salários a Recolher	7.364,94	6.436,96
INSS sobre Serviços de Terceiros	23.729,85	16.964,68
IRRF sobre Serviços de Terceiros	15.683,17	12.945,67
CSRF sobre Serviços de Terceiros	12.115,75	10.890,28
ISS sobre Serviços de Terceiros	686,01	1.754,67
	<b>417.923,15</b>	<b>342.185,07</b>

## 13. Outras Obrigações

Outras obrigações da entidade referem-se ao saldo de convênios a realizar e outras contas a pagar.

	2016	2015
Convênios a Realizar	121.505,53	3.111,99
Outas Contas a Pagar	243.660,97	62.556,78
	<b>365.166,50</b>	<b>65.668,77</b>

## 14. Patrimônio Líquido

Detalhamento dos saldos do patrimônio líquido:

	2016	2015
<b>Outras Reservas</b>		
Doacoes Recebidas	300.000,00	300.000,00
Reserva para Investimentos	23.855.641,97	23.855.641,97
	<b>24.155.641,97</b>	<b>24.155.641,97</b>
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>		
Terrenos	3.960.000,00	3.960.000,00
Edificações	2.771.103,08	3.898.981,06
	<b>6.731.103,08</b>	<b>7.858.981,06</b>
<b>Superávit ou (-) Déficit Acumulado</b>	<b>103.104.245,62</b>	<b>67.751.218,57</b>
	<b>133.990.990,67</b>	<b>99.765.841,60</b>

## 15. Receitas Operacionais

Detalhamento das Receitas Operacionais:

	2016	2015
Receitas de Contribuições Sociais	73.419.833,35	66.910.911,03
Receitas de Convênios	628.013,87	367.196,00
Receitas de Serviços	1.814,00	2.725,00
	<b>74.049.661,22</b>	<b>67.280.832,03</b>

## 16. Despesas Institucionais

Detalhamento das Despesas Institucionais:

	2016	2015
<b>Aplicações Diretas - Atividade Finalística</b>		
Pessoal e Administradores	8.697.287,57	7.493.026,24
Materiais	2.443.048,77	2.816.484,26
Serviços de Terceiros	34.489.452,24	33.433.697,89
Outras Despesas	235.932,76	201.271,64
	<b>45.865.721,34</b>	<b>43.944.480,03</b>



## 17. Despesas Administrativas e Gerais

Detalhamento das despesas administrativas e gerais:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Aplicações Diretas - Atividade Meio</b>		
Pessoal e Administradores	4.041.527,87	3.449.524,59
Materiais	191.116,76	350.587,42
Serviços de Terceiros	2.002.745,67	1.596.880,86
Outras Despesas	25.871,33	24.495,94
	<u><b>6.261.261,63</b></u>	<u><b>5.421.488,81</b></u>

## 18. Despesas com Depreciações e Amortizações

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depreciações	982.658,35	1.074.003,60
Amortizações	24.953,56	23.668,93
	<u><b>1.007.611,91</b></u>	<u><b>1.097.672,53</b></u>

## 19. Outras Despesas e (-) Receitas Operacionais

Detalhamento de outras despesas e receitas operacionais:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		
Perda na Alienação de Bens	20.045,65	4.806,86
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		
Ganhos na Alienação de Bens	(235.100,00)	0,00
Mateial SENAR-AC	(13.545,61)	0,00
Outas	(9.743,63)	-6.862,91
	<u><b>(258.389,24)</b></u>	<u><b>(6.862,91)</b></u>
	<u><b>(238.343,59)</b></u>	<u><b>(2.056,05)</b></u>

## 20. Despesas e (-) Receitas Financeiras

	2016	2015
<b>Despesas Financeiras</b>		
Serviços Bancários	10.379,15	9.884,86
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receitas de Aplicações Financeiras	(13.350.194,67)	-8.561.058,75
Outras Receitas Financeiras	(76.940,38)	-17.216,67
	<b>(13.427.135,05)</b>	<b>(8.578.275,42)</b>
	<b>(13.416.755,90)</b>	<b>(8.568.390,56)</b>

## 21. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo especialmente edificações, frota de veículos e instalações.

## 22. Aspectos Fiscais e Tributários

A Administração do SENAR-AR/PR com base em posicionamentos jurídicos entende que a entidade não está subordinada à tributação de impostos e contribuições, exceto aquelas de natureza previdenciária e a contribuição ao Programa de Integração Social – PIS sobre os gastos com folha de pagamento. Por este motivo, não reconhece como devido ou contingente qualquer valor relacionado com outros encargos de natureza tributária.

Curitiba (PR), 31 de dezembro de 2016.

## **ANEXO 1 – Parecer dos Auditores Independentes**